

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS Secretária Nacional da Proteção Global Diretoria de Proteção dos Direitos Humanos Coordenação-Geral de Combate à Tortura e à Violência Institucional Coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

34ª REUNIÃO ORDINÁRIA COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data e horário: 26 de agosto de 2021, de 08:30hs às 13h.

Local: virtual

Telefone para contato: (61) 2027-3337

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Abertura

• Pauta:

1.1. Registro dos membros e quórum

Horário do início do ponto de pauta: 9:03hsCondução: Presidente/Vice-Presidente.

• Quórum para abertura: 15

	Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1.	SNPG/MMFDH	1. CFOAB
2.	SNPPIR/MMFDH	2. CPF
3.	SG/PR	3. Conectas DH
4.	MEC	4. JG
5.	MD	5. RENILA
6.	MRE	6. UBM
		7. SOMOS
		8. COADE
		9. UFRN
Soma RG: 6 (seis) membros de governo		Soma SC: 9 (nove) membros de sociedade
		civil
Total: 15 representantes presentes no momento do quórum.		

1.2. Leitura e adoção da pauta da 34ª RO CNPCT.

- Pauta aprovada com a inclusão da Minuta de Resolução apresentada pela sociedade civil no ponto de discussão do Edital de Eleição da sociedade civil.
- Aprovado ponto de pauta específico para discussão sobre o Edital de eleição da sociedade civil, adiando o ponto 4 e 5 para o dia subsequente da reunião.

1.3. Aprovação da ata da 32ª RO/CNPCT e da 13ªRE/CNPCT

• Ata da 32ª reunião ordinária aprovada pelo colegiado, e a ata da 13ª reunião extraordinária pendente de aprovação.

2. Administrativo

2.1. Informes da Secretaria Executiva

• Síntese da discussão:

- Sávio abre a reunião e comenta sobre a nomeação dos peritos, bem como faz a apresentação dos novos peritos nomeados.
- A Coordenação Geral do MNPCT informa ao plenário da desistência de duas candidatas: Ludmila e Natália.
- Debate sobre o apoio das polícias ao MNPCT.

2.2. Informes dos membros e convidados

- Representantes do Comitê Estadual solicita consulta aos comitês estaduais temas dos estados a serem discutidos em plenária.

3. Planejamento

3.1. Aprovação do Relatório de Atividades do CNPCT 2019-2021

- Apresentação do Relatório das atividades do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT), desenvolvidas em 2019 e 2020.
- Solicita-se a inclusão da nota de repúdio (não aprovada em plenária), bem como a correção da palavra Vice-Presidente para Vice-Presidenta, enquanto a Vitória Buzzi estava na vice-presidência do CNPCT.

Encaminhamento: Relatório aprovado com a inclusão da nota de repudio e correção sugerida pela OAB.

4. Planejamento

4.1.4º Processo de Eleição da Sociedade Civil do CNPCT Biênio 2021-2023

- Inicia-se a apresentação sobre o processo eleitoral da composição da sociedade civil.
- O defensor Walber faz a apresentação das regras do Edital e análise das habilitações e recursos, explicando como as decisões foram tomadas pela Comissão. Fala também sobre as recomendações para aperfeiçoamento para a próxima seleção.
- Rodrigo, da SNPIR, fala sobre como a Comissão Eleitoral procurou ser mais inclusiva.
- Sávio comenta sobre o amadurecimento do processo eleitoral.
- Caio Klein faz sugestões sobre o novo edital do processo eleitoral para as vagas remanescentes.
- Mateus Moro fala para respeitar o que há de consenso, bem como as regras administrativas.
- Frei David fala sobre as vagas remanescentes respeitarem as ações afirmativas, bem ainda sobre verificar o que há de convergência entre o CNPCT e a Ministério.
- Fernanda concorda com a proposta apresentada. Afirma para preencher as vagas com as outras entidades habilitadas. Novo prazo em edital suplementar afeta a desigualdade.
- Rodrigo diz que pode não ter quórum ter reunião sem todos os 12 membros nomeados. Candidatos interessados podem se sentir prejudicados.

- João Lança explica que a Resolução anterior foi aprovada como Diretriz, e que a atual precisa ser semelhante.
- Caio afirma que reunião sem todas as entidades afeta a representatividade. Reafirma para não ter Edital suplementar.
- Mateus Moro afirma que quando não há reserva de vagas, as vagas voltam para a sociedade civil. Afirma que isso respeitaria os princípios administrativos. A sociedade civil pode se sentir prejudicada de comparecer sem todos os membros, e decidir não comparecer.
- Vitória fala que é inaceitável a sociedade civil comparecer sem os 12 membros. Isso ofende a lei federal.
- Frei David fala para respeitar a Lei Federal, a decisão do Supremo de não esvaziar a sociedade civil, etc.
- Sylvia Dias reforça o art. 7º da Lei Federal. Izabel, Andressa, Cândida sugerem o preenchimento das vagas remanescentes pelas candidatas já habilitadas.
- Secretário Eduardo e Sávio falam para ter uma proposta de prejudicar o Colegiado.
- Sofia fala para ocupação das vagas remanescentes por entidades com maior votação. Sociedade civil apresenta Minuta de Resolução que dispõe sobre o preenchimento das vagas remanescentes do 4º Processo de Chamamento Público para Composição do CNPCT.

Pedido de vista: O Secretário Eduardo pede vista sob a matéria de inclusão de Minuta de Resolução que que dispõe sobre o preenchimento das vagas remanescentes do 4º Processo de Chamamento Público para Composição do CNPCT.

Sociedade civil pede votação da vista para dia 27 de agosto de 2021, sob a condição de cancelar o acordo feito com o governo, e assim solicitar uma extraordinária para discutir o tema.

5. Fechamento da reunião

- Reunião foi encerrada sem vencer todos os pontos de pauta e adiada para o dia 17 de setembro.
- Como não havia indicação de um substituto para o vice-presidente, e este precisaria se ausentar no dia 27 de agosto por conta de motivos de saúde, a plenária deliberou por agendar um novo dia para o término dos trabalhos da 34ª reunião ordinária do CNPCT.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

DEGRAVAÇÃO

34ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (34ª RO/CNPCT)

Dia: 26/08/2021

(Evento Virtual)

DEGRAVAÇÃO

34ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (34ª RO-CNPCT)

Reunião da Comissão Eleitoral do 4º Processo de Chamamento Público do CNPCT.-20210826_083357-Gravação de Reunião:

- 1 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 2 **Nacional de Proteção Global) -** A presença. Foi iniciada a gravação. Nós temos
- a presença do Ministério da Defesa, correto?
- 4 Sr. Jorge Luiz Mendes de Assis (Titular Representante do Ministério da
- 5 **Defesa) –** Pronto, correto.
- 6 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 7 Nacional de Proteção Global) Ministério da Defesa. Nós temos a presença...
- 8 Alguém mais?
- 9 Sra. Márcia Lysllane da Silva Santos (Titular Representante da Rede de
- 10 Proteção e Resistência Contra o Genocídio) Bom dia.
- 11 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 12 Nacional de Proteção Global) Bom dia.
- 13 Sra. Márcia Lysllane da Silva Santos (Titular Representante da Rede de
- 14 Proteção e Resistência Contra o Genocídio) Eu sou a Márcia da Rede de
- 15 Proteção e Resistência ao Genocídio.
- 16 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 17 Nacional de Proteção Global) Tudo bem, Márcia? Os representantes aqui
- presentes... Apenas do Ministério da Defesa? Tem gente com problema para
- 19 entrar.

- 20 Interlocutor não identificado Bom dia a todos.
- 21 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 22 Nacional de Proteção Global) Se algum colega... Se algum colega pedira
- vocês explicações, o título da reunião aqui está errado. Costa o título da reunião
- da Comissão eleitoral do edital e alguém pode se confundir e deixar de entrar,
- 25 mas o link gerado foi esse, então, peçam para entrar, por favor. Temos
- representantes da SNPG, SNPIR, Secretaria-Geral do Governo... Da Presidência,
- 27 quer dizer. SEGOV, DEPEN, Ministério da Justiça, Ministério da Cidadania,
- 28 Ministério da Saúde, MEC... Ministério da Educação, Ministério da Defesa está
- 29 presente, MRE está presente?
- 30 Sr. Matheus Moreira e Silva Aracoeli (Suplente Representante do Ministério
- das Relações Exteriores) MRE está presente. Matheus Moreira aqui.
- 32 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Obrigado, Matheus. Representante do Conselho
- Federal da OAB, Conselho Federal de Psicologia, Conectas Direitos Humanos,
- Justiça Global, RENILA, representante da UBM, SNPG presente, deixa eu colocar
- 36 aqui. RENILA, UBM, EDUCAFRO, MNU, SOMOS, COAD, CUT, UFRN,
- 37 Secretaria-Geral da Presidência, presente. Até agora nós temos quatro, o quórum
- fecha com 14. Quero registrar a presença aqui do doutor Walber Rondon pela
- 39 DPU, Doutora Mariana também pela DPU. Registrar presença da SNPIR, o
- 40 Rodrigo acabou de entrar. Ok.
- 41 Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Suplente Representantes da
- 42 Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) Bom dia,
- João. Bom dia a todos e todas.
- 44 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Bom dia. Nós tivemos a confirmação do Comitê
- do Amapá que estaria conosco. Já tem algum representante do Amapá? Eles nos
- 47 enviaram um ofício confirmando. Não? Nós temos representantes aqui do

- 48 MNPCT, novos Peritos. Camila está entre nós, também vi o Rogério. Nós temos
- 49 também representantes de entidades que foram eleitas no processo seletivo atual.
- 50 Comitê do Amazonas também se faz representado, Doutora Natividade. A Ilma
- Melo também do Comitê de Pernambuco. Demais colegas que quiserem registrar
- a presença aqui, podem fazer no Chat que eu faço o reconhecimento.
- 53 Sr. Eduardo Miranda Freire de Melo (Titular Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Bom dia, João. Não sei se você registrou aqui,
- 55 SNPG.
- 56 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 57 **Nacional de Proteção Global) -** Bom dia. Registrei a presença, sim.
- 58 Sr. Eduardo Miranda Freire de Melo (Titular Representante da Secretaria
- 59 Nacional de Proteção Global) Ok.
- 60 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) SNPG. Bom dia, Secretário.
- 62 Sr. Eduardo Miranda Freire de Melo (Titular Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Bom dia. Bom dia a todos.
- 64 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Sylvia Dias, Associação para Prevenção da
- Tortura. Mauricleia dos Santos, do Conselho Federal de Serviço Social, seja bem-
- vinda. Maria Clara, representante do GAJOP que será titular do novo biênio. Dácia
- 68 Teles também do Conselho Federal de Serviço Social. Sofia Fromer,
- representante do ITTC, Instituto... Completa para a gente, Sofia. Terra...
- 70 Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular Representante do Instituto Terra,
- 71 **Trabalho e Cidadania) –** Instituto Terra, Trabalho e Cidadania.
- 72 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. Também

- 74 temos Comitê da Paraíba representado pelo Vice-Presidente, sr. Wellington de
- 75 Lima. Os demais colegas estão com dificuldade para entrar.
- Sra. Ana Raggio (Representante da Secretaria da Justiça, Família e Trabalho
- do Estado do Paraná) Olá, bom dia. Eu estou tentando informar a presença
- aqui no Chat, mas não estou conseguindo. Diz que eu não sou um participante. Só
- 79 para registrar a presença. Meu nome é Ana Raggio, sou da Secretaria de Estado
- 80 da Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná. Estamos tentando efetivar
- ainda o Comitê, mas acompanhando a reunião. Obrigada.
- 82 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Obrigado, Ana. Ana, não sei dizer por que que
- você não está habilitada no Chat, muita gente já está se manifestando. A gente
- está... Primeira reunião plenária com o Teams nós vamos continuar usando o
- Teams e vamos ficar feras nele, então, nessa eu peço um pouquinho de paciência
- 87 nesse detalhe.
- 88 Sra. Ana Raggio (Representante da Secretaria da Justiça, Família e Trabalho
- 89 do Estado do Paraná) Tranquilo.
- 90 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 91 Nacional de Proteção Global) Pessoal, eu vou fazer a chamada de novo do
- 92 quórum. Representante do MMFDH. Representante da SNPG já registrou
- 93 presença, ok. Representante da SNIPIR já registrou presença, ok. Secretaria-
- 94 Geral da Presidência... Gustavo se encontra? E que ele entrou. SEGOV, Ministério
- 95 da Justiça, DEPEN, Ministério da Cidadania, Ministério da Saúde, o Ministério da
- 96 Educação, Ministério da Defesa, Jorge presente. Ministério de Relações Exteriores
- 97 está presente. Conselho Federal da OAB.
- 98 Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- 99 Ordem de Advogados do Brasil) Presente, João. Bom dia.

- 100 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 101 Nacional de Proteção Global) Bom dia, Vitória. Conselho Federal de
- 102 Psicologia.
- Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Suplente Representante do Conselho
- 104 **Federal de Psicologia) –** Bom dia. Presente.
- 105 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Bom dia, Pedro. Presente. Conectas Direitos
- 107 Humanos. Justiça Global.
- 108 Sra. Isabel Costa Lima (Titular Representante da Justiça Global) Bom dia.
- 109 Presente.
- 110 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Bom dia, Justiça Global. RENILA.
- Sra. Andressa de França Alves Ferrari (Titular Rede Nacional Internúcleos
- da Luta Antimanicomial) Bom dia. Presente.
- 114 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Bom dia. UBM está presente. EDUCAFRO.
- 116 Representante do EDUCAFRO.
- 117 Sra. Andressa de França Alves Ferrari (Titular Rede Nacional Internúcleos
- 118 da Luta Antimanicomial) Presente.
- 119 Sr. Henrique Hollunder Apolinario de Souza (Suplente Representante da
- 120 **Conectas Direitos Humanos) –** Conectas presente.
- 121 Sra. Andressa de França Alves Ferrari (Titular Rede Nacional Internúcleos
- da Luta Antimanicomial) Presente, João. Estou aqui representando o Frei
- David. Ane. Não estão conseguindo ligar a câmera, estou tentando falar com ele.
- 124 Só instante.

- 125 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Está bem. Quem é a suplente e do Frei David,
- 127 Ane?
- Sra. Andressa de França Alves Ferrari (Titular Rede Nacional Internúcleos
- da Luta Antimanicomial) Acho que ele foi substituído. Não me lembro o nome.
- Eu estou tentando ligar para ele agora e estou marcando presença para ele entrar.
- 131 Aguarda só instante, vou ligar para o Frei David aqui. Estou falando com ele
- agora.
- 133 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Está bem. Eu só não vou registrar a presença,
- 135 porque para contagem de quórum.
- Sra. Andressa de França Alves Ferrari (Titular Rede Nacional Internúcleos
- da Luta Antimanicomial) Ah, então, está ótimo. Aguarda um instante.
- 138 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Ok. Mas está registrado que tem representante
- 140 da EDUCAFRO.
- 141 Sra. Andressa de França Alves Ferrari (Titular Rede Nacional Internúcleos
- da Luta Antimanicomial) Está ótimo. Obrigada, João.
- 143 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 144 Nacional de Proteção Global) MNU. SOMOS.
- 145 Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação,
- 146 **Saúde e Sexualidade) -** Presente. Bom dia, João.
- 147 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Bom dia, Caio. Presente SOMOS. COAD está
- presente? Representante, titular ou suplente?

- Sra. Ellen Maria Pereira Caixeta (Suplente Representante do Coletivo de
- Advogados para a Democracia) Presente. Ellen, suplente.
- 152 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) CUT está presente? Representante, titular ou
- 154 suplente? UFRN está presente? Até o momento nós temos... Sávio, está
- presente? SNPG, SNPIR, Ministério da Defesa, MRE 4, Conselho Federal da OAB
- 5, Federal de Psicologia 6, Justiça Global 7, RENILA 8, SOMOS 9, COAD 10. O
- 157 quórum fecha com 14.
- 158 Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação,
- Saúde e Sexualidade) É, pessoal. Última reunião do DN, está todo mundo meio
- cansado. Vamos dar um tempinho para a galera entrar.
- 161 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 162 Nacional de Proteção Global) Conectas está presente? Eu vejo aqui o
- Henrique. Secretaria-Geral da Presidência presente?
- Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação,
- 165 Saúde e Sexualidade) Chegou o chefe.
- Sr. Sávio Andrade (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e
- 167 Combate à Tortura CNPCT) Bom dia a todos. Estou com problema de
- 168 conexão aqui. Já troquei do laptop para o desktop e agora estou no celular, mas
- bom dia a todos.
- 170 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 171 Nacional de Proteção Global) Bom dia, Sávio.
- 172 Sr. Sávio Andrade (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e
- 173 **Combate à Tortura CNPCT) –** João, nós a temos quórum para iniciar a reunião?
- 174 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 175 Nacional de Proteção Global) Temos 11, Sávio.

- 176 Sr. Sávio Andrade (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e
- 177 Combate à Tortura CNPCT) Ah, perfeito.
- 178 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 179 Nacional de Proteção Global) O quórum fecha com 14.
- Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- Ordem de Advogados do Brasil) João... Sávio, bom dia primeiro. Muita gente
- reclamando que não consegue entrar. Eu passei aquele link que você me passou,
- 183 mas aqui na Sociedade Civil a UBM diz que não consegue entrar, o Riba, do
- Mecanismo, diz que não conseguiu entrar. O que será que eu faço? Tem outro
- 185 link?
- 186 Sr. Sávio Andrade (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e
- 187 Combate à Tortura CNPCT) Confirma, Vitória. O link, eu acho que ele... O
- Teams, ele acaba... Ele tem uma segurança a mais, mas ele é realmente mais
- complexo, então, acho que o link que está um pouco picado ali também. Eu passei
- 190 por isso aí.
- 191 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Vou tentar gerar outro link, porque o sistema
- 193 gera o link que para nós e é o que a gente compartilha. Chato isso mesmo.
- 194 Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação,
- 195 Saúde e Sexualidade) Acho que a gente pode aguardar um pouco mais e
- talvez ir orientando os colegas. Talvez alguém não tenha o aplicativo correto, está
- tentando acessar pelo celular e não tem. De repente, é isso também.
- 198 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) De qualquer forma, o Teams pode ser acessado
- 200 até pela web pelo navegador.
- 201 Sra. Sylvia Dias (Representante da Associação para Prevenção da Tortura no
- 202 **Brasil) -** Oi, Sylvia aqui. Não, pode, mas assim, pelo navegador, as vezes dão Página **9** de **111**

- bem dor de cabeca, sabe? Eu acabei baixando o app que funciona bem melhor,
- 204 porque era um problema pelo navegador. Então, talvez possa dar essa dica.
- 205 Quem puder acessar e talvez baixar o app rapidinho. Acho que é mais confiável.
- 206 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Eu peço aos colegas também que atentem para
- um equívoco que aconteceu no título da reunião. O título está com a Comissão
- 209 eleitoral, mas o link que foi gerado para... De hoje, enfim, com esse título.
- 210 Infelizmente não consegui ver como que eu troco aqui o título ainda, mas a
- reunião é da plenária da 34ª. Te mandei de novo o link, Vitória. É o mesmo link
- 212 que nós temos aqui.
- 213 Interlocutor não identificado Ver se eu tiro print...
- 214 Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- 215 Ordem de Advogados do Brasil) Eu mandei de novo e orientei agora o pessoal
- 216 a baixar para ver se funciona melhor.
- 217 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Obrigado. Registrar a presença aqui de alguns
- colegas pelo Chat. Romero Silva, o suplente do GAJOP que será no próximo
- 220 biênio. Rede de Proteção e Resistência contra o Genocídio também se faz
- representado, Márcia Lysllane e Augusto Luiz de Aragão. MEC presente, acabei
- de registrar. Fabrício, presente?
- 223 Sr. Fabrício Storani de Oliveira (Suplente Representante do Ministério da
- 224 **Educação)** Bom dia a todos. Presente, João.
- 225 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Então, temos 12, pessoal. Faltam dois. Patrícia
- Oliveira, Comitê Estadual de Prevenção do Rio de Janeiro. Caroline Rodrigues, da
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. SEDS, MG. Demais colegas que
- quiserem se apresentar no Chat para a gente registrar. UBM está presente?

- 230 Sra. Mariana Franco Fuckner (Suplente Representante da União Brasileira
- de Mulheres) Oi, João, estou presente. No Chat não está dando para escrever,
- ele está bloqueado para mim.
- 233 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Eita. Está bom, registrei a sua presença aqui.
- 13. Vamos lá fazer uma chamada geral. MMFDH, SNPG
- 236 Sr. Eduardo Miranda Freire de Melo (Titular Representante da Secretaria
- 237 Nacional de Proteção Global) Presente aqui.
- 238 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 239 Nacional de Proteção Global) SNPIR.
- 240 Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Suplente Representantes da
- 241 Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) -
- 242 Presente.
- 243 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Secretaria-Geral da Presidência. Sávio está
- presente. O Sávio está conosco aqui. SEGOV. Ministério da justiça, DEPEN.
- Ministério da Cidadania. Ministério da Saúde, o MEC está presente, Ministério da
- 247 Defesa está presente, MRE está presente. Conselho Federal da OAB está
- 248 presente, Psicologia está presente, Conectas Direitos Humanos, Justiça Global já
- registrou presença, RENILA já registrou presença, UBM acabou de registrar
- 250 presença, EDUCAFRO, Frei David ou o seu suplente, MNU, SOMOS está
- presente, COAD registrou presença, CUT está presente? UFRN está presente?
- 252 Sra. Candida de Souza (Titular Representante da Universidade Federal do
- 253 **Rio Grande do Norte) –** Sim, UFRN está presente. Bom dia, pessoal.
- 254 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Bom dia. Então, creio que temos quórum. 1, 2, 3,
- 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14. O quórum para a abertura é 14.

- 257 Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação,
- Saúde e Sexualidade) João, o colega da Conectas, o Henrique, registrou no
- 259 Chat aqui que está presente.
- 260 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Ok. Então, o quórum se iniciou com 15. Abriu às
- 262 9h03.
- Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- Ordem de Advogados do Brasil) João, só fazer um pedido. Porque eu acho
- que essa é a nossa reunião, até hoje, com mais pessoas. Estou vendo aqui 45
- participantes, para que todo mundo colabora de deixar o microfone fechado e, se
- por falar, depois fecham o microfone, peça a palavra, porque senão, isso aqui vai
- 268 virar uma desorganização geral.
- 269 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Sim, obrigado, Vitória. Os colegas ajudarem
- 271 nisso também, pessoal.
- 272 Sra. Sylvia Dias (Representante da Associação para Prevenção da Tortura no
- 273 **Brasil) -** João, desculpa, posso fazer um pedido? Sylvia Dias da APT. Será que
- você poderia ler os 15 esses que estão presentes? Porque quando você faz a
- chamada, às vezes quer saber, mas está presente no não está. Você pode fazer
- assim: "Os 15 para começar o quórum, então, são..." Poderia, por favor?
- 277 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Sylvia, vou atender o pedido porque é você, viu,
- 279 Sylvia? Porque eu já li o pessoal, já chamei, mas eu sei que você está tantos anos
- 280 conosco e um pedido seu é quase que...
- Sra. Sylvia Dias (Representante da Associação para Prevenção da Tortura no
- 282 Brasil) Obrigada, João. É só ler os presentes, porque às vezes você faz uma
- chamada eu não sei se a pessoa registrou, entendeu? Só registrar a presença.

- Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria 284 Nacional de Proteção Global) - Não, eu entendi. Tudo bem. Então, nós estamos 285 começando com 15 que registraram presença que são: SNPG, do Ministério da 286 Mulher, Família e Direitos Humanos: SNPIR, do Ministério da Mulher, Família e 287 Direitos Humanos; Secretaria-Geral da Presidência; Ministério da Educação; 288 Ministério da Defesa; Ministério das Relações Exteriores; Conselho Federal da 289 290 OAB; Conselho Federal de Psicologia; Conectas Direitos Humanos; Justiça Global; RENILA; UBM; SOMOS; COAD; e, por fim, UFRN. São os 15 que estão 291 292 presentes na abertura de quórum. Abriu às 9h03. Ok? Então, Presidente em exercício, Sávio, vou projetar a pauta aqui para conduzir os nossos trabalhos 293 294 iniciais.
- Sr. Sávio Andrade (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e 295 Combate à Tortura - CNPCT) - Então, vamos lá, João. Obrigado. É bom vê-los 296 novamente. Algumas pessoas eu não conheco ainda, mas vejo agui a presenca 297 dos nossos membros. Como bem colocado pela Vitória e também pela Sylvia, nós 298 299 vamos precisar um pouco de paciência nessa reunião, porque saiu um pouco do programado. Inclusive, registro aqui 36 minutos de atraso para o início, então, isso 300 naturalmente terá um impacto ali no fim da nossa reunião, mas, de imediato, 301 então, passo a palavra para o João Lança para seguir com a nossa... Com a 302 303 nossa pauta.
- Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria Nacional de Proteção Global) - Ok. Inicialmente, nós temos o registro do quórum a leitura e a adoção da pauta da 34ª RO. Então, nós temos é que a proposta de pauta que foi enviada para os senhores. Coloquei aqui na pasta do drive também e estou projetando aqui. De início, eu comunico três pedidos... Três pedidos extrapauta. O primeiro pedido é um pedido feito pela Justiça Global, na reunião da mesa diretora, para incluir o ponto de pauta: "Discussão sobre o edital da Sociedade Civil." Que está constando como informe. O outro pedido é do 311 312 Comitê da Amazonas que solicitou a oportunidade de apresentar um protocolo interinstitucional de monitoramento para prevenção da tortura. Esse protocolo...

304

305

306

307

308

309

310

Esse pedido surgiu no âmbito do GT, que vai fazer parte aqui dos nossos informes... Do GT que foi encaminhamento na última plenária e eles submeteram esse pedido na intenção de apresentar para o Comitê Nacional, esse protocolo que é uma proposta que eles têm. Segundo os representantes do Comitê, eles precisariam de 30 minutos para fazer essa apresentação. Por fim, pelo que eu tenho registrado, nós recebemos a resposta do Mecanismo Nacional, onde eles fazem, então, indicação de qual... De temas a serem tratados. Os temas chegaram depois da mesa diretora dando fechamento da pauta eu considero que é... Nem que seriam extrapauta no sentido de arranjar um novo tempo para nossa pauta, uma vez que nós temos aqui um tempo reservado para o Mecanismo, como as plenária a gente tem feito... Reservar esse tempo. Então, nós recebemos essa comunicação e eu registro ela também e acredito que ela pode ser incluída nesse item, mas também submeto isso ao plenário. A pauta, originalmente, prevê, então: Após o momento inicial, com aprovação das atas da 32ª e 13ª RE, nós temos aqui os informes sobre o edital, sobre a situação do Amazonas e GT, sobre a designação de Peritos, proposta de sumário Executivo ao final, ofícios que retornaram, agenda de encontros regionais com Comitês e Mecanismos e o tempo de informes de membros e convidados. Depois, no item 3, a previsão foi a aprovação do relatório anual do Comitê Nacional, leitura do relatório, debate e aprovação. Em seguida, pauta da reunião do Sistema Nacional. E em seguida, a leitura do Sumário Executivo e aprovação do Sumário Executivo do dia com os encaminhamentos e deliberações. No dia de amanhã, foi projetado o registro do quórum, temática... A pauta de apresentação do CNMP, que é um membro do sistema. A proposta é trazermos, eu apresentei para a mesa... Trazermos boas práticas dos membros do sistema e do Comitê para compartilhar na plenária. Item 3: Informações sobre condutas do DEPEN e assistência religiosa, a consulta do DEPEN quanto ao projeto de assistência religiosa, foi pedido mais informações; informes sobre levantamento de dados de hospitais de Custódia, então, pedido da RENILA que foi tirado de pauta e foi incluído novamente agora; e proposta de recomendação sobre comunidades terapêuticas e acolhimento de adolescentes. Tem uma proposta de recomendação, um texto da RENILA no nosso drive. E item

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

- 345 4: Tempo de pauta do mecanismo, onde a gente sugeriu a apresentação dos
- novos Peritos, que eles façam uma apresentação para conhecermos e o tempo
- onde eles apresentam relatórios, demandas, as quais eles apresentaram neste...
- Nesta resposta ao e-mail aqui da Coordenação. Então, originalmente, a pauta é
- essa. Sobre o ponto do edital. Qual que é a... Eu pergunto qual que é a razão, a
- preocupação, Isabel, para a mudança e inclusão do ponto de pauta específico?
- 351 Sra. Isabel Costa Lima (Titular Representante da Justiça Global) Olá, João.
- Bom dia todo mundo. Quando a pauta foi elaborada e fechada, a gente ainda não
- 353 tinha esse cenário das vagas remanescentes que não foram preenchidas no
- processo, nesse último processo, então, com esse cenário da eleição, eu acho
- que é importante, além de ser um ponto de informe, a gente poder tratar dessa
- questão, então, por isso que eu solicito que seja um ponto de pauta e não só de
- informes, para que o Comitê também possa se debruçar sobre esse assunto.
- 358 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Entendi. Tendo em vista que a necessidade é
- tratar o assunto, a minha sugestão continua sendo no sentido de manter como um
- informe e, após os informes, as dúvidas e encaminhamentos possíveis, o Comitê
- trate se entende que tem que haver algum tipo de deliberação e isso pode ser
- pautado também. Faremos os informes...
- 364 Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação,
- Saúde e Sexualidade) João, eu pedi para... Eu pedi a inscrição no Chat. Não
- sei se a gente vai usar o Chat o sistema da mãozinha.
- 367 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Com a palavra, Caio.
- 369 Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação,
- 370 **Saúde e Sexualidade) -** Obrigado. Então, primeiro bom dia a todo mundo. O meu
- ponto ele seria meio que anexo à questão que a Isabel apresentou no sentido de a
- gente poder discutir melhor isso e eu trago isso no início da reunião, justamente,

porque o nosso costume aqui é fazer esses pedidos de inclusão na pauta logo de início. Inclusive, levando em conta a necessidade do Sávio enquanto exercendo a Presidência do Comitê, para que ele possa deliberar sobre essa inclusão, justamente por conta da situação que a gente está enfrentando agora. A partir do 4º processo seletivo, nós temos algumas vagas remanescentes, algumas vagas desertas no processo seletivo e da importância disso... Do impacto que isso pode gerar no trabalho do colegiado. Nesse sentido, eu queria primeiro já aproveitar e parabenizar. Tem várias instituições e eleitas para o próximo biênio que estão aqui presentes e parabenizar também a Comissão Eleitoral. Esses trabalhos sempre são bastante cansativos. A gente que participou da Comissão Eleitoral do... Eleitoral não, a Comissão de Seleção dos Peritos do Mecanismo, a gente sabe que isso é bastante trabalhoso, então, que bom que deu tudo certo e que o processo foi conduzido de forma serena até o final, mas eu realmente gostaria de apoiar o pedido da Isabel, da Justiça Global, no sentido de solicitar para o Sávio que a gente incluísse isso como um ponto de pauta. A gente já decidisse por isso antes dos informes, que a gente não deixasse apenas como um informe. Claro que o João vai ter toda a liberdade para fazer o informe da Coordenação, mas eu realmente gostaria de pedir a inclusão disso e, inclusive, ter a oportunidade, Sávio, de poder apresentar a minha proposta de solução para isso. Eu escrevi um texto breve do que eu acho que poderia ser o posicionamento do colegiado sobre essa questão.

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

Sr. Sávio Andrade (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) - Ok, Caio. Eu continuo fazendo alguns ajustes aqui na conexão. O João continua tocando até a estabilidade de 100%. Considerando o pedido dos colegas... Os colegas sabem que toda pauta ela passa pela mesa diretora. Eu falo isso mais para os novos colegas que chegam, que estão acompanhando pela primeira vez a reunião do CNPCT. Toda pauta passa por uma mesa diretora que analisa, enfim, e aprova a pauta da próxima reunião ordinária, e essa pauta ela passou pela mesa diretora. Foi anteontem,

- João, que nós recebemos esse pedido de alteração da pauta. Foi ontem? Foi isso,
- 403 João?
- 404 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) É, foi essa semana. Foi um pedido no grupo da
- 406 mesa diretora.
- 407 Sr. Sávio Andrade (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e
- 408 **Combate à Tortura CNPCT) -** Perfeito. Eu acho que é importante, conforme os
- 409 colegas colocaram, sim, debatermos, pensarmos em uma solução, porque
- realmente o quórum completo... Isso é uma questão que envolve a todos, todos do
- 411 CNPCT. Então, considerando o arrazoado dos colegas, vamos incluir esse ponto
- de pauta. Como regra, entra no final da nossa pauta, para não atrapalhar os
- demais itens. Então, peçam aos colegas uma celeridade na nossa pauta para
- 414 chegarmos do nosso debate. João, você pode passar para... Tem mais algum
- 415 pedido de inclusão de pauta? Porque o Caio, a Vitória e os demais falaram
- relacionado ao edital de seleção, mas tem algum outro pedido de inclusão de
- 417 pauta?
- 418 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Nós temos o pedido do Comitê Estadual do
- 420 Amazonas de apresentar o protocolo. Proposta de protocolo interinstitucional de
- 421 monitoramento.
- 422 Sr. Sávio Andrade (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e
- 423 Combate à Tortura CNPCT) E está bem. Os colegas do Amazonas estão
- presentes na nossa reunião? Acompanharão hoje e amanhã?
- 1425 Interlocutora não identificada Sim, nós estamos presentes. Quem vai
- 426 apresentar é o Doutor Gaspar, Promotor de justiça que representa a parte do
- 427 Comitê, e ele já está entrando.

- Sr. Sávio Andrade (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Está bem. Perfeito. Relembrando que nós temos, sobre o assunto, um GT formado. Nós temos um GT... Eu não sei se esse GT já produziu algum material e com certeza esse pedido de ponto de pauta também tem relação direta com o nosso GT. Questiono aos integrantes do GT, enfim, se teria algum impacto no trabalho dos colegas, enfim...
- 434 Sr. João André Alves Lança (Suplente - Representante da Secretaria Nacional de Proteção Global) - Sávio, tenho coordenado GT... Operado com o 435 GT e avaliação que eu faço é que esse protocolo parece muito bem-vindo. Esse 436 protocolo foi anunciado na última reunião do GT, porém nós não tivemos tempo. 437 Eu estou curioso para ver a apresentação, eu recebi a documentação. Eu sugiro 438 que, tendo em vista a nossa pauta e os assuntos... Nós já tivemos uma inclusão 439 de um ponto do relevante para o Comitê no final, então, eu sugiro que a gente 440 peça aos colegas do Amazonas que a gente marque... A gente faz o compromisso 441 de marcar uma reunião do GT para a apresentação desse relatório... Desse 442 443 protocolo, tendo em vista também que nós ainda não fechamos o relatório final desse GT. Nós tivemos avanços em diagnosticar a situação, tivemos avanços em 444 pontos de ação estruturantes... Possíveis pontos de ação estruturantes e nós 445 queremos fechar um relatório, submeter isso ao Comitê Nacional, porque na 446 minha opinião, tem virado um estudo de caso interessantíssimo e a minha 447 sugestão é que após a reunião do GT, na próxima plenária, gente apresente esse 448 449 relatório como um ponto de pauta... O relatório e o protocolo interinstitucional. 450 Essa é a minha proposta. Até porque, imagino que esse protocolo nós poderemos 451 testá-lo, enfim, validá-lo nesse GT também. Então, isso, tendo em vista a nossa pauta que está com assuntos no tempo apertado. Se algum colega tem outra 452 453 opinião, peço que figue à vontade. Vitória esteve no GT em uma reunião também, 454 não é, Vitória?
- 455 Sr. João Gaspar (Promotor de Justiça no Ministério Público do Amazonas) -

Bom dia. Eu entrei agora e peguei o bonde andando, Dr. João Lança.

- 457 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 458 Nacional de Proteção Global) Sim. Dr. João Gaspar de Ministério Público, é
- promotor e compõe o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do
- 460 Amazonas. Dr. João, nós estamos deliberando sobre a inclusão de pauta do
- 461 protocolo interinstitucional que vocês estão propondo.
- 462 Sr. João Gaspar (Promotor de Justiça no Ministério Público do Amazonas) -
- 463 Certo.
- 464 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) E eu fiz uma... Que é o seguinte: Nós estamos
- com uma pauta extensa e com o tempo, pela experiência que a gente tem, é o
- tempo que nos coloca em risco de não... De prejuízo dessa pauta. Tendo em vista
- que o Comitê... Que o GT ainda passará pelo relatório final, nós fizemos esse
- compromisso, inclusive, no GT e que nós teremos a oportunidade de validar, de
- discutir e testar esse protocolo, a minha sugestão é que a gente encaminhe para o
- 471 GT o protocolo e, na próxima plenária, o ponto de pauta específico para
- discutirmos esse estudo de caso. Eu estou chamando de estudo de caso, porque
- têm surgido discussões interessantes com linhas de ações estruturantes para
- tratar o caso de Amazonas, mas que servem também para a gente poder replicar
- em outros lugares. Uma dessas iniciativas é o próprio protocolo que surgiu. Então,
- a minha sugestão é essa, tendo em vista a nossa... O cenário do GT e o tempo de
- pauta e os assuntos que estão já, digamos assim, em <u>aperto</u>.
- 478 Sr. João Gaspar (Promotor de Justiça no Ministério Público do Amazonas) -
- 479 Está bem. Não, por mim, tudo bem. Não tem... Acho que não tem problema
- nenhum. Por nós... Até imaginava. Na última reunião do GT, eu disse: "Olha, nós
- precisamos mais ou menos de uns 30 minutos para expor pormenorizadamente
- esse protocolo interinstitucional." Eu acho que talvez seja realmente interessante
- 483 começar a exposição do protocolo no grupo de trabalho depois levar para a
- 484 plenária do Comitê Nacional.

- 485 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Obrigado, Dr. João. O Caio se inscreveu e em
- 487 seguida a Vitória.
- 488 Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação,
- 489 Saúde e Sexualidade) Obrigado, João. São dois comentários rápidos...
- 490 Sr. David Raimundo Santos (Titular Representante da Francisco de Assis:
- 491 Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos FAECIDH) João, eu me
- inscrevi já às 9h17. Você não está...
- 493 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Perdão, Caio. Você cede a palavra para o Frei?
- 495 Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação,
- 496 **Saúde e Sexualidade) –** Claro, claro.
- 497 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 498 Nacional de Proteção Global) Perdão, Frei.
- 499 Sr. David Raimundo Santos (Titular Representante da Francisco de Assis:
- 500 Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos FAECIDH) Bom, Bom
- dia para todos e todas. Primeiro parabenizar o nosso Presidente Sávio por ter
- 502 acolhido a demanda do EDUCAFRO, que seja revista a questão das vagas
- sobrantes, porque nós sabemos que é questão de vida sadia e de ética para o
- Comitê, ter a todas as vagas preenchidas e vai ter, com certeza, maior riqueza o
- debate encaminhamentos. Eu pontuo, então, que já fui contemplado na fala do
- Caio e demais pessoas que me antecederam. O 2º ponto... Eu entendo a... Eu
- 507 entendo passo a passo em mesmo assim eu vou registrar aqui e peço, então, que
- se não for oportuno, que já deixe anotado para a próxima mesa diretora e que seja
- pauta da próxima reunião, que é o seguinte: Nós, enquanto Comitê Nacional de
- 510 Combate à Tortura, não podemos ficar neutros frente ao massacre de
- Jacarezinho. Nós, membros nacionais do Comitê de Combate à Tortura, não

podemos ficar neutros ao massacre de Jacarezinho. A entidade EDUCAFRO e outras entidades, nós abrimos uma ação civil/pública exigindo... Por danos coletivos, exigindo, para toda a comunidade de Jacarezinho, que haja reparação. Por que fizemos isso? Porque nós entendemos que não dá, para nós, Sociedade Civil, permitir que os estados e a União, o governo da União, continuem fazendo tortura e nós não batermos de frente com um debate um pouco mais jurídico, de modo que data posto, a justiça acolheu a nossa demanda e nós... E para nós é fundamental que o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura entre firme nessa pauta. Então, o ponto um: Se possível, colocar em pauta agora, mas não sendo possível, que já seja encaminhado oficialmente para a mesa diretora garantido que na próxima reunião esse Comitê trabalhe essa demanda. Um abraço.

Sr. Caio César Klein (Suplente - Representante da SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade) - Posso? Está mudo, João, mas vou entender que tu me deu a palavra. Está bem. Então, rapidamente, são dois comentários só. O primeiro sobre o GT do Amazonas, não querendo desprestigiada presença dos colegas que estão conosco aqui na reunião, mas nesse sentido, eu concordo com a sugestão do João, especialmente porque assim a gente vai ter mais tempo para fazer uma análise anterior em texto e também considerando que na próxima reunião a gente vai ter uma renovação bem grande do Comitê, então, vamos ter membros com sangue novo e bastante energia para analisar esse trabalho que está sendo feito no GT do Amazonas. O segundo é sobre esse ponto de pauta que já foi aprovado pela Presidência. Eu gostaria de solicitar ao Sávio para analisar a possibilidade, Sávio, porque acho que a gente não levaria tanto tempo para pensar sobre isso, mas que a gente pudesse... Levando em conta que isso afeta toda a continuidade do colegiado, que a gente pudesse ter um momento de informes com João na Coordenação sobre o processo que, em seguida, aproveitando o embalo do tema, a gente já expõe as possibilidades de como resolver essa questão. Então, ao invés de ficar para o final do dia de amanhã, a

- 541 gente faria agora no início e a gente já supera agora esse ponto. Seria o meu
- 542 pedido e a minha sugestão.
- 543 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 544 Nacional de Proteção Global) Vitória.
- 545 Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- Ordem de Advogados do Brasil) Desculpa a demora. Eu demorei para achar
- onde é o microfone nesse Teams. João, na verdade, sobre o ponto anterior,
- falando que eu acho mais relevante a gente deixar essa questão do Amazonas
- para GT mesmo, porque essa reunião já está cumprida e acho que é a nossa
- 550 última, inclusive. Concordar com as falas anteriores do Caio e do Frei. Só isso,
- 551 obrigada.
- 552 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Ok, Vitória. Obrigado. Sávio, sobre esse pedido
- do Caio de antecipar a discussão. O Sávio está com problema hoje de conexão.
- Sávio? Vou antecipar a minha opinião sobre... Eu não vejo problema. Não vejo
- 556 problema que a gente apresentar os dados e já colocar as propostas e as
- 557 preocupações. Não vejo problema, não. Acho que isso...
- 558 Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação,
- 559 **Saúde e Sexualidade) -** Eu diria... Eu diria até, João, para... Se tu pudesse
- 560 continuar e iniciar os informes. Eu estou preocupado que o Sávio não esteja
- 561 presente para receber os informes também.
- 562 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Está bem. Pessoal, vou continuar a pauta,
- 564 então, só vem sendo aqui. Na questão do pedido do Comitê do Amazonas, a
- 565 gente vai encaminhar para o GT e ir para uma próxima plenária. Para o pedido do
- 566 MNPCT, nós temos o tempo de pauta reservado, ok. Tudo bem? Alguma
- 567 consideração sobre isso? Do mecanismo presente. Bárbara? Vou dar por ok.

Então, só passar pelo ponto aqui de aprovação das pautas que aí a gente faz, logo em seguida. Está aprovada a pauta da 34ª RO.

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

Sr. Sávio Andrade (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) - João, se me permite... Desculpa. Estou conseguindo escutar, mas realmente está falhando agui a questão da conexão, mas apenas algumas considerações iniciais das falas dos colegas. Nós temos algumas questões, inclusive, que aconteceram próximas dessa reunião que precisariam entrar com informes também. E eu sugiro, já aproveitando a presença do Dr. João Gaspar, que também faça uma breve fala dos informes também sobre a situação lá do estado. Em que pese a questão, seria mais adequado realmente entrar em um debate mais detalhado no âmbito do GT e depois trazer para o CNPCT. Então, essa seria a minha sugestão. Com relação ao ponto de pauta que os colegas pediram, como eu falei, é um ponto importantíssimo, então, pensa que nós precisamos, sim, de um tempo adequado para pensar em conjunto e dar fala para todos os colegas que quiserem se posicionar. Eu acho... Agora sequência vai ser aquela que nós já conhecemos de pegar e toda a outra pauta ficar prejudicada. Por exemplo, tomei ciência que nós tivemos uma negativa da Polícia Federal, pela primeira vez, de prestação de apoio ao mecanismo e isso é preocupante. È preocupante por que? Nós temos um dispositivo legal que faz essa previsão na Polícia Federal e na Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal apresentou um novo empreendimento em relação ao dispositivo. Então, eu não gostaria de prejudicar as demais questões também que necessitam de uma análise do CNPCT para encaminhamento. Então, a minha sugestão... Vamos manter o tempo adequado amanhã para acelerar essa pauta e deixar um tempo. João, peço até para separar, talvez, 1h, 1h30 nesse debate da questão da Sociedade Civil. Ou até, se os colegas quiserem, fazer uma inversão da pauta hoje também para dar uma inversão na pauta hoje com esse tempo e colocar uma outra questão para lá. Essa é a minha sugestão. Eu volto a palavra ao João Lança.

Sr. João André Alves Lança (Suplente - Representante da Secretaria Nacional de Proteção Global) - Minha sugestão, então, Sávio, é nós passarmos aqui o ponto de pauta da pauta da reunião do sistema nacional... Passarmos ele aqui... Diminuir nos do tempo dele. Passar ele aqui para 11h30 e a gente pode validar o sumário executivo amanhã. Essa meia hora final para a gente ler o sumário executivo. Por que qual é a proposta para os colegas já irem adiantando isso? Nós temos tido um cenário que é o tempo para o nosso serviço aqui que degrava toda a reunião para fazer a nossa ata completa e isso tem demandado um tempo. Em paralelo, nós temos tido aqui, enquanto Coordenação de apoio, uma certa dificuldade de entender exatamente o comando que foi determinado. Então, juntando essas duas necessidades, primeiro ter celeridade publicizar as decisões com a aprovação do plenário para isso... Em primeiro. Em segundo, terá segurança de que: "Olha, o encaminhamento aprovado foi esse mesmo." Nós estamos propondo que no final de cada reunião a gente faca a leitura rápida do sumário executivo, porque a gente tira de cada plenária, para que a gente aprove esse sumário Executivo. "Olha, foi isso mesmo que foi deliberado, ok? Ok." E aí nós já conseguimos publicizar isso como decisão do plenário e também nós consequimos ter a certeza aqui para tomarmos os atos, tomarmos iniciativa dos atos. Então, esse tempo aqui no final, a gente coloca para 11h30, a gente cede a pauta aí do sistema para 11h30 e aprova esse sumário executivo amanhã e a gente abre aí, eu vou ceder aqui o tempo, meus 15 a 20 minutos de informe, aí nós abrimos um tempo aí de 40 minutos a 1h para a comissão, o doutor Walber está presente, o Rodrigo também, da SNPIR e a gente vence isso.

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) – Perfeito, eu acho que realmente, o sumário, ele é importante e, mas podemos realmente jogar o sumário para amanhã. Então, eu vou pedir, como nós já temos 1h aí de atraso, eu vou pedir para entrarmos na pauta de forma pragmática aí para atendermos e inclusive, temos um tempo maior para o debate, está bem? E nós temos aqui a questão do relatório anual, que é importantíssimo, nós precisamos aprovar o relatório anual e

- também a reunião do sistema nacional que foi solicitada, uma pauta de reunião do
- 628 sistema nacional e com a proposta já elaborada. Então, vamos seguir a pauta,
- João. Agora, já podemos ir para os informes?
- 630 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Antes, vamos aprovar aqui a ata da 32ª. Vocês
- estão vendo aqui? Essa é a pasta do nosso Drive. Nós temos duas atas aqui que
- ficaram prontas, 32ª e a 13ª RE... Não, isso aqui não é a tabela não, eu pedi para
- juntar a ata, está bem? Sumário executivo, enfim. A ata da 32ª está presente aqui,
- vamos aprová-la e vou pedir para subir a ata da décima terceira, a gente pode
- 636 aprovar amanhã ou na próxima, submetendo para todos com antecedência.
- 637 Alguma objeção a aprovação da 32ª? Não?
- 638 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 639 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Os colegas receberam o texto
- antes, enfim, dessa aprovação, da ata. Se tiver alguma objeção, eu vou pedir para
- apresentar de forma individual, por favor. Bom, considerando o silêncio, então,
- 642 aprovada a ata da 32ª Reunião Ordinária e da décima terceira reunião
- extraordinária do CNPCT. Passamos para o item 2.1 de pauta, e informes da
- secretaria executiva, por favor, João Lança.
- 645 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Perfeito. Então, aqui o primeiro informe nós
- temos Edital da Sociedade Civil. Eu vou abrir mão desse informe agora e fala lei
- desse Edital da eleição no ponto específico, depois dos informes. Nós temos aqui
- o informe da situação do Amazonas. Então, eu aproveito que está projetado e
- 650 peço aos colegas que atentem para a seguinte a pasta aqui no nosso Drive: GT
- 651 Amazonas. Aqui nós estamos consolidando toda a documentação já levantada. O
- 652 GT, então, foi pedido como encaminhamento da 33ª RO, eu fiz uma apresentação
- aqui, deixa eu ver se eu acho ela. Está bem, vou resolver por aqui mesmo. E a
- situação era de um alarde de um possível risco de mortes em massa, semelhante
- ao que aconteceu em 2019 ou 2017, pelo menos em termos das mortes, e aí a

gente fez esse GT, temos outros encaminhamentos também que foram demandado e esse GT fez a sua primeira reunião no dia 27 de agosto... De julho e nós conseguimos levantar alguns relatórios de inspeção. Primeiro relatório de inspeção que nós levantamos aqui, tentando mapear e ele aqui para nós. Esse relatório aqui da Defensoria Pública do Estado. Eles fizeram lá uma visita no dia 03/06, lembrando que a questão foi noticiada pelo mecanismo aqui no dia... Nós temos aqui os ofícios. Aqui, a questão começou a ser noticiada pelo mecanismo aos órgãos aqui do sistema nacional, os órgãos federais no dia 4 de junho de 2021 e no dia 3 o defensor esteve lá, fez uma inspeção, ok. E ele chega à conclusão aqui, tem nome de pessoas. Então, vou passar rápido aqui... Aqui, olha: "Para assegurar que os presos realmente não sofriam qualquer risco, o defensor conversou com todos os trinta reeducandos da ala 01 que reiteraram não haver qualquer ameaça imediata a sua integridade física no local, ressaltando inclusive, que tem sido um período tranquilo. Entretanto, reivindicaram direitos referentes a melhor alimentação, higiene, atendimento médico, e tal, e fez aqui, por pessoas, não vou projetar aqui, em respeito a essas pessoas. Ele chegou à conclusão de que aquela ameaça preocupante do momento, nesse relatório que ele fez não era presente esse risco aí de um colapso. Nós tivemos também um relatório da ouvidoria depois da ouvidoria do sistema penitenciário do Amazonas. Vou copiar ela aqui. Eles fizeram lá, no mês de maio esta inspeção. A ouvidoria aponta uma reforma, a existência de um outro cenário em relação a 2019, 2017, a realização de várias reformas nos presídios e apontam que a situação de alarme, ela, em maio a situação de um alarme atual de algo, um massacre, algo maior, não está presente no momento. E nós tivemos aqui um resumo, as solicitações da Sociedade Civil ali, do Desencarcera, da frente para o Desencarceramento e eles apontaram aqui, fizeram vários contrapontos colocando a necessidade de que a reforma não esconda, as reformas que estão sendo feitas na estrutura não escondam as necessidades aí das violações, a melhoria em vários aspectos, inclusive em celas, celas com condições inóspitas. Então, fizeram vários apontamentos que foram aí importantes para que a ouvidoria do sistema penitenciário e os agentes envolvidos também nesse monitoramento percebessem

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

a necessidade de continuar monitorando, de buscar os aperfeiçoamentos, tivemos também a fala de membro do comitê estadual pontuando, nós tiramos notas aqui da reunião do dia 03/08. Então, tivemos aqui a fala das pessoas do comitê, as notas da reunião do dia 19, da última, estão ainda em validação pelos membros, foram enviadas por e-mail. Então, para finalizar aqui, como o GT vai dar seu andamento, a gente vai apresentar um relatório, uma apresentação legal de powerpoint e tal, para finalizar, eu gostaria de mostrar esse documento que está na pasta. Então, pode ser objeto de consulta, nós fizemos um ofício para a secretaria pedindo protocolo de intervenções do grupo de intervenções penitenciárias e foi um encaminhamento também da Plenária e eles enviaram aqui o protocolo, ok. E o próprio ouvidor do sistema penitenciário apontou: "Olha, nós temos realmente ali necessidade de tratar com o grupo de intervenção para melhorar ali, aperfeiçoar a consciência e aplicação dos protocolos adequados." O doutor Fábio, representante da frente pelo desencarceramento também representante lá da universidade pontuou que esse protocolo, ele é bastante genérico. Então, deixa margem, deixa margem para dubiedade, esse é um ponto que eu acho que a ação estruturante para o comitê, o comitê pode trabalhar nisso dagui para frente. Então, a gente mapeou isso. Resumo: aquela iminência, aquela preocupação de se ver repetir 2019 e 2017 não está presente no momento. Há uma ampla reforma nos principais presídios da capital, a gente escuta isso, ainda assim há preocupações com violações de acesso a direitos, educação, alimentação, saúde, preocupação com celas, celas internas, há uma fala de que as reformas estariam mais aparentes do que nas regiões internas e há também uma grande preocupação, além de vários outros fatos aqui, resumindo, há uma preocupação com a ação do grupo de intervenção penitenciária, é feito pela Polícia Militar esse grupo lá, essa ação do grupo, esse grupo é formado e é composto pela Polícia Militar. Então, há uma preocupação com isso, em resumo, não é? Alguém tem alguma colocação a fazer para complementar?

Interlocutora não identificada - Eu estou inscrita, João.

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

- 716 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria 717 Nacional de Proteção Global) – Por favor.
- 718 Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular - Representante do Conselho Federal da Ordem de Advogados do Brasil) - Agradecer a sua apresentação, queria dizer 719 720 que eu acho bem relevante a gente levar essa documentação para o GT, mas que como nesse momento a gente está num período de informes e eu tenho certeza 721 722 que muita gente pode querer se manifestar sobre essa questão que tem sido, na verdade, o nosso foco nos últimos dias no comitê e na coordenação, porque a 723 demanda que chegou até a gente, é uma demanda muito grave. Eu pediria que 724 como nós temos, repito, o GT específico para esse tema, se a gente puder, com a 725 726 colaboração dos colegas, das colegas, passar para o próximo ponto, porque a nossa reunião já está muito atrasada e eu vi já que a Ana Valeska está com a mão 727 levantada, eu tenho certeza que ela tem uma contribuição importante para fazer, 728 mas a gente tem um GT específico para isso, não é? E aí quando o GT trabalhar e 729 trouxeram algum encaminhamento, nós voltamos agui para o grande grupo para 730 731 fazer, para transformar isso num ponto de pauta, mas que nós mantenhamos agora apenas como informe, só para conseguimos tocar a pauta, muito obrigada, 732 João. 733
 - Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Obrigado, Vitória, a Vitória é membro também do GT, não é, a Vitória? Eu não sei se a Ana Valeska também, enfim, quem mais compor, a ponderação da Vitória importante e realmente nós vamos ter que ajustar a nossa pauta, mas ao mesmo tempo eu quero garantir uma fala mínima para os colegas que estão presentes aí, está bem? Ana Valeska pediu a palavra e não sei se tem alguém do estado aí que gostaria, eu vou colocar dois minutos para uma fala bem rápida. Depois disso, infelizmente eu vou ter que dar sequência na pauta. Ana Valeska e depois algum colega do estado, se quiser fazer um breve informe, por favor.

734

735

736

737

738

739

740

741742

- **Sra. Ana Valeska -** Obrigada, Sávio. Bom-dia a todos, novamente. Eu estou 744 participando pelo GT coordenado pelo João Lança, esse GT da reunião sobre o 745 746 estado do Amazonas representando o mecanismo nacional, já tivemos em média umas três reuniões e de fato, só para trazer como informe foi até uma pontuação 747 748 do mecanismo nacional em relação ao uso, ao protocolo do uso de força dentro da unidade prisional do Amazonas e também na ocasião foi questionado também a 749 750 questão do translado e das pessoas privadas de liberdade para atendimento à saúde que foi uma outra questão também que a gente levantou. Então, como foi 751 752 dito aí a gente vai discutir melhor nesse GT, nós temos o GT também do mecanismo a respeito do protocolo, para discutir sobre o uso da força dentro das 753 754 unidades prisionais, mas é isso, obrigada.
- 755 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de** 756 **Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) –** Obrigado, a Ana. Passo a palavra 757 agora para algum colega do estado que queira apresentar algum informe aí, 2 758 minutos, está bem? Caso não tenha inscrição, nós vamos seguir na seguência.
- 759 **Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria** 760 **Nacional de Proteção Global) –** Não temos inscrição, Sávio.
- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Perfeito, então, próximo informe sobre a designação dos peritos. Isso foi realmente uma batalha complexa que nós tivemos com ações judiciais e finalmente, nós conseguimos a publicação e os novos peritos já iniciaram o trabalho do mecanismo nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Passo ao João Lança aí, algum informe relacionado ao tema?
- 767 **Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria**768 **Nacional de Proteção Global) -** Apenas dizer que foram designados os últimos
 769 quatro peritos das quatro vagas em aberto e uma das peritas designados
 770 demonstrou uma impossibilidade em assumir. Além disso, nessa semana, na
 771 segunda-feira, nós recebemos a decisão do mandado de segurança a qual essa

- perita havia conseguido uma liminar e o mandado de segurança na sentença foi
- denegado. Então, pela decisão e pela própria motivação própria nós já estamos
- com expediente em andamento para substituir o que recompor os onze. De fato,
- nós temos aí dez, então, atualmente que já estão aí em exercício. A Bárbara se
- inscreveu, por gentileza.
- 777 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 778 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) E inclusive, até aproveita, viu
- Bárbara? Para perguntar se os quatro, são quatro peritos que iniciaram, não é?
- 780 **Sra. Bárbara –** 3, agora o Rogério, 4, acabou de entrar.
- 781 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 782 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Se os quatro peritos estão
- presentes, para um minuto pelo menos, abrir o vídeo aí me apresentar para os
- colegas, enfim, para conhecê-los aí, uma breve fala. Porque depois nós teremos
- um ponto aí do mecanismo. Pode ser?
- 786 **Sra. Bárbara -** Pode sim. Só rapidamente, até dialogando com o João, porque é
- tudo tão rápido, não é? Mas João, ontem a Natália Vilar me ligou e disse que já ia
- 788 fazer o comunicado oficial para o Ministério de que também não vai assumir.
- 789 Então, naqueles quatro nomes, tem duas que não vão assumir. Então, a gente vai
- 790 precisar desse trâmite das próximas duas ou dois da lista. Então, são duas. Era só
- 791 isso que eu queria dizer, muito obrigada, bom-dia, boa reunião e o Rogério eu vi
- 792 que está por aí, Camila...
- 793 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 794 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Então, passo a palavra para o
- Rogério, um minuto, Rogério, apenas para se apresentar, por favor.
- 796 **Sr. Rogério Guedes -** Obrigado, Sávio. Me chamo Rogério Guedes, assistente
- 797 social de profissão aqui do Espírito Santo e o mais novo perito designado para
- 798 compor aí o grupo do mecanismo. Obrigado.

- 799 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 800 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Seja bem-vindo, Rogério nessa
- nobre função aí de perito do mecanismo e desejo um bom trabalho aí. A próxima é
- a Camila, Camila está presente, Bárbara?
- Sra. Camila Barbosa Sim, estou presente. Muito obrigada pela acolhida, estou
- no mecanismo a aproximadamente dois meses já, sou advogada, professora de
- filosofia também, integra a equipe aí já há um tempinho. Obrigada.
- 806 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Excelente, Camila, seja bem-vinda,
- 808 em que pese os dois meses aí de atividade, essa é a primeira reunião com o
- colegiado, não é? Então, é um prazer tê-la, enfim, e contar com o seu trabalho aí.
- Desejo um bom trabalho aí no mecanismo.
- Sra. Camila Barbosa Eu sou de São Paulo, mas resido em Brasília desde 2018.
- 812 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Perfeito, obrigado, Camila. Bom,
- então, Bárbara, nós não temos, então, nós fechamos, não é? Então, nós temos
- que dar sequência, então, agora na questão da formalização da desistência da
- outra perita para que o Ministério possa encaminhar para publicação na sequência
- 817 da relação, correto?
- 818 Sra. Bárbara A Ana Valeska, embora seja, tenha vindo do mecanismo de
- 819 Rondônia, também merece ser saudada aí por todos e todas nós, porque ela
- 820 também agora veio para o mecanismo nacional, já fez uma breve fala, mas ela
- 821 também merece esse momento, não é Ana?
- 822 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Bem lembrado, Bárbara. Por favor,
- 824 Ana Valeska.

Sra. Ana Valeska – Rapidinho, bem gente, antes de dizer que eu vim de Rondônia, eu quero dizer que eu sou campograndense, sou do Mato Grosso do Sul, que já moro há muitos anos na região norte, mas Mato Grosso do Sul é minha terra natal, tenho familiares lá. Sou advogada, formada desde 1999, tenho também especialização em direito penal e processo penal, atuei bastante tempo também para e outras áreas de direitos humanos, sistema OAB e entrei, dia 1 de julho, foi nomeada perita do mecanismo nacional, espero contribuir com a minha experiência também nesses três anos, esse primeiro mandato do mecanismo estadual de Prevenção e Combate à Tortura de Rondônia. É uma experiência que foi muito enriquecedora e espero trazer essa experiência para contribuir e somar com os demais colegas peritos aprovados. Passo, também tem a colega Ronilda tmabém que não sei se apresentou também, só para fechar, muito obrigada.

- 837 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de 838 Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) - Por favor, Ronilda. Seja bem-vinda,
- 839 Ana Valeska. Por favor, Ronilda.

Muito obrigada a todas e todos.

- **Sra. Ronilda** Bom-dia a todas e todos. Eu sou Ronilda, a primeira perita nomeada na condição de pessoa com deficiência. Atualmente eu estou monitorando o estado de Minas Gerais, Pernambuco, Amapá, Paraná, a gente está com um projeto aí de implementar o núcleo de pessoas com deficiência privadas de liberdade aqui no mecanismo nacional e é isso, pessoal. Eu gostaria de agradecer por essa oportunidade de estar aqui e espero poder contribuir com toda a minha experiência e também marcar essa trajetória aqui no mecanismo.
- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) - Seja bem-vinda, o Ronilda, fico muito feliz em ver aí depois de um tempo a recomposição da nossa equipe de peritos e vamos dar sequência ao preenchimento integral, está bem? A ideia é fecharmos os onze para que as atividades retornem à normalidade. Passo a

- palavra para a Bárbara, antes de passar para o próximo informe. Está sem som
- 854 Bárbara, aí.
- Sra. Bárbara Está bem. Para fechar essa saudação, então, é isso?
- 856 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Fique à vontade.
- 858 Sra. Bárbara Não, só para isso Sávio, agradecer a nomeação dos peritos e
- peritas, a gente de fato, precisa dos onze, mesmo em onze, há muito trabalho e
- toda essa desestruturação tem impactado, a gente ainda vai ter uma pauta para
- 861 falar um pouco mais sobre isso, mas queria também aqui em nome da
- 862 coordenação, desejar novamente boas-vindas a todas as peritas e peritos e já
- entraram no ritmo do mecanismo. Então, muito obrigada pela força de trabalho,
- pelo compromisso de vocês, espero que a gente volte a ter um mecanismo total
- para poder fazer o trabalho mais completo e dar mais que todos e todas nós para
- o nosso povo brasileiro. Então, muito obrigada e aguardamos os próximos e as
- 867 próximas, não é?
- 868 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 869 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Perfeito, Bárbara. Agradeço,
- 870 Bárbara, eu acho que cabe entrar aqui no informe ainda se a PRF deu o ok no
- 871 apoio da ação do mecanismo? Porque eu vou pedir para a questão da Polícia
- federal entrar no ponto de pauta específico do mecanismo, está bem? Para que
- 873 possamos apresentar algum encaminhamento, mas é importante informar se a
- expedição está garantida com o apoio da PRF.
- 875 **Sra. Bárbara -** Eu não estou conseguindo ver direito quem está na reunião e tem
- muita gente, também quero ver se o Ribamar está por aí, para me auxiliar nisso,
- porque a gente está dividindo esses diálogos com a Polícia, com as Polícias. Por
- enquanto, a PRF deu sinais em alguns estados, a gente ainda não tem certeza de
- que serão, que o apoio será dado em todos os estados. Sávio, é até importante
- 880 comentar com vocês que a gente até acabou encontrando um termo de

cooperação com a PRF entre o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e o MinistérioMinistério da Justiça, o que também, de alguma forma garantiu que a gente conseguisse esse trânsito e efetivamente, ter o apoio das Polícias, embora já esteja a previsão legal lá na lei 12.847, acho que esse termo de cooperação, ele acabou fortalecendo os nossos laços. No entanto, esse mesmo termo, ele não existe com a PF. Eu acho que a gente vai ter que falar um pouco sobre isso, embora a gente já tenha previsão na lei essa atribuição das Polícias em relação ao apoio logístico de segurança do mecanismo nacional, mas talvez seja preciso repetir isso que foi tão profícuo, esse laço construído com a PRF com a PF também. E o Ribamar, se ele estiver por aí, eu queria pedir para ele me ajudar a complementar, porque ele também está nisso comigo e por enquanto a gente teve só para a confirmação da PRF em um estado, não é Ribamar? Ele está aí, não?

Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) - Eu acho que o Ribamar não nos escuta. Então, eu vou deixar, quando retomar o ponto do mecanismo, aí o Ribamar pode fazer uma extensão maior, mas já antecipo para os colegas, conforme até conversei com a coordenadora, o termo de cooperação, ele é um plus, porque a competência já está na lei, tanto da PRF, e da PF é prestar esse apoio. O que aconteceu com a Polícia Federal é uma interpretação nova, considerando a criação da Polícia penal federal. Enfim, a Polícia federal tem uma nova interpretação, mas se esse for o mecanismo, um novo termo de cooperação com a Polícia federal, nós temos que dar os encaminhamentos internos no âmbito do Ministério, mas já sugeri a coordenação do mecanismo que a questão deve ser levada para a consultoria jurídica, porque trata-se de uma interpretação legal e a consultoria jurídica pode nos apresentar um parecer para nortear essa ação do Ministério, está bem? Agradeço, então, a Bárbara e passo de imediato já para o próximo ponto de informe, só que essa é a proposta do sumário executivo. Então, nós vamos deixar para frente. É isso, não é, João Lança? Pela inversão da pauta solicitada pelos colegas.

- 910 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria 911 Nacional de Proteção Global) É, eu já expliquei isso também, pode passar.
- 912 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de 913 Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) – Então, o próximo informe, o ofício 914 de retorno do TJ Bahia sobre ações na pandemia. Por favor, João Lança.

915 Sr. João André Alves Lança (Suplente - Representante da Secretaria Nacional de Proteção Global) - Nós tivemos aqui dois ofícios retornando. Vou 916 917 projetar para os colegas acompanharem. Nós tivemos dois ofícios de encaminhamento de 2020, retornaram, depois dos colegas podem se debruçar 918 919 sobre os assuntos. Nós temos aqui esse ofício aqui, relativo ao Pará, está bem? Agui. Resposta ao ofício informações relativas a situação de tentativa de fuga em 920 rebelião no centro de recuperação penitenciária Pará II, CRPP II. Então, houve um 921 informe sobre isso, eu pedirei licença para ler, devido ao avançado, dizer que está 922 923 na pasta. Tem um encaminhamento deles para... Respondendo a Presidente. Está por aqui, e outro ofício que chegou, é o ofício do estado da Bahia respondendo ao 924 925 ofício de 2020, recomendações, sobre recomendações 6278 do CNJ, então "Sirvome do presente para informar outras providências adotadas por esse poder 926 judiciário do estado da Bahia em derredor da solicitação contida no bojo do ofício 927 tal." Então, há aqui, o GMF da Bahia prestou informação sobre as ações no âmbito 928 929 dos conselhos de comunidades... Expediente interno em tramitação. A implementação com finalidade de atualizar dados, efetivar reuniões periódicas, 930 aumentar a instalação de novos conselhos e comunidades, dialogar sobre a 931 932 capacitação continuada dos servidores e magistrados e colaboradores da justiça acerca da temática em questão. Nesse caso da Bahia... Não, é apenas isso 933 mesmo. Então, fizeram uma resposta também. Deixo aqui para que a gente avalie 934 aí em seguida. Qual é o próximo informe? Alguém tem um ponto de fala sobre 935 936 isso? Então, próximo informe, a agenda de encontros regionais com comitês e mecanismos estaduais. Sobre isso nós fizemos uma proposta de agenda aqui, 937 para avaliar internamente essas agendas, tendo em vista que a gente quer 938 convidar a ministra para participar de alguma dessas agendas, semana passada 939 Página **35** de **111**

nós fizemos reuniões regionais, o comitê participou. Esse ano também nós vamos 940 propor aí uma nova rodada de reuniões regionais, todavia a agenda da ministra 941 942 ainda não me deu o ok de quais datas a gente poderia sugerir aqui com a participação dela, ela não participará em todas, a gente apenas sugeriu, olha, 943 944 como a ministra participou do ano passado, temos essas sugestões de datas. A gente sugeriu as datas agora em setembro, antes da reunião do encontro, mas 945 946 ainda não tivemos retorno. Então, eu deixarei de apresentar essas datas, dizer que nós vamos fazer essas reuniões e aí a ideia é marcarmos reuniões e 947 948 convidarmos os membros do comitê para participar conosco, do mecanismo para a gente fazer reuniões regionais aí com os comitês estaduais e os mecanismos 949 950 estaduais. E aí aqui eu encerro os informes.

- 951 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 952 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Obrigado, João Lança. Então,
- agora nós temos aquele período que é aberto para os membros e convidados que
- 954 quiserem, acho que alguém está com áudio aberto aí, hein, vou pedir para o
- 955 administrativo fechar todos os demais áudios...
- 956 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 957 **Nacional de Proteção Global) –** Fechei o seu também, Sávio.
- 958 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 959 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Não, tranquilo, tudo bem. Pode
- 960 fechar todos os demais áudios de quem não estiver com a palavra. Então, agora é
- 961 aquele momento que nós temos para os membros e convidados que quiserem
- apresentar algum informe, por favor, figuem à vontade.
- 963 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 964 **Nacional de Proteção Global) –** Sávio, a Patrícia de Oliveira se inscreveu.
- 965 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Então, já passo a palavra para a
- Patrícia e quem quiser, na sequência, por favor, apresente a inscrição no Chat

para facilitar para o João Lança. O Matheus também, está a mão levantada do Matheus. Então, Patrícia, por favor.

968

969

970

971

972

973

974

975

976

977

978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

997

Sra. Patrícia de Oliveira - Bom-dia a todos e todas, eu vou ficar com a câmera fechada, porque minha Internet está com instabilidade. Sobre os encontros com os comitês e mecanismos estaduais, eu acho muito importante encaminhar uma préproposta para os comitês, para os comitês poderem participar e poderem opinar, já que desde 2018, que foi o último encontro, o terceiro encontro de comitês nacionais e também devido à pandemia, não aconteceu, mas eu acho muito importante em aqui encaminhe e-mail para os comitês, que os comitês posso opinar e posso dizer uma proposta conjunta, para ser uma coisa conjunta, do Comitê Nacional com os comitês pelo Brasil, porque eu acho superimportante. Eu acho que a gente precisa resgatar também algumas pautas que foi no primeiro encontro de comitês e mecanismos, do segundo encontro e do terceiro encontro, que a gente não deu continuidade. Algumas coisas ficaram paradas. Então, eu acho que é importante também a gente resgatar isso e como vai ter também a mudança no Comitê Nacional, acho também importante trazer isso para os novos membros dos comitês que estão, do comitê que está chegando. Eu acho que precisa ter mais uma articulação também entre os comitês pelo Brasil, eu tenho sentido essa dificuldade em essa falta de interlocuções assim entre esses comitês. Eu, particularmente, conheço muita gente que integra o comitê de vários estados, porque eu já fui do mecanismo, estou no comitê e conheço várias pessoas. Então, eu sei que essas pessoas estão nos comitês, mas quem não sabe, quem não conhece, não tem essa interlocução. Eu acho que precisa ter essa interlocução mais forte, até para o sistema de Prevenção e Combate à Tortura ser um sistema mais forte, é isso, obrigada.

Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) – Obrigado, Patrícia, excelente a sua sugestão, viu? Eu acho que realmente, nós temos, João Lança, inclusive, eu acho que já poderíamos colocar isso como uma ação, se não tiver nenhum impedimento dos colegas, oficiarmos de imediato todos os comitês perguntando Página 37 de 111

sobre uma proposta de pauta, assuntos sensíveis que os comitês nos devolvem algumas questões e nós podemos planejar melhor esses encontros, não é? Se não tiver nenhuma objeção dos colegas, eu acho que podemos já colocar isso como encaminhamento, está bem? Salutar para esse diálogo nos comitês. Bom, parece que ninguém colocou alguma objeção. Então, já passo a palavra para o Mateus Moro.

- Sr. Mateus Moro Bom dia, Sávio, obrigado, bom-dia a todas e todos. Em relação a esse tema que a Patrícia colocou também, eu queria pedir para o João tentar uma especial atenção em São Paulo, a situação em São Paulo, ela vem...
- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) – Matheus, você está sem áudio. O áudio não está funcionando, aí, pronto.

1010

1011

1012

1013

1014

1015

1016

1017

1018

1019

1020

1021

1022

1023

1024

1025

1026

Sr. Mateus Moro - Eu não sei se chegaram a ouvir alguma coisa, mas enfim, bom-dia a todos e todas. Em relação ao mesmo assunto que a Patrícia trouxe aqui, que o João Lança acabou de trazer no último ponto, destacar a importância de a gente dar uma atenção especial a São Paulo, claro que a gente tem problemas em todas as unidades federativas, mas São Paulo, querendo ou não, é o que tem mais presídios, mais unidades de internação, mas hospitais psiquiátricos, enfim. E nesse caso específico de São Paulo a gente já tinha um projeto de lei que foi aprovado pela assembleia legislativa e foi vetado pelo atual governador do estado. Após esse veto, eu acho importante também essa contextualização, partidos da base do governo federal, eles aumentaram muito na assembleia legislativa. Então assim, haveria uma chance do interesse também do Comitê Nacional, do governo federal de a gente tentar derrubar esse veto, porque o veto, ele foi no início de 2019 e depois tomaram posse vários deputados que poderiam participar desse debate. Então, eu queria chamar a atenção a isso. E um projeto de lei que já foi aprovado, mas foi vetado, e havendo, enfim, fazendo articulação esse veto pode ser pautado. E também pedir a atenção também do comitê, enfim, do governo em relação à importância das inspeções do mecanismo

nacional, falou-se aqui hoje sobre enfim, até dar boas-vindas a todos os peritos que ingressaram, mas em março, a gente teve que cancelar algumas inspeções por falta de diárias, por falta de passagens aéreas, enfim. Então a gente, novamente, como fez há um ano atrás, está tentando com a defensoria pública debater com o mecanismo. Então, é importante nos próximos meses a gente ter o respectivo orçamento para que as missões possam ser feitas. Eu acho que eram esses dois pontos, Sávio, obrigado.

1027

1028

1029

1030

1031

1032

1033

1034

1035

1036

1037

1038

1039

1040

1041

1042

1043

1044

1045

1046

1047

1048

1049

1050

1051

1052

1053

1054

Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) - Obrigado, Mateus. Com relação às questões parlamentares, nós temos algumas dificuldades, não é? Nós não temos um núcleo parlamentar aqui para fazer as tratativas específicas. Então, é importante que saia uma sugestão, hoje o Matheus, como convidado, eu acho que a ANADEP passa a integrar depois o colegiado, não é? Então, se puder passar para algum membro para algum encaminhamento, por exemplo, acionarmos a parlamentar aqui do Ministério, enfim, assessoria para pelo encaminhamento de algum expediente dos parlamentares, eu acho que seria uma medida concreta. Aí eu aguardo a sugestão do colega, está bem? Estou vendo que a Isabel também pediu a palavra. Isabel Lima, por favor.

Sra. Isabel Costa Lima (Titular - Representante da Justiça Global) – Eu queria até, pelo que eu entendi da fala da Patrícia, se não for isso, me corrija, é que além, porque a gente está nesse ponto do informes sobre os encontros regionais, mas no quarto ponto de pauta vai ser sobre a reunião do sistema nacional e eu acho que a Patrícia traz uma sugestão e uma fala sobre a participação dos comitês no processo de consulta e tal, também sobre a construção da reunião do sistema nacional, da programação, dos temas e tal ponto então, não só eu entendi e acho importante, também reforçam essa proposta que não só para esse ponto dos encontros regionais, mas também do encontro que vai ser pauta, do nosso quarto ponto de pauta, não é? Que é o encontro do sistema nacional.

- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Exato, Isabel. Bem lembrado, nós temos esse ponto um pouco mais para frente, podemos referendar novamente essa questão, essa sugestão dos ofícios para os comitês buscando informações, eu acho que pode entrar no nosso planejamento também da reunião do sistema nacional, está bem? Então, não vejo mais inscrições aqui. Você tem alguma inscrição aí, João Lança? Não, não é? A Fernanda, não, não. Está bem.
- Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria Nacional de Proteção Global) Quero só mencionar aqui, registrar a presença da Fernanda Vieira de Oliveira da Assessoria Popular Maria Felipa, entidade que foi também eleita no atual processo seletivo, se não me engano, foi a Fernanda que perguntou sobre acesso aos documentos do GT Amazonas. Sim, nós compartilhamos essa pasta dentro do Drive da reunião e também estão disponíveis para compartilhar via e-mail, via WhatsApp.
- 1069 Sr. David Raimundo Santos (Titular Representante da Francisco de Assis:
- 1070 Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos FAECIDH) Oh Sávio,
- 1071 no informe da Educafro...
- 1072 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 1073 **Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) –** Tem fala? Frei David, não é? Está
- 1074 com a palavra, por favor.
- 1075 Sr. David Raimundo Santos (Titular Representante da Francisco de Assis:
- 1076 Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos FAECIDH) Oh Sávio,
- 1077 no informe da Educafro, nós propusemos que o nosso comitê trabalhe com
- bastante carinho a questão da violência na favela Jacarezinho, enquanto Comitê
- Nacional. E aí, não falei, não é? Está feita a proposta para discutir agora, mas
- sabemos que tem que ir para a mesa, que então, já seja um tema oficial para a
- próxima mesa, para trabalhar isso na próxima reunião. Como é que se encaminha
- isso, por favor, meu irmão?

- 1083 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Frei, então, a proposta é que entra
- na próxima Reunião Ordinária esse tema relacionado ao Jacarezinho, não é? Eu
- vou pedir já e já vou pedir para a Coordenação-Geral anotar e se tiver algum
- detalhamento, frei, a mais aí e puder também encaminhar por e-mail, para a nossa
- 1088 Coordenação-Geral, que entra já na próxima mesa diretora para a próxima reunião
- 1089 do CNPCT, está bem?
- 1090 Sr. David Raimundo Santos (Titular Representante da Francisco de Assis:
- 1091 Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos FAECIDH) Como
- instrumento, a gente vai mandar a ação civil pública com pedido de indenização
- 1093 coletiva que a Educafro fez contra o governo do estado do Rio de Janeiro.
- 1094 Podemos mandar essa peça inicial para vocês.
- 1095 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 1096 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Está bem. E se puder fazer uma
- pequena síntese do objeto dos nossos debates, seria importante. Dois parágrafos,
- 1098 apenas pensando em alguns encaminhamentos que ajudariam nessa ação, está
- bem? Se puder fazer isso, eu agradeço.
- 1100 Sr. David Raimundo Santos (Titular Representante da Francisco de Assis:
- 1101 Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos FAECIDH) Combinado.
- 1102 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Então, como nós não temos mais
- informes, passo para o ponto 3.1 da pauta, a aprovação do relatório anual do
- 1105 CNPCT. João Lança, por favor.
- 1106 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1107 Nacional de Proteção Global) Estou abrindo.
- 1108 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Não sei se nesse ponto os colegas

- 1110 conseguiram apresentar algumas considerações sobre o nosso relatório anual,
- 1111 não é? Isso foi disponibilizado aos colegas. Eu não sei, João Lança, se você
- obteve algum retorno relacionado ao nosso relatório?
- 1113 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1114 Nacional de Proteção Global) Nós obtivemos contribuição do Dr. Jorge
- 1115 Mendes do Ministério Ministério da Defesa.
- 1116 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 1117 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Perfeito.
- 1118 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Eu recebi o registro apenas dessa contribuição.
- 1120 Então, o relatório foi complementado, foi ajustado.
- 1121 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Vamos fazer uma leitura, então,
- rápida. Eu anotei algumas coisas aqui também, acabei não passando, mas nessa
- leitura, o que tiver de observação, eu passo.
- 1125 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1126 Nacional de Proteção Global) Ok. Vou sublinhar isso aqui, só como um
- 1127 lembrete. Então, nós temos aqui o sumário, apresentação, composição,
- representantes do governo. Eu vou passar para o texto, está bem? Faltou aqui
- preencher, apresentação da minuta de Relatório de Atividades, planejamento
- 2021, aprovação do calendário de reuniões em 2021, um resumo das ordinárias,
- não é? Então, vamos lá para o texto... Oi Sávio?
- 1132 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Pode ir, por favor.
- 1134 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1135 Nacional de Proteção Global) Apresentação, não é? Então: "O Comitê
- Nacional de Prevenção e Combate à Tortura foi criado pela lei 12.847 e tem as

- seguintes competências..." Então, estão aqui as competências, vou pedir licença
- para não ler esses textos legais, ok? Se alguém quiser que a gente leia, a gente
- 1139 lê.
- 1140 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) João, nesse ponto aqui, eu acho
- que ficou faltando citarmos que esse relatório, o relatório do comitê é um relatório
- anual, mas enfim, com as alterações que nós tivemos, esse relatório vai englobar
- 1144 o período de 2019 a 2021. Correto?
- 1145 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1146 Nacional de Proteção Global) Sim.
- 1147 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Então, eu acho que ficou faltando
- ali no início fazer essa pequena menção: "Este relatório trata das atividades do
- 1150 Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura desenvolvidas no período de
- 2019 a 2021. Este relatório trata das atividades do Comitê Nacional de Prevenção
- e Combate à Tortura desenvolvidas no período de 2019 a 2021." 2021, obrigado.
- 1153 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1154 Nacional de Proteção Global) Nesse relatório, nós precisamos mencionar
- também que essa 34ª reunião não entra.
- 1156 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 1157 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Exato, exato.
- 1158 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1159 Nacional de Proteção Global) Ok?
- 1160 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 1161 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Perfeito.

1162 Sr. João André Alves Lança (Suplente - Representante da Sec	ecretaria	da S	epresentante	- Re	Suplente	Lanca	Alves	André	João	Sr.	1162
--	-----------	------	--------------	------	----------	-------	-------	-------	------	-----	------

- Nacional de Proteção Global) Comitê Nacional de Prevenção e Combate à
- Tortura foi criado pela lei, colocamos aqui as atribuições. Em 2019, o Comitê
- Nacional de Prevenção e Combate à Tortura se reuniu três vezes. Duas vezes em
- reuniões ordinárias e uma na décima segunda reunião extraordinária. Em 2020 se
- reuniu seis vezes, 5 em reuniões ordinárias e uma em reunião extraordinária.
- 1168 Entre as atividades realizadas destaca-se a realização do quinto processo de
- 1169 seleção de peritos para o mecanismo.
- 1170 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Eu vou pedir, se algum colega tiver
- 1172 alguma observação durante a leitura, por favor, já faça a intervenção, porque a
- ideia é fecharmos o texto do nosso relatório que será aprovado aqui, está bem? E
- 1174 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1175 **Nacional de Proteção Global) –** Este relatório é composto pelo resumo das
- atividades, das principais atividades, resumo das discussões feitas em plenário,
- listas dos documentos produzidos, lista com links para materiais de jornais com
- referência à atuação do colegiado, informação sobre a execução orçamentária em
- 1179 relação às diárias e passagens, resumo das presenças nas reuniões e três anexos
- 1180 com os textos dos documentos produzidos. Composição: a composição do
- 1181 CNPCT consta do artigo 8 do decreto 8154/2013. Está agui a composição.
- 1182 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Tem que descer um pouco aí,
- 1184 João. Eu acho que não está passando, não passou, pelo menos a imagem, eu
- acho que parou aqui em documentos produzidos.
- 1186 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Para mim já está na composição.
- 1188 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Está bem. Na composição, está

- faltando, porque está Ministério Ministério da Justica, está faltando "e seguranca"
- pública." Ah, não, você ainda está na parte de cima, tudo bem, pode continuar. Aí
- está perfeito, eram os representantes de governo. Podemos seguir? Qual é o
- ponto que você está agora, João?
- 1194 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Representante da Sociedade Civil.
- 1196 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 1197 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Representantes de governo você
- fez um ajuste lá, Ministério da Justiça e Segurança Pública, não é?
- 1199 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1200 Nacional de Proteção Global) Isso.
- 1201 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Está bem. Os colegas, verifique se
- 1203 tiver algum erro no nome, está bem? Por favor, corrijam agora. Representantes da
- Sociedade Civil. Composição da mesa diretora. João, eu acho que a imagem está
- 1205 dando algum delay aqui, algum atraso. Eu não sei se os colegas estão
- acompanhando, mas a minha aqui, está dando um pouco de atraso.
- 1207 Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- 1208 Ordem de Advogados do Brasil) Aqui está tudo certo, Sávio. Talvez seja a sua
- 1209 conexão.
- 1210 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 1211 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Está perfeito, perfeito.
- 1212 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1213 Nacional de Proteção Global) Convidados do CNPCT.
- 1214 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 1215 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Já não tem ali em cima

- "Convidados" Precisaria "Convidados" De novo? Porque está convidados do
- 1217 CNPCT, e aí tem "Convidados" De novo. Eu acho que dá para tirar, não é? Aí.
- 1218 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1219 Nacional de Proteção Global) Ok?
- Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- 1221 Ordem de Advogados do Brasil) João, eu acho que falta o CNDH. Se não me
- 1222 engano, eles estão como convidados, tinha até alguém nomeado, mas não
- 1223 acompanhei.
- 1224 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Isso, são convidados sim. Mais algum?
- Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- 1227 Ordem de Advogados do Brasil) Eu acho, João, só assim, por um
- preciosismo, que na parte da DPU, tivemos dois representantes nesse período do
- relatório, se não me engano, o anterior era o Alexandre e agora o novo é o
- 1230 Walber, não sei se é...
- 1231 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Exato. É importante colocar o
- Alexandre que participou bastante dos debates, é importante realmente, registrar a
- presença do Alexandre, Dr. Alexandre.
- 1235 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1236 Nacional de Proteção Global) Tem o nome dele completo?
- 1237 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) E Kaiser, não é? Alexandre Kaiser.
- 1239 É isso?
- 1240 Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- 1241 Ordem de Advogados do Brasil) Isso, só não sei escrever.

- 1242 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1243 Nacional de Proteção Global) A gente completa depois. Mas já deixar
- 1244 registrado.
- 1245 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Alexandre Kaiser Hauber. O colega
- colocou, o colega Walber colocou, Alexandre Kaiser Hauber, se puder completar
- 1248 já eu acho que seja mais uma questão.
- 1249 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1250 Nacional de Proteção Global) Ótimo.
- 1251 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Está no Chat, está bem?
- 1253 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1254 Nacional de Proteção Global) Depois eu conserto isso. Mais algum agui,
- 1255 detalhe?
- 1256 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 1257 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Acho que podemos passar.
- 1258 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1259 Nacional de Proteção Global) Atividades principais, instituição do mecanismo...
- 1260 Para o Rio Grande do Sul, faz uma lista aqui que atividades principais
- 1261 desenvolvidas, a 24ª Reunião Ordinária, o pleno do CNPCT designou pela
- deliberação de dois membros para entregar a missão do mecanismo nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura do estado do Rio Grande do Sul. A representante
- do Conselho Federal dos Advogados do Brasil, a senhora Vitória Buzzi e o
- representante do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, o senhor
- Marcos Ferreira de Carvalho participarão entre os dias 9... Não, entre os dias 9 a
- 13 de dezembro de 2019 da inspeção nos locais. O instituto médico legal visita

- unidades prisionais, bem como reuniões com autoridades locais. O relatório final
- 1269 está disponível em...
- 1270 Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- 1271 Ordem de Advogados do Brasil) João, só um adendo neste, por favor, o Caio
- da SOMOS participou, enquanto um representante local, digamos assim, não é?
- 1273 Ele não foi escolhido na reunião, mas como ele mora lá, ele também acompanhou.
- 1274 Não sei como é que poderia constar isso.
- 1275 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 1276 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Eu acho que "Integrou o também os
- membros CNPCT, Caio Klein..." Eu acho que alguma coisa nesse sentido
- 1278 também, não é? "Integrou as atividades também o membro do CNPCT, Caio
- 1279 Klein." seria isso, Vitória?
- Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- 1281 Ordem de Advogados do Brasil) Isso, Sávio.
- 1282 Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação,
- 1283 Saúde e Sexualidade) É, mais especificamente eu fiz as inspeções, não é?
- 1284 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Alguma observação, Caio, com
- 1286 relação à forma que ficou registrado?
- 1287 Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação,
- 1288 Saúde e Sexualidade) Não, não, Sávio. Eu só não me recordava aqui eu não
- tinha sido escolhido na reunião, para mim, eu até tinha sido, justamente por ser
- dagui, que éramos eu e a Vitória e tinha um membro do governo também, não é?
- Que foi o Marco, isso, está aqui, Marco, para mim, éramos nós três. Eu não me
- lembrava que eu era uma coisa extraoficial assim, mas eu fiz as inspeções aqui,
- 1293 fui nas instituições, fui normal.

1294	Sr. Sávio	Luciano de	Andrade Filho	(Vice-presidente	do Comitê	Nacional de
------	-----------	------------	---------------	------------------	-----------	-------------

- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) É porque pela regra, geralmente
- 1296 coloca, como regra, coloca de forma paritária membro da Sociedade Civil e
- governo, mas não tem nenhum impeditivo, claro, de ter uma composição maior da
- Sociedade Civil ou do governo, dependendo da situação, não é? Eu acho que na
- reunião ficou que dos membros da Sociedade Civil seriam esses e do governo
- 1300 seriam esses, mas eu acho que contempla aqui o registro da sua participação
- integrando as atividades.
- 1302 Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação,
- 1303 **Saúde e Sexualidade) –** Perfeito, obrigado, Sávio.
- 1304 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Por nada. Vamos lá, pode continuar
- 1306 na leitura, João Lança, por favor.
- 1307 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Pedindo a aprovação... Recondução de perita, o
- 1309 CNPCT deliberou pela recondução da perita Bárbara Colonioezi na 28ª na
- 1310 Reunião Ordinária realizada em 30 de julho de 2020. A presidência da república
- publicou o decreto 24 de setembro de 2020 para formalizar a recondução.
- 1312 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Está faltando uma vírgula ali depois
- de "2020, para formalizar a recondução." Não é? "24 de dezembro de 2020, para
- formalizar a recondução." Eu acho que depois de 2020.
- 1316 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Ok. 3.3, o processo seletivo do mecanismo
- nacional de Prevenção e Combate à Tortura realizou seu devido processo seletivo
- do mecanismo publicado por meio do Edital nº 1 de 13 de maio de 2020 e do
- Edital de seleção 3 de 13 de agosto de 2020. A primeira fase consistia na análise
- da documentação enviada, a segunda fase consistiu em avaliar em duplas as

- candidatas, observando o currículo, experiência e monitoramento dos espaços de
- 1323 privação de liberdade. Após esse processo, foram de feridas as candidaturas
- aptas, a coordenação de apoio registrou 434 inscrições das quais 86 foram de
- 1325 feridas, sendo 4 para pessoas com deficiência, 9 para autodeclarado negra e 73
- por ampla concorrência. A Comissão de Seleção composta por seis membros do
- 1327 Comitê Nacional, entrevistou 28 pessoas se apresentou os candidatos
- selecionados na décima nona Reunião Ordinária do CNPCT.
- Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- Ordem de Advogados do Brasil) João, só um adendo, tenho os nomes dos
- integrantes da Comissão de Seleção em algum lugar?
- 1332 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1333 Nacional de Proteção Global) Vamos ver aqui, Vitória.
- 1334 Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- Ordem de Advogados do Brasil) Às vezes está mais para baixo e eu que não
- 1336 estou vendo.
- 1337 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1338 Nacional de Proteção Global) Candidatos aprovados, está aqui... Não, não
- 1339 tem.
- 1340 Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- Ordem de Advogados do Brasil) Acho que sim, porque depois, se alguém for
- usar esse relatório para alguma outra finalidade, é bom fazer constar.
- 1343 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1344 Nacional de Proteção Global) A Comissão de Seleção foi composta...
- 1345 Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- Ordem de Advogados do Brasil) Conselho federal da OAB, SOMOS, federal
- do Rio Grande do norte, o Sávio, que eu não sei em qual Ministério ele estava na
- 1348 época.

- 1349 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 1350 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Defesa.
- 1351 Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- 1352 Ordem de Advogados do Brasil) O Marco e o Esequiel.
- 1353 Interlocutora não identificada Acho que é bom nomear também, não é? Os
- 1354 seguintes membros: "Victoria, tal..."
- 1355 Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- Ordem de Advogados do Brasil) Sim, verdade, porque não podia ter suplente,
- 1357 não é? Eram só os titulares.
- 1358 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Candida o que mesmo, Candida?
- 1360 Sra. Candida de Souza (Titular Representante da Universidade Federal do
- 1361 Rio Grande do Norte) De Souza e sem acento. Souza com Z.
- 1362 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Mais algum representante que vocês lembram?
- 1364 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 1365 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Esequiel já entrou? Esequiel,
- 1366 Marco.
- 1367 Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- Ordem de Advogados do Brasil) O Marco já foi, o Esequiel que eu não sei o
- 1369 sobrenome.
- 1370 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 1371 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Esequiel Roque. Confirma,
- 1372 Rodrigo?

- 1373 Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Suplente Representantes da
- 1374 Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) Sim, eu
- coloquei no site aí, Esequiel Roque do Espírito Santo.
- 1376 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 1377 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Obrigado.
- 1378 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Pode passar. A coordenação de apoio registrou
- 1380 o, então, nós já lemos isso...
- 1381 Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Suplente Representantes da
- 1382 Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) Só um
- minutinho, é Esequiel com S, se não, vai dar ruim para mim aqui. Obrigado.
- 1384 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) O resultado foi apresentado na trigésima, não?
- 1386 Tem que conferir isso aqui. O Edital nº 4 de 30 de dezembro publicou sua
- homologação dos candidatos. Então, estão aqui os candidatos.
- 1388 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Só para alinhar aí, João, o da
- Natália Vilar Pinto, tem que colocar 50,0, para padronizar, não é? Vírgula zero,
- porque todos os demais... Exato, apenas para padronizar. E lá embaixo também,
- 1392 Camila Barbosa Sabino, 70,0 e Romilda, 70,0. Entrevista.
- 1393 Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- 1394 Ordem de Advogados do Brasil) Sávio e João, se vocês autorizarem, eu
- posso depois, fazer a revisão de gramática e de concordância para a gente, só se
- vocês autorizarem, claro, eu me disponho a fazer isso, para a gente não ter que
- parar agora para fazer esse tipo de revisão, porque eu acho que o relatório vai
- longe. Eu fico num documento online. Então, vocês veem o que eu estou fazendo,

- eu coloco em modo de modificação, e consigo fazer essa revisão de forma mais
- 1400 otimizada.
- 1401 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Eu acho que interessante, Vitória.
- Agora o problema é que não sairíamos com esse relatório aprovado já, não é?
- 1404 Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- 1405 Ordem de Advogados do Brasil) Não, Sávio. A gente pode aprovar e só
- condiciona a revisão gramatical, porque vai ser puramente gramatical, eu não vou
- mexer em mais nada. É como se a gente aprovasse agora e mandasse para outra
- pessoa rever a parte gramatical, que não altera o mérito.
- 1409 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 1410 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Está bem. Eu acho que é
- importante sim essa revisão, agora, tem algumas questões que são meritórias,
- como nós colocamos aqui, esquecendo as vezes algum membro. Então, isso vai
- 1413 acabar passando batido.
- 1414 Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- Ordem de Advogados do Brasil) Sim, eu concordo. A gente pode fazer essa
- 1416 leitura mais dinâmica, não é?
- 1417 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 1418 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Exato, exatamente, exato, para ver
- se está faltando alguma informação. Então, pode seguir, João.
- 1420 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1421 Nacional de Proteção Global) Então, o CNPCT realizou dez reuniões
- extraordinárias e 2 extraordinárias, com vistas a apresentar os principais temas
- discutidos, apresentamos a seguir os pontos abordados nas reuniões ordinárias e
- 1424 extraordinárias. Então, aqui nós temos os pontos das reuniões. Querem fazer uma
- 1425 leitura individualizada?

- 1426 Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação,
- 1427 Saúde e Sexualidade) Eu imagino que não, se as atas, os sumários estão
- 1428 aprovados, até porque, eu pelo menos, não teria condições de lembrar todos os
- pontos de todas as reuniões. Então, eu acho que não faz muito sentido a gente ler
- 1430 ponto por ponto.
- 1431 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Vamos passar de forma, vai com
- 1433 cautela aí passando, se alguém verificar alguma coisa e quiser colocar, pode
- passar pelos principais pontos que são, vão passando com calma aí.
- 1435 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) A posse, não é? Dos novos membros, escolha,
- mesa diretora, aqui as temáticas discutidas.
- 1438 Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- 1439 Ordem de Advogados do Brasil) João, um adendo, tem em algum lugar do
- relatório quem ocupou os cargos de vice-presidência de X a X ano e depois de X a
- 1441 X ano?
- 1442 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1443 Nacional de Proteção Global) Tem, tem.
- Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- 1445 Ordem de Advogados do Brasil) Então, está bem.
- 1446 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Acho que estava lá em cima.
- 1448 Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- Ordem de Advogados do Brasil) Está bem, obrigada. E aí me colocar como
- 1450 Vice-Presidenta, não é? Por favor.

- Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria 1451 Nacional de Proteção Global) - Está lá, doutora. Ok, aqui Edital para a seleção 1452 1453 dos peritos, proposta de introdução, procedimentos, critérios gerais para a seleção dos peritos do mecanismo... Desde a primeira reunião, já começou essa 1454 discussão, não é? 25ª, avaliação das minutas, resolução sobre o Edital. 1455 Recomendações do Ceará, relatórios de expedição no Pará, 26a, aprovação do 1456 1457 Edital aqui. Vigésima oitava, monitoramento do CNPCT, retificação do Edital, troca de representação da Sociedade Civil na mesa diretora... 29ª, eleição da nova 1458 1459 presidência do CNPCT, a troca, prorrogação do Edital da 29ª lá em cima, não é a décima nona. Resultado final do quinto processo de seleção, definição da 1460 1461 Coordenação-Geral do CNPCT para 2021, 31ª, já aí em 2021, não é? Relatório de Atividades, estão aprovando agora, planejamento, orçamento e processo de 1462 eleição, calendário, o decreto 9831, retomada da análise relativa à comunidade 1463 terapêutica, solicitação... De calendário, definição da Coordenação-Geral 2021, 1464 1465 não, isso aqui não ficou aqui não, não é gente?
- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Como?
- Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria Nacional de Proteção Global) Essa definição da Coordenação-Geral do mecanismo foi anterior. Não foi aqui na 31ª. Confirmam? Bom, realmente, eu não lembro esse ponto aí, não sei se o outro colega pode agregar. Eu não lembro, realmente, essa definição quando foi.
- Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria Nacional de Proteção Global) 32ª Reunião Ordinária, DEPEN, apresentação de dados referentes sobre ações relacionadas à pandemia... Informações sobre o orçamento e suporte administrativo, minuto de recomendação ao MMFDH, debates iniciais sobre recondução de perito, solicitação de subsídios para elaboração... Tivemos aqui trigésima terceira, debate sobre recondução dos peritos... Do Amazonas, a apreciação do relatório anual de atividades, terceira

reunião, terceira reunião de extraordinária? Anual, não é? Sistema, solicitação de 1480 informação apresentada pela RENILA. 12ª extraordinária, não é? Reunião 1481 1482 proposta... Específico para tratar da temática do CNPCT relativo ao Covid-19 nos espaços de privação de liberdade. Conferir isso daqui. 13ª extraordinária, reunião 1483 1484 proposta com tema específico para tratar do Edital do processo de eleição dos membros da Sociedade Civil, finalizar a pauta temática do CNPCT iniciada na 31ª 1485 1486 Reunião Ordinária. Reuniões canceladas, vigésima sétima Reunião Ordinária agendada para a data 19 de maio de 2020, e a décima terceira reunião 1487 1488 extraordinária, agendado para 16 de setembro não foram realizadas por falta de quórum. Então, aqui a produção, notas públicas, resoluções... Aqui, a resolução 1489 1490 de dezembro de 2020, foi 2020 a Coordenação-Geral do mecanismo. Recomendações... Despesas com diárias e passagens, tivemos aqui até a 26^a. A 1491 presença nas reuniões, o CNDH agui, olha. Reuniões extraordinárias, presença. 1492 Anexos, notas públicas, resoluções e recomendações. Então, e os atos as 1493 1494 produções do período, não é? Nota pública, como esses atos passaram por 1495 aprovação do plenário, eu vou passar de modo dinâmico. Qualquer objeção, por 1496 favor, apresente.

- Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da Ordem de Advogados do Brasil) – João, está faltando a nossa nota de repúdio que foi aprovada na Plenária.
- 1500 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria 1501 Nacional de Proteção Global) – Qual Plenária?
- Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
 Ordem de Advogados do Brasil) Não sei de dizer, João, foi uma das primeiras,
 quando a gente ainda estava dentro de uma enorme confusão. Eu lembro que eu
 era Vice-Presidenta na época. Então, é anterior a essas resoluções que essa nota
 inclusive, nunca subiu no site, mas aqui...

1507 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) - Qual que foi o tema, Vitória, da 1508 1509 nota? Só para facilitar a busca dos colegas. Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular - Representante do Conselho Federal da 1510 Ordem de Advogados do Brasil) – Eu vou tentar, se algum colega aqui consegui 1511 me ajudar, mas eu vou ver aqui no meu Drive se eu acho isso. 1512 Sr. Matheus Moreira e Silva Aracoeli (Suplente - Representante do Ministério 1513 das Relações Exteriores) - É sobre o decreto de 2019 do Presidente da 1514 república, salvo engano, pode ter sido em outubro de 2019, na reunião de outubro. 1515 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de 1516 Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) - Aqui tratou as questões dos peritos, 1517 1518 foi isso, Matheus? Esse foi o objeto da nota? 1519 Sr. Matheus Moreira e Silva Aracoeli (Suplente - Representante do Ministério das Relações Exteriores) - Então, se eu entendi bem o que a Vitória disse, teria 1520 1521 sido essa nota. Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de 1522 Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) - Eu não lembro. Eu lembro que nós 1523 tivemos algumas questões relacionadas a resolução 4, mas realmente, eu não 1524 lembro da aprovação da nota, mas seus colegas poderiam recuperar isso aí para 1525 passar para registro, está bem? 1526 Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular - Representante do Conselho Federal da 1527 Ordem de Advogados do Brasil) – É isso, Matheus, é exatamente essa nota que 1528 na verdade, foi levada em várias reuniões até a gente conseguir a aprovação e aí 1529

teve um determinado momento que a Sociedade Civil estava em maioria, a gente

conseguiu aprovar a nota, e aí pediria que conste no nosso relatório, já que estão

todas as notas, que essa especificamente nunca subiu no site. Eu vou tentar

1530

1531

- achar, mas eu tenho certeza que a coordenação deve ter, porque é registro de reunião.
- 1535 Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação,
- Saúde e Sexualidade) Só não foi em outubro, com certeza não foi em outubro
- de 2019 porque a gente demorou algumas reuniões para conseguir aprovar essa
- 1538 nota e outubro de 2019 foi uma das nossas primeiras reuniões, se não me
- 1539 engano.
- 1540 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Vocês repararam que eu passei ali todos os atos
- que foram aprovados, vou dar por ok, uma vez que foram atos que passaram pelo
- plenário. E vou procurar aqui essa nota de repúdio.
- 1544 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Está bem. Bom, então, você
- 1546 finalizou, não é João? Conforme previsto a leitura do relatório, enfim, alguma
- 1547 inserção de algum colega do pleno quisesse fazer? Então, João, eu tenho
- 1548 algumas questões apenas de forma. Eu vou mandar para o e-mail para facilitar.
- Quem está nos prestando apoio hoje aí que poderia consolidar isso? Que a vitória
- 1550 também vai analisar um pouco a questão da forma, sem alteração do mérito e
- centraliza no mesmo e-mail para fechar a versão final do relatório, mas já adianta
- que podemos, conforme previsto, aprovar o relatório sem alteração formal do que
- foi apresentado aqui. Vamos fazer uma votação individual ou podemos apresentar
- essa votação coletiva aí, porque todos acompanharam, não vi nenhuma objeção.
- 1555 Tem alguma objeção sobre aprovação do relatório?
- 1556 Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- 1557 Ordem de Advogados do Brasil) Sávio, tenho, tenho sim. Eu só aprovo o
- relatório se constar nele a nota de repúdio.
- 1559 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Claro. É só os colegas levantarem

1561	isso.	quando foi	. eu vou i	pedir para	a a coordenação	também	buscar.	Realmente.	eι

- 1562 não lembrava de aprovação de nota. Inclusive, eu acho que não tem nenhuma
- outra nota aí, não é João? Eu vi resolução, tem alguma outra nota aí que entrou
- 1564 nessa previsão?
- 1565 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1566 Nacional de Proteção Global) Qual previsão?
- 1567 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) No nosso relatório aí, na parte final.
- Vi resoluções, vi demandas, mas eu não vi outra nota aí. Tem alguma outra nota
- 1570 que foi aprovada?
- 1571 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) A lista está aqui, recomendações... Aí nós temos
- resoluções e notas. Tem essa nota pública.
- 1574 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 1575 **Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) –** Essa que a Vitória citou?
- 1576 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1577 Nacional de Proteção Global) Não encontrei na pesquisa aqui com nome
- 1578 "Repúdio" No Drive. Vocês se recordam em qual Plenária poderia ter sido? Eu
- tenho as pastas aqui Drive.
- 1580 Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- 1581 Ordem de Advogados do Brasil) Eu vou procurar, João. Eu só peço que
- 1582 segurem um pouquinho, que passem para o próximo ponto, não sei. Eu e a
- Sociedade Civil estamos procurando aqui nos nossos arquivos para saber onde foi
- 1584 parar.
- 1585 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 1586 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Eu vou sugerir, então, como o
- pessoal precisa de um tempo para buscar, como nós já fizemos a leitura, o único

- ponto sensível seria essa questão da nota, que a aprovação seja feita amanhã, no
- primeiro momento, está bem? Da reunião. Pode ser, João? Que aí dá tempo de o
- 1590 pessoal buscar, eu vou encaminhar por e-mail alguns ajustes informais, por
- exemplo, a citação do valor das diárias estava, enfim, citação em cada item, eu
- acho que dá para colocar em cima, na tabela, e aí a vitória, se tiver alguma
- 1593 questão formal, também para apresentar e amanhã, pela manhã, só finaliza a
- 1594 aprovação. Pode ser?
- 1595 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1596 Nacional de Proteção Global) Sim, por mim, sim.
- 1597 Interlocutor não identificado Excelente sugestão.
- 1598 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1599 Nacional de Proteção Global) Colegas?
- 1600 Sra. Isabel Costa Lima (Titular Representante da Justiça Global) João.
- 1601 Desculpa, Sávio, posso só...
- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Que fala? Isabel, não é? Por favor,
- 1604 Isabel.
- 1605 Sra. Isabel Costa Lima (Titular Representante da Justiça Global) Essa é a
- última versão que a gente, que foi enviada para a Sociedade Civil? Para todos os
- membros do comitê? Está bem. Então, aquela versão com os ajustes de hoje?
- 1608 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) É, essa versão, só que teve os ajustes do Dr.
- Jorge do Ministério da Defesa, apenas ajustes gramaticais.
- 1611 Sra. Isabel Costa Lima (Titular Representante da Justiça Global) Ok, está
- 1612 bom.

1613 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Naci

- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) João, então, quem pode consolidar
- isso no nosso apoio aí? Mandamos para o e-mail do CNPCT? Peça para colocar
- 1616 aqui no Chat, que aí a vitória faz mais essa revisão formal e eu também vou
- apresentar o e-mail aí, e amanhã pela manhã o documento consolidado, podemos
- aprovar na ata, logo na abertura, está bem?
- Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- 1620 Ordem de Advogados do Brasil) João, eu lembrei de mais uma coisa do
- 1621 relatório.
- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Quem fala, Vitória, não é?
- Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- 1625 Ordem de Advogados do Brasil) Eu, isso, Sávio, obrigada. Só um pouquinho,
- Matheus, é rapidinho. Nós fizemos reuniões com todas as regiões do Brasil. Eu
- 1627 acabei, como eu estou aqui vendo meus e-mails, eu lembrei disso. A
- 1628 Coordenação-Geral e o governo e Sociedade Civil fizeram reuniões com cada
- região do Brasil para fazer o mapeamento dos comitês estaduais, mecanismos
- 1630 estaduais, participaram várias entidades da Sociedade Civil, representantes de
- 1631 comitê estadual. Então, fazer constar isso no relatório também, porque foi uma
- primeira tentativa de começar a rearticular essa rede de comitês estaduais e
- 1633 Comitê Nacional.
- 1634 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1635 Nacional de Proteção Global) Vou colocar naquele tópico de principais
- atividades, as reuniões, as datas que ocorreram.
- 1637 Sr. Mateus Moro João, eu peço desculpas, cara, não li o documento. Eu só
- acompanhei contigo aqui hoje. Uma dúvida que eu tenho, se duas reuniões que
- também reputam importantes, 1 com o CNJ sobre a audiência de Custódia e 1
- 1640 com o TJ DF sobre prerrogativa dos peritos, enfim, se elas constam do relatório.

- 1641 Eu não achei o link agui dos documentos, até se conseguir colocar no Chat agui,
- 1642 eu agradeço.
- 1643 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Vou colocar. Me parece que não constam, viu?
- Na minha lembrança aqui também.
- 1646 **Sr. Mateus Moro** Está bem. Bom, eu faço esse lembrete, se puder constar, eu
- posso tentar recuperar também aqui os documentos, enviar hoje para vocês.
- 1648 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Beleza. Vou te enviar o link da pasta aqui.
- 1650 **Sr. Mateus Moro –** Obrigado.
- 1651 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Os demais colegas também podem ter acesso.
- Deixa eu anotar aqui, nota de repúdio, reuniões regionais, reunião com o CNJ e
- reunião com o TJ do Distrito Federal sobre as prerrogativas, não é? Dos peritos.
- 1655 **Sr. Mateus Moro –** Perfeito, isso, João.
- 1656 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1657 Nacional de Proteção Global) Algo mais, colegas? Podem enviar, por
- gentileza, aqui, Sávio, pelo CNPCT mesmo, já vou pedir a equipe que está de
- plantão e já vou pedir a alguém para designar alguém para trabalhar nisso para
- 1660 nós, para nos ajudar.
- 1661 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Perfeito. Eu vou encaminhar agora
- 1663 já, é importante consolidarmos e no primeiro momento da reunião de amanhã,
- apenas cumprirmos o formal, que é aprovação do relatório. Podemos passar,
- 1665 então, para o próximo ponto de pauta?

- 1666 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1667 Nacional de Proteção Global) O próximo ponto seria a pauta do sistema
- nacional que nós passamos para mais adiante, depois da discussão do Edital,
- 1669 correto?
- 1670 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 1671 **Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) –** Exato.
- 1672 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- 1673 Nacional de Proteção Global) Posso começar, então?
- 1674 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 1675 **Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) –** Por favor.
- 1676 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Ok, eu vou começar projetando aqui a página do
- 1678 Comitê Nacional onde nós temos colocados todos os atos que eu quero enfatizar
- 1679 este local aí como local repositório das informações do comitê. Então, eu vou
- 1680 aproveitar isso e falar um pouquinho do histórico rapidamente, só
- 1681 contextualizando. Nós temos essa página aqui: "Participa Mais Brasil" O governo
- 1682 disponibilizou essa plataforma para os comitês, órgãos colegiados, aqui
- "Colegiados." Então, você vem aqui no Comitê Nacional de Prevenção e Combate
- à Tortura, nós temos aqui sessões a preencher, inclusive, fiz esse pedido na mesa
- diretora que nos dê sugestões e nos ajudem a preencher essas sessões, editais:
- 1686 "Estamos em manutenção", e olha, ok. Voltou.
- 1687 Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação,
- Saúde e Sexualidade) João, eu só queria também que, só registrar que ontem
- eu acessei essa página para ver documentos do processo seletivo do mecanismo
- 1690 e para poder baixar o documento e visualizar o documento é necessário pelo
- menos aqui quando eu abrir ontem, fazer um login no gov.br. Eu acho que isso é
- 1692 um certo obstáculo assim, para a transparência, para baixar e visualizar os
- documentos. Então, se houvesse essa possibilidade, eu acho que deveria ser

- retirada essa necessidade de se fazer login assim, todo mundo poderia baixar o documento direto.
- Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria Nacional de Proteção Global) Entendi. Caio, eu vou olhar isso. A gente tem a equipe lá desse site, podemos perguntar também. Aqui, então, nós e colocamos aqui as informações do momento sobre editais e no momento, nós temos o Edital da Sociedade Civil. Prestando as informações aqui, nós temos aqui, então, o último resultado, o definitivo. Estão acompanhando, não, não é? Abriu a tela?
- 1702 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de 1703 Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) – João, agora sim.
- Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria 1704 1705 Nacional de Proteção Global) - Está bem. Eu estava falando sem vocês acompanharem. Então, aqui é o site, pessoal, só para situar todos que estão 1706 1707 presentes, todas, colegiados aqui. Participa Mais Brasil, colegiados, Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, aí abre aqui as sessões: editais. 1708 Então, nós temos aqui a informação sobre o Edital do momento, que é o Edital da 1709 Sociedade Civil. Por que eu digo Edital do momento? Porque nós ainda estamos 1710 colocando nessa página genitais, os editais anteriores do mecanismo, estão aqui, 1711 mais aqui no fundo da página. Então, os editais mais recentes, então, aqui é o 1712 Edital que está em andamento, que é o Edital da Sociedade Civil do CNPCT. 1713 Então, aqui você abre o Edital, nós tivemos, então, aqui as entidades eleitas, 1714 tivemos nove entidades eleitas, uma entidade eleita do segmento multiconselho de 1715 1716 classes, oito entidades do segmento dois, organizações da Sociedade Civil e movimentos. Nós não tivemos candidatas eleitas do segmento 3, aqui, que é o 1717 segmento de entidades representativas de trabalhadores, estudantes, empresários 1718 1719 ou instituições de ensino e pesquisa. Nós tivemos ao todo 34 inscrições, 28 1720 habilitadas como eleitoras e 18 habilitadas como candidatas. Dessas eleitas, 4 de ampla concorrência e 4 de reserva de vagas. Nós da Comissão Eleitoral, 1721 1722 coordenação, informam que o relatório já está sendo produzido com

recomendações que a Comissão Eleitoral faz para o plenário, para o CNPCT, que é uma exigência do item 2.5.5 do Edital nós tivemos a Comissão Eleitoral composta pelo representante da SNPG, o representante da SNPIR, o representante do CNDH e por um representante da DPU. Eu gostaria de passar a palavra para os representantes da comissão presentes para o Rodrigo e para o doutor da DPU para eles me ajudarem a dar o relato das principais, dos destaques que eles têm aí enquanto membro da comissão, como eles avaliam o processo eleitoral. E aí os trabalhos da comissão.

1723

1724

1725

1726

1727

1728

1729

- Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Suplente Representantes da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) Eu dou a oportunidade do doutor Walber começar, aí eu faço a complementação.
- Sr. Walber Rondon Ribeiro Filho (Titular Representante da Defensoria 1734 1735 Pública da União) - Obrigado, Rodrigo, obrigado João pela palavra, bom-dia a 1736 todas e a todos que eu não cumprimentei ainda. Meu nome é Walber, eu sou Defensor Público Federal. Tive a honra de participar dessa Comissão Eleitoral, do 1737 1738 processo seletivo representando a DPU, de início, eu já queria parabenizar as 1739 entidades eleita, também agradecer aqui a presença do doutor Rodrigo que pareou com a gente lá na comissão, a Natália da SNPG, o doutor Paulo Mariante 1740 e a doutora Márcia Teixeira, representando o CNDH. Nós conseguimos finalizar o 1741 Edital e o cronograma conforme previsto, nós não tivemos nenhum empecilho 1742 1743 para cumprir o cronograma do Edital. Então, isso foi importante, o relatório está na fase de produção, deve ser apresentado ao colegiado o quanto antes, já está bem 1744 adiantado. Em relação ao processo seletivo, vou ser bem breve, eu sei que o 1745 horário está bem adiantado, nós da comissão, enfim, tivemos as fases como uma 1746 das etapas de controle e governança desse processo é a etapa de análise da 1747 comissão, nós temos a etapa prévia, que é a etapa da formação do Edital, da 1748 resolução pelo conselho também, uma etapa de controle e governança desse 1749 Edital e do resultado dele, a comissão se debruçou aí na fase de inscrição, na fase 1750 1751 de habilitação, na fase de recurso, acompanhou a fase de votação, a análise e construção das reservas de vagas, os recursos do resultado preliminar e o recurso 1752 Página **65** de **111**

do resultado final. Em relação a cada uma dessas fases e considerações que vão vir depois formalizadas no relatório final, eu quero ser bem breve aqui. A gente, na fase de inscrição, a gente já conseguiu detectar a necessidade de ter mais ação no sentido de garantir mais participação e mais divulgação dessa ampla concorrência, enfim, isso é uma sugestão que vai do nosso relatório final. Na fase de habilitação, é uma fase mais problemática e ali já naquele primeiro momento foi possível identificar o problema que hoje inclusive, vai ser objeto de deliberação que é a questão de vagas remanescentes na primeira análise da fase de habilitação, a gente já se deparou com essa situação, ela não passou batida pela comissão, ela foi discutida. O que a comissão entendeu naquele momento, e reafirma que não se sentiu, a comissão não se sentia confortável para ser o local legítimo de debate para suprir essas vagas e decidir como essas vagas seriam preenchidas, se através das candidatas remanescentes, se através de um outro Edital, se se reabririam inscrições. Então, a comissão tomou esse cuidado para respeitar a autoridade administrativa que já tinha desenhado o Edital, que é um ato administrativo com presunção de legalidade e a própria decisão do Comitê Nacional com a resolução que delineou os caminhos do Edital. Então, nós tivemos que enfrentar isso, deliberou-se por naquele momento, e reforçando agora que isso seria trazido de volta para o debate nesse local, que nos parece mais adequado que a autoridade administrativa, que aqui o comitê. Então, eu acho que nesse ponto se converge bastante o que foi deliberado no início dessa reunião já para decidir sobre esse ponto com as sugestões que os membros têm a fazer em relação a suprir essas vagas, que de fato, é um ponto importante, e impacta todo o funcionamento do comitê de agora em diante. Em relação também essa fase de habilitação vai vir como uma recomendação nossa, eu queria pontuar com vocês que, tanto a resolução, quanto o Edital trouxeram regras muito abertas, do ponto de vista temática, temporal e espacial para os concorrentes, tanto para se habilitar como candidato, ou como votante. Então assim, é uma sugestão que a gente faz, isso pode ser deliberado e deve ser deliberado provavelmente pela nova composição para que uma eventual seleção nesse sentido se tenha um aprimoramento melhor. O que a gente levou muito em consideração? A comissão

1753

1754

1755

1756

1757

1758

1759

1760

1761

1762

1763

1764

1765

1766

1767

1768

1769

1770

1771

1772

1773

1774

1775

1776

1777

1778

1779

1780

1781

1782

se vincule ao instrumento convocatório, se vincula a legalidade, se vincula à vontade da autoridade administrativa e também tem receio de extrapolar seu ponto de atuação e isso desencadear uma judicialização e a partir daí, temos um problema de tempo, de atravancar esse processo seletivo. Então, foi um ponto de também nos causou angústia, preocupação, nós sabemos dos problemas que nós tivemos, enfim, isso foi debatido na reunião prévia a votação, mas não deixou de ser apreciado por nenhum dos membros da comissão. Na fase de recursos e impugnação, eu queria registrar um ponto bem específico porque nós tivemos muitos problemas com relação às inscrições, documentos básicos deixaram de ser juntados... Com que essas candidatas que não juntaram os documentos simples e aí foi muito compreensível nesse sentido, porque nós tivemos a pandemia, nós tivemos certas desmobilizações das redes locais e há uma dificuldade também em relação ao preenchimento daquele formulário. Então, como a fase recursal, conforme Edital previu essa suplementação de documentos, isso foi analisado e foi levado em consideração para a comissão. Na fase de votação utilizou-se o formulário do Google Forms, nós sentimos segurança, enquanto comissão pela lisura da utilização do formulário e dos votos. Alguém pediu para que deixasse de ser sigiloso, fosse uma votação aberta, mas o Edital tinha uma previsão expressa no sentido de que era uma votação fechada e sigilosa. Então, nós observamos o que estava no Edital e tivemos segurança em relação ao resultado que foi alcançado. Na fase seguinte, que foi a fase da análise das condições de reserva de vagas, a gente também tomou certa cautela. Ali eu chamo atenção, porque teve uma regra específica, tanto na resolução, quanto no Edital que as vagas não supridas, elas seriam, as vagas remanescentes seriam supridas pela lista geral. Talvez se esse cuidado tivesse sido tomado lá no preenchimento das vagas em geral, a gente não teria já uma solução para definida. Inclusive, o fato de isso ter sido definido de forma expressa nos levou a considerar que a omissão quanto às vagas remanescentes, as vagas gerais remanescentes não foi uma omissão eloquente do comitê, nem da autoridade administrativa, razão pela qual por mais um fundamento entendemos que seria melhor trazer esse debate aqui para o colegiado e para a autoridade administrativa para não se questionar nenhum

1784

1785

1786

1787

1788

1789

1790

1791

1792

1793

1794

1795

1796

1797

1798

1799

1800

1801

1802

1803

1804

1805

1806

1807

1808

1809

1810

1811

1812

1813

ponto em relação a legitimidade da comissão para superar essa regra. E por fim. na fase dos recursos, a gente teve recursos da eleição geral, foi analisado também. Nesse ponto vai uma sugestão da comissão para a gente melhorar um eventual processo seletivo, já desenhar o modelo de recurso ou de impugnação para que isso seja melhor acessível às entidades que, enfim, que queiram se insurgir quanto a alguma habilitação, quando há alguma decisão da comissão. Então, isso vai ser algo, eu acho que algo que fica como herança para um processo seletivo final aí. Enfim, eu acho que são essas as minhas considerações, eu só queria reforçar isso assim da necessidade de enxergar a comissão como uma das etapas de controle de governança do processo, mas a gente tem muitas outras que é o Edital, aqui é a impugnação dos candidatos. A comissão analisa o que se apresenta a ela, o que não se apresentar a ela, de fato, deve vir como impugnação pelos candidatos. Isso acontece em qualquer processo seletivo normal, e aí a eleição em si, me parece que é o maior dos campos de controle e governança dos votos, que eu digo, para que a composição do comitê esteja a contento. São as minhas considerações, mais uma vez muito obrigado aí pelo espaço e pela escuta.

1815

1816

1817

1818

1819

1820

1821

1822

1823

1824

1825

1826

1827

1828

1829

1830

1831

1832

1833

1834

1835

1836

1837

1838

1839

1840

1841

1842

1843

Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) — Obrigado, doutor Walber. Essa é ponderações são muito importantes. Ficarão registradas aí na nossa ata, na degravação. Sabemos a dificuldade desses processos seletivos, tanto o processo seletivo dos peritos da Sociedade Civil nunca foi uma ação simples no âmbito do CNPCT. Então, mas eu acho que nós temos evoluído e essas considerações, elas devem ser observadas já para a próxima seleção. Passo a palavra agora para o doutor Rodrigo, que também participou... Participa da Comissão de Seleção para apresentar suas ponderações.

Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Suplente - Representantes da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) – Eu só queria fazer uma consulta a vitória que pediu aqui a manifestação, se ela preferiria

- estar fazendo a manifestação agora ou aguardaria a minha complementação para daí, se pronunciar?
- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Perfeito.
- Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da Ordem de Advogados do Brasil) Eu espero, Rodrigo. Pode falar.
- Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Suplente Representantes da 1850 1851 Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) - Está ok. Então, eu faço minhas as palavras do Walber no sentido de agradecer a 1852 oportunidade e parabenizar a participação de todos, aqueles que foram eleitos e 1853 também os que não foram eleitos, já que o processo democrático, ele é feito 1854 1855 dessa forma. É importante a mobilização das associações, das entidades no caso, no sentido de fazer essa costura dos votos, de colocar a pauta, os interesses no 1856 1857 combate e enfrentamento a tortura, eu acho que importante a relevância das instituições em relação a isso. Em relação ao que o doutor Walber falou, para não 1858 ficar repetitiva, eu queria destacar na verdade, dois ou três pontos. O primeiro 1859 ponto, como ele falou, a grande importância da nossa reunião prévia antes mesmo 1860 que analisar os casos no sentido de estipular os conceitos e a metodologia de 1861 trabalho da comissão. E isso é importante em relação ao entendimento, por 1862 exemplo, que as entidades tiveram em relação ao formulário eletrônico, se ali elas 1863 poderiam ter alguma dúvida. A falta de especificidade em alguns momentos como 1864 1865 foi dito aqui que está muito aberto, e aí é importante registrar que o nosso trabalho 1866 como comissão foi ser o mais inclusivo possível. Então, se a gente tem a prerrogativa de uma associação, vou dar exemplo objetivo, está executando 1867 tarefas nos últimos dois anos, a gente não tem por que punir, se nos últimos seis 1868 1869 meses não aconteceu nenhuma ação que pelo menos foi registrada no envio das 1870 informações, já que o escopo temporal são dois anos. Então, é nesse sentido que a gente percebeu essa necessidade, ela teria que ter um trabalho dentro de um 1871 1872 período, mas de forma constante, entendendo que a pandemia pode ter algum tipo

de ruptura, mas enfim, a gente procurou trabalhar, então, esses conceitos para na hora dos casos concretos, a gente não ter problema subjetivo na análise. A gente já tinha um parâmetro para ser utilizado. E é importante ressaltar a participação do CNDH e da DPU pela representatividade que eles têm, principalmente o CNDH em relação às organizações da Sociedade Civil e a DPU como principal bastião ali em relação ao cumprimento de políticas públicas, de defesa do cidadão. Então, a gente ficou assim, basta que respaldada, nós, como governo, na presença dessas duas instituições na comissão. E é importante dizer que de todos os debates que nós fizemos, eu posso estar errado, mas com exceção de um que foi uma votação de 3 a 1, todos os outros foram por consenso. Todas as dúvidas que se apresentaram, recursos, habilitação, não habilitação, então, essas quatro entidades aqui representadas tiveram consenso na decisão. Só uma que teve uma divergência, mas ainda assim teve a maioria, não surgiu nem um empate que poderia acontecer. Então, eu não quero mais me delongar, então, é a questão de a gente estar dentro do que o João Lança vai estar comentando em relação ao que está por vir em relação a essas vagas que não foram preenchidas, qual é a situação que a gente já tem posta no sentido de estar dando maior celeridade e possibilitar o seu preenchimento e como o doutor Walber falou, de avaliar os dispositivos de decreto ou de resolução como em casos futuros, na possibilidade do não preenchimento, como a gente poderia já dar uma efetividade de ter a ocupação de todas as vagas naquele processo seletivo vigente, para não perder esse tempo, ou perdesse efetividade do processo que foi executado. É isso, muito obrigado.

1873

1874

1875

1876

1877

1878

1879

1880

1881

1882

1883

1884

1885

1886

1887

1888

1889

1890

1891

1892

1893

1894

1895

1896

1897

1898

1899

1900

1901

Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) – Obrigado, Rodrigo. Destaco da sua fala aí a questão dos consensos que ocorreram no âmbito da comissão, isso demonstra um amadurecimento dos debates e a busca do interesse público. Então, eu agradeço as ponderações e já passo para a Vitória Buzzi que está inscrita, por favor, Vitória.

Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular - Representante do Conselho Federal da Ordem de Advogados do Brasil) – Obrigada, Sávio. É só um pedido para nossa coordenação de apoio, porque a partir da 26ª reunião, inclusive a 26ª, a Sociedade Civil não tem mais acesso aos sumários executivos, as atas das reuniões. Então, eu estou procurando aqui onde teria sido feita a discussão sobre a nota que os emails que foram enviados para a Sociedade Civil param na ata da 25ª reunião. Todos os outros links que compartilhar com a gente, hoje não funcionam mais ou o acesso está negado. Então, eu pedi para a coordenação de apoio consegui colocar todas as atas em um doc só no Drive e compartilhar com a gente. As atas aprovadas, claro, em PDF, para que a gente possa fazer essa procura de quando foi debatido, porque como eu disse, a partir da 25ª, eu não tenham mais acesso a nenhuma. Obrigada.

1902

1903

1904

1905

1906

1907

1908

1909

1910

1911

1912

1913

1914

1915

1916

1917

1918

1919

1920

1921

1922

1923

1924

1925

1926

1927

1928

- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) - Obrigado, Vitória. Eu vou pedir para Coordenação-Geral checar а possibilidade dessa condensação encaminhamento para todos os membros, está bem? Claro, salvando aquela questão das degravações, nós temos, as últimas gatas entram naquele delay de degravação, mas como a ponderação aqui é de uma reunião antiga, eu creio que nós temos já todos esses documentos finalizados, está bem? João lança, se pudesse verificar isso e pedir para dar sequência no ponto, está bem? Nós temos mais alguma inscrição relacionada, algum dos colegas que participou também desse processo de seleção gostaria de fazer alguma outra ponderação? Enfim, os membros agui do CNPCT, alguma ponderação com relação a nossa seleção?
- Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação, Saúde e Sexualidade) Sávio, eu não tenho sobre a seleção, mas só para entender, o João vai fazer uma exposição agora e depois a gente abre novamente? Porque nós tínhamos falado sobre pensar alternativas para essas vagas, é isso?

- 930 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de**1931 **Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) –** Perfeito, Caio. Eu não sei se o João
 1932 está contemplado com a fala dos colegas, ou gostaria de colocar alguma
 1933 observação também da sua experiência na Comissão de Seleção?
- Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria 1934 Nacional de Proteção Global) - Com relação ao Edital está em finalização, eu 1935 1936 não tenho mais nada a acrescentar, a não ser pegar o gancho sobre a solução que foi encaminhada e pedida por parte da coordenação. Foi feito um pedido para 1937 que a coordenação elaborasse o Edital com o mesmo regramento, enviasse para 1938 análise dos órgãos de análise de conformidade e das instâncias competentes para 1939 publicação. Então, dessa forma foi feito e esse Edital, a notícia que eu tenho é que 1940 ele será publicado. É um Edital com o regramento do anterior, com duas 1941 exceções, à exceção das vagas será para preenchimento das três vagas 1942 remanescentes, um possível prazo maior de inscrições para dar tempo de articular 1943 e reserva de vagas. As reservas de vagas foram selecionadas agora nesse Edital 1944 1945 que se finda. Então, este Edital será publicado o para recompor aí, fazer a eleição de recomposição das três bases. Seguindo o parâmetro do decreto, tendo em 1946 1947 vista o decreto dividiu os segmentos também sem mencionar regra específica de solução para o não preenchimento de um segmento. Então, é apenas isso que 1948 1949 abro a palavra aí para o segmento.
- 1950 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de** 1951 **Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) –** Obrigado, João Lança. Passo a 1952 palavra para o membro Caio Klein.
- Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação,
 Saúde e Sexualidade) Obrigado, Sávio. Então, a minha proposta que eu
 gostaria de apresentar para os colegas foi pensada em conjunto, foi escrita aqui,
 temos uma proposta de um documento para ser aprovado pelo colegiado que é
 justamente no sentido de dar uma solução para essas vagas remanescentes. Eu
 entendo que já exista esse procedimento acontecendo no âmbito da coordenação

- e do Ministério, pelo que eu entendi, na disposição do João, fazer uma seleção suplementar, uma nova seleção para suprir essas três vagas. E aí eu gostaria de pedir permissão, Sávio, para apresentar a minha proposta aqui, nossa proposta no sentido de como resolver essa questão.
- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Por favor, Caio.
- Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação,

 Saúde e Sexualidade) Está bem. Eu vou verificar aqui a possibilidade. Eu

 gostaria de projetar, só ver se eu tenho autorização para isso.
- 1968 **Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria** 1969 **Nacional de Proteção Global) –** Vou ver aqui, Caio. Vê aí se você consegue?

1970

1971

1972

1973

1974

1975

1976

1977

1978

1979

1980

1981 1982

1983

1984

1985

1986

Sr. Caio César Klein (Suplente - Representante da SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade) - Já estou aqui. Só não lembrava onde era aqui no Teams, mas eu já encontrei, já encontrei aqui, pronto. Já está entrando. Aparece para vocês? Está bem. Então, seria no sentido, gente, eu vou fazer uma leitura dinâmica dos considerandos, eu já agradeço a colegas da seção nacional dos defensores e defensoras públicas que colaborou aqui na redação, mas qual é a questão, Sávio? Então, primeiramente nós temos uma situação, um problema, não é? Nós temos três vagas remanescentes, nós temos uma reunião que é para acontecer daqui a dois meses, provavelmente, e nós não consequimos visualizar que neste curto período de tempo a gente daria conta de fazer essa nova seleção e de voltar, restituir à normalidade, então. Então, dessa forma assim, considerando que o quarto processo, esse que está se encerrando, restaram 3 vagas, 3 vagas exatas, sendo que uma delas é referente ao segmento um que são os conselhos profissionais, no atual biênio nós temos o conselho federal da OAB, conselho federal de psicologia e para o próximo biênio foi eleito o conselho federal de serviço social. Então, apenas um membro do segmento um, e também temos duas vagas em aberto do segmento 3, que são as instituições de ensino o

pesquisa e as representativas de trabalhadores, que no nosso biênio são ocupadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e pela Central Única dos Trabalhadores. Isso aqui, de acordo ali com a resolução 31 que instituiu o processo seletivo. Ano também que por outro lado nós temos entidades devidamente habilitados, votadas e classificadas...

1987

1988

1989

1990

- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Perdão, Caio, Caio, perdão, Caio. Só um destaque aqui, vou pedir para os colegas que participaram da Comissão de Seleção um acompanhamento atento, porque eu preciso da manifestação de vocês após a proposta do membro, está bem? Por favor, Caio.
- Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação, 1997 1998 Saúde e Sexualidade) - Feito, obrigado, Sávio. Então, se por um lado nós temos essas três vagas desertas, nós temos outras entidades habilitadas, votadas e 1999 2000 classificadas que passaram pelo crivo da Comissão de Seleção. Considerando 2001 também que a lei que instituiu o sistema nacional, ela não define a lei em si, não 2002 define quanto membros, quantos assentos nesse colegiado pertencem a cada segmento. Ela considera tudo, todos os segmentos enquanto Sociedade Civil. 2003 Considerando, então, que os processos administrativos da administração, eles 2004 devem ser interpretados de acordo com os princípios gerais do direito 2005 administrativo, que o quarto processo é um procedimento administrativo, 2006 obviamente, com atos interligados de forma cronológica para o alcance de um 2007 objetivo e o objetivo é a composição do comitê. Então, considerando o artigo 37 2008 2009 da constituição, e todos os princípios do direito administrativo, como a legalidade, finalidade, eu acho que é bastante importante aqui, razoabilidade, 2010 2011 proporcionalidade e diversos outros princípios narrados aqui no texto como vocês podem observar na tela, mas especialmente o atendimento aos fins de interesse 2012 geral do processo seletivo considerando que a lei que trata do chamamento 2013 público das organizações da Sociedade Civil veicula como obrigatórios os 2014 2015 princípios da competitividade e da concorrência, e ainda que todas as entidades que participaram do referido certame obedeceram esses princípios de 2016

transparência, de ampla participação, considerando que esses princípios específicos, especialmente aí o da isonomia e da impessoalidade, ele seriam violados, Sávio, em caso de reabertura de novo processo seletivo para as vagas remanescentes, porque isso proporcionaria uma inegável desproporcional dilação de prazo indireta, entre outras vantagens para as entidades que já antes poderiam ter se candidatado e que não reuniram as condições para tanto em tempo adequado. Considerando o princípio da instrumentalidade das formas, no máximo aproveitamento do ato administrativo que determina expressamente possibilidade de se convocar a Sociedade Civil mais bem classificada em caso de vagas não ocupadas por outras entidades, considerando também a analogia, o entendimento do STJ nos casos de concurso público, no sentido de que fora do número mínimo de vagas, se confere o direito subjetivo a nomeação, se houver surgimento de vagas em decorrência de lei ou de vacância, ainda que não haja previsão de estar ali para o preenchimento dessas vagas, considerando que a lei que cria o sistema e que trata do chamamento público das organizações da Sociedade Civil determina como critério obrigatório de julgamento o princípio... A vinculação, perdão, do chamamento público ao o objetivo de alcançar interesse público e mais especialmente, o interesse, o objetivo do Edital que a preencher as doze vagas e considerando que o não preenchimento dessas vagas ou a sua postergação, a demora que a gente teria em realizar um novo processo seletivo, além de violar os princípios gerais e específicas que foram citados aqui, comprometeria o regular funcionamento desse comitê, por conta da demora e por conta da incompleta formação da Sociedade Civil agui entre os membros e o adiamento incerto do retorno das atividades do comitê e isso, de forma clara, se traduz em prejuízo a política pública de Prevenção e Combate à Tortura, a ideia seria de nós voltássemos e aprovássemos essa resolução, no sentido de que as vagas remanescentes, essas três vagas do quarto processo de chamamento público pela insuficiência de candidatas e isso é algo importante aqui, pessoal, essas vagas, elas estão desertas pela insuficiência de candidatas no segmento 1 e no segmento 3, embora a gente possa discutir outras questões aqui, como por exemplo, entidades que não foram habilitadas, por questões que a gente discorda.

2017

2018

2019

2020

2021

2022

2023

2024

2025

2026

2027

2028

2029

2030

2031

2032

2033

2034

2035

2036

2037

2038

2039

2040

2041

2042

2043

2044

2045

2046

mas formalmente, foi por conta da ausência e insuficiência de candidatos do segmento um e três. Então, a ideia seria que essas vagas fossem preenchidas pelas candidatas concorrentes no segmento 2 e claro que para designação dessas candidaturas suplentes a gente respeitaria a ordem de classificação, decorrente da votação realizada, bem como regras aí de reserva de vagas, se elas forem aplicáveis e de desempate. A proposta, em resumo essa, Sávio. Nós temos aqui um número bem grande de considerandos que fundamentam esse pedido, essa ideia, que eu posso enviar para todos os membros e no sentido de a gente realizando isso, dar essa celeridade ao processo de nomeação e de tornarmos aí a representação da Sociedade Civil completa também. Seria isso, Sávio. Eu gostaria de ouvir a opinião dos colegas e das colegas.

- **Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria** 2060 **Nacional de Proteção Global) –** Mateus Moro parece que está inscrito.
- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) – Isso, exatamente. Obrigada, João Lança, obrigado, Caio. Passo a palavra, então, para o Mateus Moro, por favor.
 - Sr. Mateus Moro Obrigado, João, obrigado, Sávio. Então pessoal, eu queria chamar a atenção inicialmente, primeiro até que a proposta do Caio também, com participação da colega Fernanda, não está presente hoje, por motivos de trabalho, então, também queria fazer referência ao nome da colega que auxiliou o Caio na elaboração do texto, não é? Eu de fato, não sou um especialista em direito administrativo, mas conversei bastante com ela e assim, não vou, ser redundante de reiterar os argumentos que o Caio colocou, ele, como disse, pode compartilhar aqui a documentação, mas eu queria chamar a atenção inicialmente para o fato de que o que o Caio trouxe aqui hoje, ele vai ao encontro do que o colega Walber, está presente aqui hoje também, faz parte da comissão, colocou, não é? Até algumas semanas atrás, enfim, o direito é isso, tem várias visões, enfim, até alguns colegas entenderam que a própria Comissão de Seleção poderia dar esse passo à frente e decidir acerca, enfim, dessas vagas. Mas o colega Walber trouxe

aqui a preocupação da Comissão de Seleção que seria levar ao plenário do Comitê Nacional, ou seja, na visão da Comissão de Seleção é quem teria a prerrogativa de decidir isso. Então, eu acho que o que foi colocado no início pelo Walber, o Caio, a proposta que o Caio traz vai ao encontro disso. Como o Caio endossou aqui também, a gente estaria fazendo uma decisão respaldada nos princípios administrativos, constitucionais, também na jurisprudência também dos tribunais superiores e além disso, a gente não ia entrar em nenhuma discordância que possa existir entre o governo e Sociedade Civil em relação a outras vagas, como o Caio muito bem colocou aqui. A gente estaria decidido a respeito, respeitando a classificação já existente, a respeito da qual não houve nenhuma discordância. Aconteceram algumas discordâncias que foram sanados aqui em reuniões anteriores do plenário. Então, eu acho que assim, endossar a proposta do Caio, porque realmente, ela resolve o problema. Se a gente não resolver isso aqui na reunião de hoje, como a gente não teve mecanismo durante um bom tempo, a gente e teve o comitê no início de 2019 também, demoraram vários meses, a gente correria o risco aqui de um novo procedimento seletivo que vai obedecer aos mesmos princípios, jurisprudência, enfim. Então, todos os princípios administrativos e constitucionais eu acho que a gente conseque respeitar, caso os membros votantes aprovem a resolução que foi trazida pelo Caio aqui na reunião. Obrigado, Sávio.

2077

2078

2079

2080

2081

2082

2083

2084

2085

2086

2087

2088

2089

2090

2091

2092

2093

2094

2095

2096

2097

2098

2099

- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) - Ok, obrigado, Matheus, pelas considerações. Passo a palavra agora na seguência da inscrição, frei David. Não estou vendo ninguém antes, está bem? Frei David, por favor.
- 2101 Sr. David Raimundo Santos (Titular - Representante da Francisco de Assis: Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos - FAECIDH) - Isso, Sávio. 2102 Nós entendemos que a agilidade para servir ao público que está sofrendo nas 2103 prisões e em outros espaços públicos é urgente. Nós temos plena consciência e 2104 2105 que o nosso foco de trabalho é muito amplo, a leitura do Caio, a sugestão do Caio está muito imatura e muito inconsciente. A Educafro comunga em 100% com os 2106

encaminhamentos que ele fez. Especialmente quando ele dá um bom destaque ao 2107 fato de que a lei que rege todo a esse processo não define quantos assentos 2108 2109 devem ir para cada segmento. E lógico, nós entendemos também, que as vagas remanescentes, por exemplo, nós tivemos uma reunião bonita com o reitor da 2110 2111 Universidade Federal de pelotas, eles soltaram um Edital com mais de 800 vagas remanescentes, não preenchidas do seu vestibular, só que soltaram sem respeitar 2112 2113 a ação afirmativa. Então, nós entramos com uma conversa com o reitor e falamos: "Reitor, ou o senhor atende essa demanda, ou a gente vai entrar na justiça." E ele, 2114 2115 então, atendeu a demanda, cancelou o Edital e soltou um novo Edital onde incluiu 2116 nessas 800 vagas também ação afirmativa para indígenas, negros e pobres de 2117 rede pública. Acho que é o mesmo caminho, é a gente pegar o que há de consenso na justiça e agora fazer encaminhamento, fechar esse ciclo hoje 2118 2119 mesmo...

- 2120 Reunião da Comissão Eleitoral do 4º Processo de Chamamento Público do
- 2121 <u>CNPCT.-20210826_083357-Gravação de Reunião 1:</u>
- 2122 Sr. David Raimundo Santos (Titular Representante da Francisco de Assis:
- 2123 Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos FAECIDH) Temos um
- 2124 problema e temos já informações boas que nos ajudam a tomar decisões.
- 2125 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 2126 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Obrigado, frei. Não vi nenhuma
- outra inscrição aqui na sequência. Então, eu vou pedir agora uma ponderação do
- Walber, que participa da Comissão e depois os demais colegas da Comissão, está
- bem? Por favor, Dr. Walber, nos escuta?
- 2130 Sr. Walber Rondon Ribeiro Filho (Defensoria Pública da União) Escuto sim,
- 2131 Sávio. Obrigado novamente pela palavra. Caio, parabéns pelo seu arrazoado. Eu
- 2132 queria já adiantar que nós da Comissão, nós perdemos um tempo significativo nos
- 2133 nossos debates sobre o esse. E logo no início dos debates, isso já se mostrou
- 2134 como um problema. Então assim, não nos furtamos a discutir isso e já naquele

momento buscamos a alertar a autoridade administrativa que emitiu o edital sobre essa consequência que teria o resultado final. Acho inclusive, que esse foi o ponto que nós não tivemos o consenso dos 4 votos e eu comungo desse pensamento, acredito que o sentido máximo da seleção é ocupar as vagas, dentro dos parâmetros de legalidade e de legitimidade, de respeito mínimo aos direitos de terceiros inclusive, eu penso que essa solução, de suprir as vagas que não foram ocupados com os candidatos da lista seria uma solução legítima, inclusive, usando como fundamento própria a analogia que o próprio edital trouxe quando tratou da reserva de vagas dentro do segmento 2. Ali tem um dispositivo expresso, tanto na Resolução, quanto no edital, para que não havendo o candidato nas reservas de vagas, se buscasse dentro da lista geral ocupar essas vagas, ou seja, dando sentido efetivo a necessidade de ocupar esses cargos. Eu tenho agora nesse momento dificuldade de analisar a questão jurídica de todos os considerandos que o Caio pontuou, eu acho que tem muita coisa que a gente teria que se debrucar um pouco melhor e também acho que essa situação, ela, como ela vem do CNPCT a partir da Resolução e vem de um ato administrativo que no caso aí é o edital expedido pela Ministra, a gente precisa convergir nesse sentido. Como posição de Defensoria Pública e como posição de Comissão naquele momento, eu entendia que essa era a solução mais saudável para o processo seletivo e reafirmo aqui meus fundamentos e meus argumentos.

2135

2136

2137

2138

2139

2140

2141

2142

2143

2144

2145

2146

2147

2148

2149

2150

2151

2152

2153

2154

2155

2156

2157

2158

2159

2160

2161

2162

2163

2164

Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) — Obrigado, doutor Walber pelas considerações. Destaco aí esse ponto que foi levantado sobre uma necessidade e algumas ponderações jurídicas. Eu acho que realmente, isso é importante, o Ministério tem alguns protocolos a seguir também. Então, eu acho que isso é um ponto, enfim, que não tem como avançar sem uma análise jurídica da questão, mas vamos dar sequência aqui aos colegas aqui, passo a palavra para o Rodrigo, que também participou e depois João Lança.

Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Suplente - Representantes da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) – Bom, Página 79 de 111

obrigado, Sávio. Em que pese os argumentos apresentados aqui pelos colegas, todos bem direcionados no sentido de dar efetividade ao Comitê, uma coisa que a gente tem que deixar registrado é que o Comitê, ele dentro do regramento que ele tem, ele não fica inoperante em relação a essa situação colocada. Porque ele tem quórum suficiente para seguir adiante com seus trabalhos. Eu entendo que existe prejuízo em relação à representação do segmento 1 que indicou somente um representante do segmento 3 que deixou de indicar dois representantes, mas como foi dito aqui, infelizmente isso ocorreu por uma questão de não ter entidades habilitadas para que fossem votadas e participassem do pleito. Então, é uma questão ali que ficou fora daquilo que a Comissão, enfim, o próprio edital estava prevendo. Então, uma coisa que a gente tem que registrar é: não existe prejuízo de funcionamento do Comitê, como foi colocado aqui, a preocupação do frei David é legítima, mas o Mecanismo está funcionando, ele vai ter seu espaço de apresentação aqui no Comitê e haveria condições sim de seguir adiante com os trabalhos. Então, não existe um prejuízo formal em relação ao trabalho do Comitê, e aí como foi dito aqui, a gente deveria estar analisando na parte jurídica, já que existe a responsabilidade de uma autoridade em relação a esse processo de seleção, se caberia ao plenário, até porque existem entidades que também participam desse processo de alteração para que a gente possa ter esse amparo jurídico e não colocar em risco esse processo de seleção que até então transcorreu sem problemas. A gente não pode correr esse risco agora de alguma entidade de fora, que poderia estar concorrendo no segmento 1, segmento 3, está entendendo que houve uma mudança dentro do que estava estabelecido, sem a autoridade competente e está sendo acionada e com isso a gente aí sim, ter um risco em relação ao processo de funcionamento do Comitê. Então, eu queria só assim, sensibilizar os colegas em entender que não existe prejuízo de funcionamento do Comitê, que o comprometimento da coordenação é dar celeridade ao processo de seleção e aí logicamente, a gente pode estar buscando alternativas, caso a Sociedade Civil se sinta prejudicada em não ter a sua representação máxima, o que poderia ser feito no sentido de dar continuidade ao

2165

2166

2167

2168

2169

2170

2171

2172

2173

2174

2175

2176

2177

2178

2179

2180

2181

2182

2183

2184

2185

2186

2187

2188

2189

2190

2191

2192

2193

- 2195 Comitê, sem está buscando alternativas que não são aquelas que já estavam
- 2196 previstas dentro dos regulamentos aprovados.
- 2197 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 2198 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Perfeito, obrigado, Rodrigo.
- 2199 Também tenho destaque com relação ainda ao funcionamento da Comissão, a
- 2200 possibilidade de funcionamento da Comissão, nós temos algumas inscrições aqui
- e teria o João Lança na sequência para falar do ontem passo a palavra para o
- João, já no início, porque nós temos 4 inscrições: Fernanda, Caio Klein, Mateus,
- Vitória e o frei também, mais uma aqui. Então, passo a palavra ao João Lança.
- 2204 Interlocutora não identificada Sávio, perdão, mas é que eu pedi a palavra
- também, desculpa.
- 2206 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 2207 **Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) –** Ah, espera aí que eu estou vendo
- 2208 aqui, Sylvia e Isabel também. Então, nós temos várias inscrições. João Lança,
- 2209 podemos deixar as inscrições na sequência aqui, até para alinharmos o discurso
- 2210 ou você prefere já fazer sua fala agora?
- 2211 Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria
- Nacional de Proteção Global) Sávio, eu vou ceder e prefiro falar depois, tendo
- 2213 em vista que...
- 2214 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 2215 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Tudo bem, vamos aguardar a
- 2216 ponderação dos colegas aí e a Fernanda foi a primeira a fazer inscrição.
- 2217 Repetindo: Fernanda, Caio, Mateus, Vitória, frei David, Sylvia e Isabel. Pode ser
- nessa sequência? Isso foi o que eu recebi aqui, está bem? Então, vamos lá, passo
- 2219 a palavra para a Fernanda, por favor.
- 2220 Sra. Fernanda (Assessoria Popular Maria Felipa) Bom dia, quase boa tarde,
- eu sou Fernanda, da Assessoria Popular Maria Felipa. Bom, primeiro, tenho total

acordo com a proposta apresentada para suprimento das vagas que não houve candidaturas, candidaturas habilitadas. De fato, e não obstante como disse o Dr. Rodrigo, o preenchimento dessas vagas não obsta o funcionamento do Comitê, mas ele cria um deseguilíbrio que aí sim, o deseguilíbrio que está indo de encontro a lei que instituiu o Comitê, jurisprudência pacífica, não é? Entendimento pacífico administrativo, não precisa ser especialista em direito administrativo para ter conhecimento disso, que vagas remanescentes são preenchidas pelo quadro geral de vagas. Então, nós não estamos inovando em absolutamente nada em termos de entendimento do direito, em termos legais do que a gente está propondo. Ainda que tenham várias considerandos na proposta apresentada, eles não vão ultrapassar em muito essa compreensão que de qualquer pessoa que tenha alguma prática ou vivência de certame públicos. Não existe nada de tão inovador início... Aliás, não existe nada de inovador, na verdade. A praxe é: não supriu as vagas de forma específica? Vai para o quadro geral e o quadro geral supre essas vagas. A única condição que deve ser observada aí, e aí como bem colocado na proposta é eventualmente as reservas em relação a raça, gênero, etc., que foram totalmente respeitadas durante todo o certame, durante toda a condução do processo. Então, eu entendo que para o bem do funcionamento do Comitê, para o bem que esse Comitê comece o nosso Comitê eleito comece o mais rapidamente possível exercer suas funções de servir ao povo brasileiro na construção de um estado democrático de direito livre de práticas de tortura, violência, abuso de autoridade e principalmente, respeitando a nossa constituição federal em relação à participação social, a importância da participação social superando o nosso histórico problema de déficit democrático, é importante que essas vagas sejam cumpridas de forma seletivo e agora. Então, é importante que esse Comitê decida entendendo que nós precisamos, nós precisamos que o Comitê não pare de funcionar nem por minuto e nem que a gente assuma o deseguilíbrio entre Sociedade Civil e Governo. E isso é da essência do Comitê, em todos os países, é da essência inclusive, do que o Brasil tem seguido até agora e nós não vamos justamente agora, depois de um processo tão dialógico como foi esse, cair numa situação dessas. Então, eu realmente exorto o Comitê a acolher a proposta

2222

2223

2224

2225

2226

2227

2228

2229

2230

2231

2232

2233

2234

2235

2236

2237

2238

2239

2240

2241

2242

2243

2244

2245

2246

2247

2248

2249

2250

2251

apresentada e respeitando todos os critérios de votação já previstos no edital as três vagas remanescentes sejam preenchidas, porque tempo para se habilitar e interesse em se habilitar, teve. Porque se nós, entidades da Sociedade Civil de muito menor porte conseguimos nos organizar, garantir toda a documentação necessária e nos habilitar, entidades que em tese teriam muito maior estrutura, deveriam ter tido. Então, se não se habilitaram, é porque de fato, não tem o interesse, ou não se veem com disponibilidade suficiente para uma tarefa tão importante quanto é a do Comitê de Prevenção e Combate à Tortura. É isso.

- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Bom, obrigado, Fernanda pelas ponderações. Já o registro, vou passar na sequência, só um momento, João, já registro aí, seja bem-vinda ao Comitê. Nós temos algumas inscrições na sequência, mas João Lança, por favor.
- Sr. João André Alves Lança (Suplente Representante da Secretaria Nacional de Proteção Global) Eu gostaria de fazer um a parte para a gente refletir, os demais colegas da Sociedade Civil me ajudar a refletir daqui para frente as implicações práticas do que está sendo proposto. Na Resolução anterior, ela foi aprovada como diretrizes, tendo em vista a competência do edital. Esta aqui não vem como diretrizes, para que o ato, a autoridade e competência desse edital acolha a solução, a solução, ela resolve o problema, que está sendo proposto, esse, a autoridade precisará da manifestação jurídica do seu órgão, em seguida para avaliar e decidir dessa forma ou não. Então, é colocar as implicações práticas disso, até mesmo pensando no tempo que vocês estão trabalhando com a estratégia também e a questão da autoridade competente também pensando naquela discussão que a gente não voltar, que eu não gostaria de voltar naquela discussão de autoridade, se vota ou não vota, que gerou bastante desgaste para todos nós, apenas isso. Perdão aí e agradeço a licença dos demais.
- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Obrigado, João Lança. Na verdade,

- você estava com a fala antes e muito gentilmente cedeu. Então, devolvi a palavra
- 2283 pela questão da ordem, está bem? Então, após Fernanda, a inscrição do Caio
- Klein, na sequência, Mateus Moro. Por favor, Caio.
- 2285 Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação,
- 2286 **Saúde e Sexualidade) –** Não, na verdade, Sávio, a Sylvia se escreveu antes de
- mim. Então, se ela estiver preparada aí, eu já passo a palavra.
- 2288 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Eu estou, a minha ordem aqui, pelo
- 2290 menos é o que aparece na sequência...
- 2291 Sra. Sylvia Dias (Representante da Associação para Prevenção da Tortura no
- 2292 **Brasil) –** Pode ir adiante, pode ficar na ordem que está.
- 2293 Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação,
- 2294 **Saúde e Sexualidade) –** Obrigado, Sylvia.
- 2295 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 2296 **Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) –** Obrigado, Sylvia. Caio Klein, na
- 2297 sequência Mateus Moro, Vitória, frei David e Isabel, e aí tem uma outra sequência,
- vamos lá. Por favor, Caio.
- 2299 Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação,
- 2300 **Saúde e Sexualidade) –** Está bem. Não, eu até ouviria todas as contribuições
- 2301 antes para poder qualificar a proposta, mas me permita discordar do Rodrigo,
- natural que sim, haveria quórum, mas a gente não pode considerar que esse seria
- 2303 o normal funcionamento do Comitê. Nós estaríamos numa situação de total
- 2304 derrota da Sociedade Civil. A gente não teria a mesma representatividade, nós
- 2305 não estaríamos cumprindo a lei que diz quantos membros da Sociedade Civil
- 2306 devem estar aqui presentes. Então, eu entendo que dessa forma está
- completamente comprometido o funcionamento do Comitê, não vou repetir todo o
- 2308 arrazoado da colega da assessoria Maria Felipa, porque me feriu as questões que

ela trouxe, mas a gente não pode entender que o Comitê estaria funcionando de modo normal. Inclusive, não estaria funcionando. Eu entendo que não estaria funcionando. Não poderia ser convocada uma reunião sem que teríamos, sem termos nomeado todos os membros do colegiado. Não é questão apenas do quórum, mas é como convocar em colegiado que não tem todos os membros nomeados. Eu acho que isso deve ficar bastante claro aqui, inclusive, nós podemos considerar isso foi um argumento, se não me engano, trazido pela colega Sofia que vai entrar agora no próximo biênio de que a divisão, nós podemos fazer uma analogia entre a divisão de segmentos e um sistema de reserva de vagas. Então, uma vez não havendo candidatas para preencher aquelas vagas divididas por segmentos, o mais natural é que a gente proceda a nomeação das demais entidades e volto a dizer, uma questão muito, muito prática. Em dois meses, quando seria a próxima reunião desse colegiado, não haverá sido concluído esse processo de suplementar de escolha de outras entidades. Se com todo o prazo que nós tivemos de organização que a Comissão teve, não ouvi candidatas dos Conselhos profissionais e das entidades do segmento 3, eu suponho que não haverá também, e ainda mais a questão do argumento de que isso estaria colocando em uma situação de desigualdade em relação às outras entidades, porque nós teríamos um novo prazo, novas regras. Então, eu gostaria só de pontuar essas questões.

2309

2310

2311

2312

2313

2314

2315

2316

2317

2318

2319

2320

2321

2322

2323

2324

2325

2326

2327

2328

2329

2330

2331

2332

2333

2334

2335

2336

2337

Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) — Obrigado, Caio. Claro que todo nós queremos, o Comitê tem que funcionar, está em pleno funcionamento. Nós temos enfim, uma configuração que está na lei e todos nós temos esse norte que o Comitê funcione conforme os dispositivos legais. Esse fato ocorreu, ele foge do controle, enfim, desse Comitê com fome foi bem apresentado aqui pela Comissão, mas buscaremos soluções. O Caio apresentou uma proposta, nós temos outras propostas também, mas vamos dar sequência aqui nas inscrições. Mateus Moro, na sequência, Vitória Buzzi. Por favor, Mateus.

- Sr. Mateus Moro (ANADEP) Sávio, além do que o Caio colocou, eu também poderia falar depois das colegas e dos colegas que não falaram ainda, mas se você preferir que fale agora, eu também falo. O senhor que manda.
- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Vamos seguir essa sequência aqui, só para não perder o que o Teams está mostrando, está bem? Porque senão, eu acho que nós vamos perder. Tem muita gente inscrita. Então, Mateus Moro, na sequência Vitória Buzzi.

2346

2347

2348

2349

2350

2351

2352

2353

2354

2355

2356

2357

2358

2359

2360

2361

2362

2363

2364

2365

2366

2367

Sr. Mateus Moro (ANADEP) - Pessoal, a primeira questão, o Caio citou agora a colega Sofia também, e que o caio trouxe citando a Sofia era, salvo engano, o que o próprio Walber falou na fala inicial, inicial não, na fala depois aqui quando o Sávio pediu para ele e o Rodrigo explicarem a respeito das reflexões que a gente trouxe inicialmente com a proposta do Caio. Ou seja, o edital, ele fala que se não tiver entidades para a reserva de vagas, essas vagas iriam para ampla concorrência. Nessa mesma linha, você pode considerar que a reserva de vagas e os segmentos do divisões didáticas. O que o legislador quis ali e o que o edital quis ali com membros da Sociedade Civil e do Governo era contemplar a Sociedade Civil, ou seja, repito aqui, todos os princípios constitucionais, a Fernanda colocou aqui muito bem também e os princípios administrativos, eles seriam observados caso a gente caminhe no sentido trazido aqui também e o próprio Walber da DPU que fez parte aqui, enfim, da Comissão de seleção. Queria chamar a atenção na linha do que foi colocado também endossando os colegas, dizer que vai ter quórum, que vai funcionar, é fazer um exercício de futurologia, respeitando a opinião do colega Rodrigo. A Sociedade Civil pode se sentir tão esmagada pelo Governo que não vai comparecer, não vai ter quórum. Enfim, ter quórum ou não depende também das questões futuras. Então assim, assim como o João pediu compreensão, eu aqui, pela ANADEP também, peço compreensão ao Governo nesse sentido, porque assim, sempre podem ter dúvidas jurídicas e a gente já conviveu com isso nesses últimos dois anos e desde que existe o Comitê. Então assim, por exemplo, se há uma dúvida jurídica, como já foi feito numa reunião presencial que durava dois dias, a CONJUR foi chamada, a CONJUR veio à reunião. Agora na reunião online, mas antes ela subia ou descia um andar no prédio em Brasília. Então, a CONJUR pode vir aqui agora, ou pode sanar essa dúvida durante o dia e eventualmente a gente votar isso amanhã, eu acho que o que não dá é para a gente ficar nessa reunião de amanhã, que é uma Reunião Ordinária, a gente não resolver algo que não há nenhuma razão lógica para resolver. Quando o Rodrigo coloca que por exemplo: "Ah, candidatos interessados podem se sentir prejudicados." Isso sempre vai acontecer, existem até entidades que fazem parte do mandato anterior que se sentiram prejudicados por decisões do Comitê nacional em relação a entidade, em relação a participação ou não e também já entraram com ações. Então, as ações, elas já existem, elas podem vir a existir e podem vir a não existir. O que a gente tem que trabalhar é com uma solução para haver um Comitê, pessoal. Eu não vou me alongar mais, eu achei que a gente podia caminhar nesse sentido e caso a gente não resolva isso hoje. talvez fosse importante o compromisso do Governo de resolver isso no máximo amanhã.

2368

2369

2370

2371

2372

2373

2374

2375

2376

2377

2378

2379

2380

2381

2382

2383

2388

2389

2390

2391

2392

2393

2394

2395

2396

2397

Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) – Obrigada, Mateus. Tem essa proposta também que apresentarmos uma consulta de imediato para a CONJUR, mas vou ouvir os demais colegas Vitória Buzzi. Na sequência, frei David.

Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular - Representante do Conselho Federal da Ordem de Advogados do Brasil) – Obrigado, Sávio. Recentemente houve uma discussão não é muito parecida, mas dá para fazer um paralelo em relação ao que o Governo federal fez no CONANDA. Quando foi judicializada essa discussão do CONANDA no STF, ficou muito claro que essa tentativa de esvaziamento de um Comitê, de uma Comissão, de um Conselho que integra a administração pública, mas não está subordinada a ela, ela se dá de várias formas. Eu não preciso editar um decreto excluindo a Sociedade Civil para dizer que a partir de então, o Conselho, o Comitê não existe mais ou está inviabilizada a participação dela. Eu posso fazer isso em vários sentidos, uma dessas formas é certamente a sugestão

do Rodrigo. Se a Sociedade Civil tem maioria e a maioria está prevista em lei, não é uma deliberação de uma Comissão de seleção que vai decidir e nem uma reunião Plenária do Comitê, com todo respeito, que vai decidir que a Sociedade Civil vai ocupar esse Comitê com menos de doze entidades presentes. Então, nós temos uma lei federal que diz que temos que ter doze representantes, nós tivemos mais de 12 entidades interessadas em participar, a separação é puramente administrativa, como o Mateus disse, tanto é que não tem diferença de peso de voto, não há qualquer diferença entre nós e entre as reuniões, inclusive, nós nem sabemos em qual segmento qual a entidade entrou, entrando aqui no Comitê, somos todos integrantes de uma grande, um grande grupo que é a Sociedade Civil presente no Comitê e é claro que se a lei prevê a maioria da Sociedade Civil, não cabe agora, tendo mais de 12 entidades interessadas, porque se não fosse desse caso, tudo bem, a gente só consegue aprovar 10, 9, porque essa tivemos dez ou nove inscrições, mas não é o caso. É claro que a reserva de vagas, se ela não foi cumprida, a gente consegue passar para uma seleção geral, não estamos falando de pouco interesse, pelo contrário, tivemos muito mais inscrições. Inclusive, aprovadas, só que ficaram de fora pela questão de que não estão no segmento 2. Agora eu reforço, o Supremo já se manifestou, o Governo já perdeu isso uma vez, porque o Supremo já se manifestou que as formas de esvaziar esses Comitês por parte desse Governo federal são várias. Uma ação através de decretos, outra é pregando passagem, negando diária, negando a reunião, não tendo o espaço físico para se reunir, como fizeram no CONANDA, é tudo legal, é tudo baseado no decreto governamental, mas a gente sabe que no fundo há uma tentativa de esvaziar e a outra é essa, é negando que a Sociedade Civil ocupe as doze cadeiras que são de nosso direito, e são de nosso direito não por um benefício desse Governo, mas por uma estipulação federal, de lei federal. Então, eu acho impensável que, tendo mais de 12 entidades interessadas esteja sendo cogitada a possibilidade de não ocuparem as doze cadeiras. Era só o que me faltava que tirassem esse único trunfo que a Sociedade Civil tem nesse Comitê, que é ter doze cadeiras, porque afinal, vocês têm o Governo na mão, vocês têm a caneta na mão, quem está no poder são vocês, era só o que me faltava não

2398

2399

2400

2401

2402

2403

2404

2405

2406

2407

2408

2409

2410

2411

2412

2413

2414

2415

2416

2417

2418

2419

2420

2421

2422

2423

2424

2425

2426

2427

querer deixar Sociedade Civil ocupar os doze assentos. Vocês façam a política de vocês em outros espaços, então. Vocês ocupam as secretarias, os Ministérios, todas as diretorias, vocês são o Governo. Era só o que me faltava nesse espaço coletivo de participação da Sociedade Civil agora se neguem a deixar a Sociedade Civil ocupar as 12 cadeiras que estão previstas em lei federal e o que eu digo é: não comprem essa briga com a gente, porque no Supremo, vocês vão perder de novo.

Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) — Obrigado, Vitória. Temos sua fala contemplada aqui também, mas gostaria de fazer uma observação, em momento algum o Governo tem essa intenção. O que nós estamos fazendo aqui é uma construção em conjunto, uma construção ombro a ombro, como foi feito desde o início, sei da dedicação dos colegas aqui, enfim, um trabalho inclusive, fora turno para buscarmos completar o Mecanismo, as comissões de seleção, elas são complicadíssimas. Você teve a experiência aí, o Caio também, então, em momento algum essa é a intenção do Governo. O Governo, pelo contrário, quer o pleno funcionamento desse Comitê. Então, o que nós estamos buscando aqui são alternativas. Nós não podemos fechar em uma alternativa, nós temos que ver o que mais viável. Então, seguindo a inscrição, frei David e na sequência, Sylvia Dias. Por favor, frei.

Sr. David Raimundo Santos (Titular - Representante da Francisco de Assis: Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos - FAECIDH) - Bem, nós, enquanto Educafro vemos com muita expectativa que a Ministra Damares e este Ministério se esforcem cada vez mais para jogar para todos nós essa ideia do trabalho bem equilibrado e a partir do número do Ministério. Bom, esse é o primeiro ponto. O segundo ponto, o desequilíbrio no querer do pensar jurídicos que criou a lei precisa ser evitado. Quem bolou essa lei, bolou prevendo um equilíbrio e prevendo e investindo, tem uma meta, qual é a meta? Participação viva, ativa e responsável da Sociedade Civil, a participação viva, ativa e responsável da Sociedade Civil. Portanto, não foi por acaso que assim foi Página 89 de 111

composto, segundo a lei, este Comitê. Portanto, entendemos que a equipe de gestores é que produziu essa lei, eles tiveram sintonia com a constituição, bem como tiveram sintonia com as demais leis infraconstitucionais, avisando a assessoria jurídica que será consultada e deve entender que a missão dela não é dar a palavra final. A missão da assessoria é dar à luz para que esse órgão aqui, que é o Comitê, que essa assembleia, vivencie e atue colocando em prática a sua postura soberana. Eu entendo que a Ministra e todos que aqui a representam irão estar em sintonia com isso. Em alguns momentos, em outros Conselhos que participei, a assessoria jurídica foi sempre vista como a assessoria jurídica e não como palavra final. A fala do Rodrigo é importante sim, ele reconhecer que o quórum não está prejudicado, o Rodrigo tem razão. No entanto, Rodrigo, o querer os legisladores que criaram essa lei entendeu que a participação viva e ativa da Sociedade Civil é um elemento enriquecedor do estado brasileiro. Atenção, é um elemento enriquecedor do estado brasileiro. Portanto, frente a essa fala e todas as demais falas dos nossos companheiros e companheiras, entendo que o objetivo agora desse nosso diálogo com vocês é valorizar as entidades que atenderam o edital. Então, Rodrigo, a imaginar que as entidades que nem sabiam desse edital, nem se interessaram, vão ser prejudicadas. Eu entendo como um equívoco. Porque o edital foi divulgado com seriedade pela Comissão e que, portanto, todos que tiveram interesse se inscreveram. Por exemplo, aqui no estado de São Paulo, mais de 10 editais do Governo do estado de participação da Sociedade Civil, a Educafro não teve interesse de participar, não teve interesse e é um direito das entidades não ter interesse em participar. E portanto, eu gostaria que fosse compreendido e respeitado o não interesse de participar de outras entidades quando os editais são colocados nos espaços de divulgação. Também entendemos que a proposta do Caio é muito límpida quando está em sintonia com a nova mentalidade brasileira chamada de ações afirmativas. Então, as vagas devem ir para a ampla concorrência, as vagas devem ir para a ampla concorrência. No entanto, isso acontece quando não tem mais concorrentes de ações afirmativas. Então, uma lei federal que discute ação afirmativa e a postura do STF já está bem consolidada dizendo que qualquer concorrência que tenha

2459

2460

2461

2462

2463

2464

2465

2466

2467

2468

2469

2470

2471

2472

2473

2474

2475

2476

2477

2478

2479

2480

2481

2482

2483

2484

2485

2486

2487

2488

três vagas, 1 deve ser para a ação afirmativa e que, portanto, a proposta do Caio, que é da Sociedade Civil, está em plena sintonia com o STF, está em plena sintonia com a lei federal que trabalha essa demanda. Portanto, entendo que esse plenário aqui vai, com certeza, tomar uma decisão sábia e tenho plena convicção de que a assessoria jurídica que vocês vão consultar terá também a postura sabia de valorizar esses pontos que aqui estamos partilhando.

2490

2491

2492

2493

2494

2495

2496

2497

2498

2499

2500

2501

2502

2503

2504

2505

2506

2507

2508

2509

2510

2511

2512

2513

2514

2515

2516

2517

2518

2519

Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) - Obrigado, frei, pelas considerações. Na sequência, Sylvia Dias, depois Isabel Lima. Por favor, Sylvia.

Sra. Sylvia Dias (Representante da Associação para Prevenção da Tortura no Brasil) - Obrigada pela palavra, Sávio. Na verdade, eu me sinto é extremamente contemplada pela fala da Vitória, frei David, Mateus, Caio, vários que me antecederam, Fernanda também e só reforçar assim, eu sei que foi falado, mas eu gostaria de se esforçar, assim, a gente vê o artigo 7º da lei 12.847, mais claro é impossível. Está aqui:12. E aí enumera, depois dos 12, nomeiam, listam uma série de entidades que são consideradas Sociedade Civil. Todas as outras diferenciações, categorias, segmentos, são feitos em outras normas de menor valor do que essa norma que é a lei federal que institui o sistema. Essa lei federal, ela não diferencia, não coloca um assento para a universidade, ela não faz isso, quem faz são depois as outras normas. Então assim, funcionar, a gente não pode nem contemplar a ideia de funcionar um Comitê sem que essas doze vagas da Sociedade Civil estejam preenchidas, seria até ilegal não poderia nem ter convocação da primeira reunião, sem que isso aconteça, a lei assim, é tão clara e óbvia. Então, eu queria só reforcar também o que foi colocado pela Fernanda da Maria Felipa, da organização Maria Felipa, as vagas não preenchidas nos diferentes segmentos, elas são, então, para o quadro geral. Existem outras entidades que se apresentaram, inclusive, estão muito bem votadas, muitas entidades se apresentaram, essa convocatória do Comitê teve uma excelente representatividade. Então, tem outras entidades aí que receberam vota, que estão aí, vamos dizer, na lista de espera, e que por uma maneira lógica, como foi falado

aqui, que acontece em vários outros concursos, editais, elas poderiam ocupar essa vaga facilmente. Então, só para lembrar aqui que não se trata, como foi colocado, da Sociedade Civil se sentir prejudicada, isso vai muito além disso, se trata de uma ilegalidade. A lei 12.847 fala em doze vagas da Sociedade Civil. Então, não é nem que seria prejudicado, é uma ilegalidade, claramente uma afronta à lei que institui o Comitê. Só isso, e outra vez reiterar aí o meu total apoio ao frei David, fala do frei David, Vitória, Caio e outros.

2520

2521

2522

2523

2524

2525

2526

2527

2528

2529

2530

2531

2532

2533

2534

2535

2536

2537

2538

2539

2540

2541

2542

2543

2544

2545

2546

2547

2548

2549

Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) - Obrigado, Sylvia. Na sequência, está a Isabel e depois Maria Clara. Por favor, Isabel Lima.

Sra. Isabel Costa Lima (Titular - Representante da Justiça Global) - Bom, também estou me senti contemplada, vou ser breve para não repetir que já foi dito pelas falas anteriores, mas acho importante também reforçar especialmente esse ponto com relação ao que o Rodrigo coloca de não ter prejuízo para o funcionamento, lembrando que essas 12 vagas da Sociedade Civil é o que está previsto numa lei federal que essa previsão, ela tem uma razão de ser tão bem colocada já pela Vitória, pela Sylvia agora enfim, um tema que a participação da Sociedade Civil em espaço deliberativo e essa garantia, a não ocupação das doze vagas provocaria um desequilíbrio e prejudicaria, então, essa garantia que há prevista em lei que que não haja o controle do executivo do Governo sobre esse espaço, que é um espaço de participação social. Então, esse ponto, ele é central. Também reforçar o que o frei David sobre o não interesse no processo que foi aberto de organizações que não houve, como o Caio também frisou, não houve inscrição para o segmento 1 e 3 suficiente. Então, não é uma solução abrir outro processo, se a gente pode aí só ter esse cenário repetido novamente, não tem interesse. Então, a gente precisa pensar numa solução diante disso, inclusive nos próximos processos, já prevê que isso pode acontecer, não tem interesse de organizações para o segmento 1 e 3. Então, é muito, para mim, está muito evidente que a solução que melhor atende e que cumpre com o interesse público geral de pleno funcionamento do Comitê é seguir, aplicar a lógica da reserva de

2550 vagas para preencher, então, essas vagas remanescentes e por último, se também lembrar a autoridade administrativa, ela precisa dessa, manifestação 2551 2552 jurídica, mas lembrar que o Comitê nacional não precisa se dar essa manifestação jurídica para colocar em votação para aprovar essa proposta apresentada pelo 2553 2554 Caio. Então, a gente não pretende nessa consulta, a gente pede, como o Mateus 2555 falou, também acho importante em diversos outros momentos essa consulta foi 2556 feita com bastante, enfim, com celeridade que seja dessa forma, mas o Comitê nacional não depende dessa consulta para colocar em votação para aprovar essa 2557 2558 proposta do Caio, eu também quero manifestar acordo e concordância com essa 2559 proposta.

- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Obrigado, Isabel. Destaco a questão que foi dita sobre os ajustes que nós temos feito ao longo dos anos, cada processo que passa, uma questão é agregada, enfim, e eu acho que isso fica também no legado do Comitê. E com essa observação específica destacada pela Isabel. Então, na sequência, Maria Clara e depois a Andresa Alves, por favor, Maria Clara está com a palavra.
- Sra. Maria Clara (GAJOP) Bom-dia a todos, vocês me escutam bem? E tive um problema aqui no microfone.
- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) - Perfeito, Maria Clara, escutamos bem.

2572

2573

2574

2575

2576

2577

Sra. Maria Clara (GAJOP) – Obrigada. Bom, peço licença para falar, eu estou como representante do GAJOP, nós fomos eleitos para o novo biênio, mas peço licença para usar desse espaço de fala, porque esse ponto de pauta diz respeito à atuação direta da Sociedade Civil nesse novo biênio. Então, inclusive a questão do prejuízo à Sociedade Civil foi levantada, me coloco aqui enquanto uma dessas representantes de somando aqui a fala inclusive, a Fernanda Oliveira da Fernanda

Oliveira que também está no novo biênio de que sim, esse prejuízo existe, como já foi falado por todos anteriormente, o prejuízo inclusive, do ponto de vista legal, como Sylvia colocou, não é? Não só porque nós achamos ruim, mas gera implicações legais ao não cumprir o que determina a lei e inclusive, do ponto de vista dos princípios administrativos, como o Caio colocou, o princípio da finalidade do ato jurídico, e assim o funcionamento do Comitê e da representação da paridade da Sociedade Civil em relação ao membro do Governo ficaria prejudicada. Então, nós não temos condições enquanto Sociedade Civil, em menor número de membros do que prevê a lei, é de atuar dessa forma. É um novo processo seletivo, e reiterando também o que foi falado, não houve inscrições, nada garante que haverá novas inscrições para preenchimento dessas vagas, inclusive, enquanto sociedade que participou dessa eleição, que cumpriu todos os requisitos, ter uma nova eleição, eu vejo isso como muito mais difícil de justificar do ponto de vista legal, do que simplesmente aproveitar as entidades que já estão habilitadas e classificadas com voto. E aí, respeitaria apenas os critérios em caso de empate, que já estão previstos no edital de seleção. Então, não gostaria de me alongar aqui nos argumentos que já foram apresentados, apenas reiterava e colocar a posição enquanto Sociedade Civil que vai participar desse novo biênio que nós não temos condições de atuar nessa, diante de uma disparidade.

2578

2579

2580

2581

2582

2583

2584

2585

2586

2587

2588

2589

2590

2591

2592

2593

2594

2595

2596

2597

2598

2599

2600

2601

2602

2603

2604

2605

Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) – Obrigada, Maria Clara. Seja bemvinda também ao Comitê, essa é a primeira vez que o GAJOP integra as atividades do Comitê que eu acho que tem muito a agregar aí. Seja bem-vinda. Na sequência aqui, vou passar para a Andressa, depois Candida, na sequência, por favor.

Sr. Eduardo Miranda Freire de Melo (Titular - Representante da Secretaria Nacional de Proteção Global) - Sávio, também estou inscrito. Só queria te orientar aí.

- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) - Perfeito, estou acompanhando aqui, viu Secretário? É a Andressa, Candida, Eduardo, e aí finalizamos, é o que eu tenho aqui na lista. Por favor, então, Andressa e na sequência, Candida.
- Sra. Andressa de França Alves Ferrari (Titular Rede Nacional Internúcleos 2610 da Luta Antimanicomial) - Então, eu gostaria apenas de reforçar o que já foi 2611 2612 dito. Foi citado que a gente está fazendo uma construção coletiva, mas essa construção não o é feita quando a opinião massiva da parte que é afetada não é 2613 aceita como encaminhamento. E ainda foi dito que vai ser feito encaminhamento 2614 2615 mais viável. Eu quero destacar que a gente não está tratando aqui de viabilidade ou comodidade, mas de legalidade. Nós temos direito a representação de doze 2616 entidades em todas as reuniões, em todas. Se não há preenchimento, a gente não 2617 tem esse direito garantido. O Caio colocou uma proposta razoável, onde há 2618 entidades inscritas e votadas, as reuniões não vão e nem deve parar e acresce-se 2619 ao fato de que a Sociedade Civil é sim a maior prejudicada pelo não 2620 preenchimento dessas três vagas. Então, se há respeito para um processo 2621 democrático, deve-se haver respeito ao posicionamento aqui da Sociedade Civil 2622 que foi favorável à proposta do Caio. No início da reunião foi sugerido que isso 2623 fosse colocado como ponto de pauta, mas isso era apenas o encaminhamento e o 2624 2625 posicionamento da maioria vai ser desconsiderado, o Governo está mais uma vez mostrando a sua postura intransigente e antidemocrática. Eu reafirmo o que a 2626 2627 Vitória falou: não comprem essa briga conosco. Existe uma lei, existem processos legais e esperamos que o respeito a isso seja considerado e os encaminhamentos 2628 2629 sejam condizentes. Obrigada.
- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) - Obrigado, Andressa, pelas ponderações. Candida, na sequência e Eduardo.
- Sra. Candida de Souza (Titular Representante da Universidade Federal do Rio Grande do Norte) – Oi, gente, então, além de endossar a fala das colegas da

Sociedade Civil e reiterar a importância de que a gente vote a proposta que foi apresentada por Caio, eu queria também fazer um esclarecimento, uma correção aí a respeito das entidades do grupo 3, que na verdade, contemplam as instituições de ensino e pesquisa que não é que não houve interesse. Nós, da universidade federal do Rio Grande do Norte, tivemos interesse, realizamos a nossa inscrição. No entanto, a despeito da nossa Resolução que estabelece as diretrizes para chamamento público da Sociedade Civil e a despeito da nossa lei federal também prevê a participação das entidades de ensino e pesquisa, nós tivemos a candidatura inabilitada por uma decisão que foi constatada somente em edital que criou uma norma restritiva que criou uma norma que fazia com que a gente não pudesse ser candidato habilitado para concorrer nessas eleições. Então, assim, a gente tem aí uma obstrução anterior já de habilitação das candidaturas que foi assim por exclusiva vontade do Governo, porque foi a partir de um decreto, aliás, a partir de um edital que foi redigido pelo Governo e que foi aprovado pelo Governo, tal como prevê aí o decreto que dá esses poderes e etc., e agora novamente, nós temos aí mais uma tentativa de obstrução de participação da Sociedade Civil, considerando que enfim, não estamos chegando aqui no consenso de que o óbvio é que as vagas que não foram contempladas sejam contempladas pela maioria das pessoas que foram escritas. Então, só para dizer que não adianta vir com argumentação de que a intenção do Governo de que existe a participação da Sociedade Civil, porque já deste antes a gente vem aí sofrendo essas obstruções que eram problemas que a gente não enfrentava antes e que a gente precisa recorrer a esfera judicial para tentar algum tipo de resposta. Não me parece que existe uma boa vontade da parte do Governo de estar aí fazendo com que a gente ocupe essas vagas como nos é de direito, como está previsto na lei federal. Só isso, obrigada.

2635

2636

2637

2638

2639

2640

2641

2642

2643

2644

2645

2646

2647

2648

2649

2650

2651

2652

2653

2654

2655

2656

2657

2658

2659

2660

2661

2662

2663

2664

Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) – Obrigado, Candida. Com relação as universidades federais, o que foi ponderado na análise jurídica é a integração da administração direta. Então assim, se eu posso dizer que foi um vício à

participação da universidade federal, eu acho que foi, quero registrar que foi o melhor vício que nós tivemos, porque você colaborou bastante, viu Candida? Nos trabalhos aí, a sua dedicação, principalmente na seleção ajudou bastante. Então, se existe um vício bom que ocorreu, foi a sua participação aí que agregou bastante nos trabalhos do CNPCT, está bem? Então, na sequência aqui passo para Eduardo e tem mais uma inscrição aqui a Sofia. Por favor, Secretário Eduardo.

2665

2666

2667

2668

2669

2670

2671

2672

2673

2674

2675

2676

2677

2678

2679

2680

26812682

2683

2684

2685

2686

2687

2688

2689

2690

2691

2692

2693

2694

Sr. Eduardo Miranda Freire de Melo (Titular - Representante da Secretaria Nacional de Proteção Global) - Obrigado, Sávio. Eu queria manifestar também a minha visão, já coloca de início que a minha área não é área do direito, não é área jurídica, eu não tenho essa informação e também escutei com bastante atenção toda a parte também, a colocação da sugestão do Caio também como proposta, os considerandos, enfim, a própria manifestação também do Walber comentando que realmente, é preciso dar uma olhada. Eu, como membro também, coloco dessa forma que ter segurança também daquilo que a gente vai falar, aproveitando também a palavra do frei David, que usou aí o termo sabedoria, essa sim, é uma área, minha área da educação também, ela traz essa visão, realmente, para uma sábia decisão, é preciso ponderar bastante a pluralidade das visões para que a gente possa chegar numa decisão, na melhor possível que eu acho que é isso, posso falar por mim, que é isso que a gente pretende. Também não vejo aí, de forma alguma, eu não sei se é esse o ponto e também, o Presidente aqui do Comitê atualmente, o Sávio pode colocar de uma forma melhor também, e aqui corrobora com as suas palavras, Sávio, que você colocou antes, com qualquer intenção nesse sentido de desrespeitar a lei, não é? Ao contrário, a gente quer respeitar em tudo. Mesmo porque a Sociedade Civil também pode ser composta também por diversas outras entidades que podem preencher seus requisitos que podem também ser favoráveis ou oposição às ideias do Governo. Então, quer dizer que isso também poderia gerar um desequilíbrio? Estão aí, é um edital, um edital público, um chamamento público, é a forma como a gente coloca aquele princípio da impessoalidade dentro dos cinco princípios aí

administração pública que a gente tem, coloca de uma forma que dá oportunidade a aqueles que preencherem e participarem dos certames. Então, também pelo princípio da razoabilidade, a gente tem que entender que existe um edital, existe toda uma regra, existe todo um conteúdo para isso. E realmente, aqui ponderando as visões, em mim, gera uma dúvida de ser a proposta juridicamente pode ser uma proposta melhor ou não e realmente, eu não me sinto à vontade de tomar uma decisão agora, justamente porque não tenho essa luz até que o frei David falou, que a assessoria nos dá essa luz, eu preciso dessa luz para tomar a decisão mais acertada, sabendo qual a melhor proposta, ainda mais a fundo no que diz respeito aos princípios que a gente tem jurídicos que não fazem parte do meu domínio e assim, com todas as escusas, eu posso colocar aqui para todos sem querer de forma alguma prejudicar qualquer coisa, mas o pedido, não sei se também me cabe, aí eu pergunto também ao Presidente que está agora, o Sávio, ter vistas em relação a isso? Ter um tempo para essa análise e ponderar isso de uma forma mais razoável, de uma forma mais consistente, tendo em vista aquilo que eu falei no início, para tomar uma decisão com sabedoria, tendo essa visão também que não me é própria, a visão jurídica, o linguajar, a propriedade das leis e tudo dessa forma, que eu acho que de muitos aqui, são juristas, são advogados e fazem parte da área do direito. Então, eu queria colocar assim, Sávio, o meu pedido de fazer vistas a isso para poder ter uma análise e uma decisão melhor, que o senhor pudesse registrar, então, esse meu pedido.

2695

2696

2697

2698

2699

2700

2701

2702

2703

2704

2705

2706

2707

2708

2709

2710

2711

2712

2713

2714

2715

2716

2717

2718

2719

2720

2721

2722

2723

2724

Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) — Perfeito, Secretário. Obrigado pelas considerações. Nós tivemos hoje esse pedido de inclusão desse ponto para o debate dos membros do CNPCT, são ideias iniciais, o colega Caio apresenta uma proposta de ideia, eu tenho mais a inscrição da associa, viu Sofia? Aguarde que eu já lhe passo a palavra. Então, mas enfim, nós temos algumas opções, mas a opção que nós não temos é a opção de ter um colegiado realmente desfalcado. Então, esse é um compromisso que eu já registro, pelo menos no meu exercício aqui da vice-Presidência, sim, de termos reuniões, sim reuniões conforme a

previsão legal, com os membros completo. Então, essa é uma proposta que o colega Caio apresenta, eu vou passar para a Sofia antes de finalizar os nossos debates aqui, que ela está no aguardo, por favor, Sofia.

2725

2726

2727

2728

2729

2730

2731

2732

2733

2734

2735

2736

2737

2738

2739

2740

2741

2742

2743

2744

2745

2746

2747

2748

2749

2750

2751

2752

2753

2754

Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Representante do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania) - Oi, boa tarde a todos, eu pedi licença para falar. Eu sou Sofia, sou representante do ITTC, instituto terra, trabalho e cidadania que foi eleito agora para o novo biênio, então, esse tema como concerne a nós também que participaríamos do novo biênio. Então, eu acho que é importante. Eu queria ressaltar um ponto que eu acho que é relevante, é que essa discussão, ela não é tão nova assim, não é? Nessa discussão, a gente não está discutindo ela nesse primeiro momento agora. Essa discussão, ela já vinha anteriormente, porque na data que teve a reunião para se explicar como seria a votação, isso já foi levantado pela Sociedade Civil, isso foi levantado pela Sociedade Civil, inclusive antes, um ofício do qual a Comissão alegou que não havia recebido. Então, a Comissão já estava inteirada do que estava acontecendo e tiveram vários questionamentos, foi uma reunião até um pouco tumultuada nesse sentido, porque eu acho que a Comissão não esperava isso. Eles se reservaram um tempo para decidir sobre os questionamentos e ao voltarem, informaram que não iriam decidir nada naquele momento. Foi pedido inclusive, que isso ficasse consignado em ata, que isso não ia ser decidido naquele momento e tiveram diversas manifestações para que isso fosse sanado, inclusive antes da eleição para que a gente não tivesse esse problema que a gente está enfrentando neste momento. E aí um outro ponto que eu acho relevante também é a questão da Comissão ter informado, pelo que eu entendi, que já abriu um edital, inclusive encaminhou esse edital para que sejam abertas novas eleições, e isso foi feito antes que se houvesse essa conversa com a Sociedade Civil que se entendesse inclusive, outras possibilidades. Então, a gente tem uma possibilidade que está muito mais avançada, que inclusive diz respeito a formatação e a formulação de um novo edital, que me parece muito mais avançado. Então, há uma disparidade em relação a nós da Sociedade Civil com uma postura que foi tomada pela Comissão

- antes que a gente tivesse essa conversa, esse entendimento e já se sabia anteriormente qual era a nossa posição, inclusive algumas pessoas levantaram, se havia por exemplo, essa questão da analogia. Então, por exemplo, se as vagas, elas seriam ocupadas, então, pelas entidades que tiveram a maior votação, etc. Então, assim, eu acho que isso é importante, relevante ser pontuado nesse momento para que a gente possa discutir a partir desse lugar.
- 2761 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de**2762 **Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) –** Obrigado, Sofia, seja bem-vinda
 2763 também, sua primeira participação, não é? Qual é a entidade que você
 2764 representa?
- 2765 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular Representante do Instituto Terra,** 2766 **Trabalho e Cidadania) -** É o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, uma entidade de São Paulo.
- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de 2768 Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) - Perfeito, perfeito, também a 2769 primeira vez que o instituto participa aqui do pleno. Seja bem-vinda, desejo que 2770 você tenha bons trabalhos aqui no âmbito do CNPCT, está bem? Bom, conforme 2771 foi colocado aqui, as propostas, um pedido de vistas do Secretário também, para 2772 enfim, dar os encaminhamentos dos protocolos aqui que a análise jurídica 2773 2774 conforme foi colocado, tanto pelo colega da DPU, enfim, outros colegas também, mas lembrando, eu tenho mais inscrição aqui do Caio, mas antes de passar para o 2775 Caio, lembrando de como ocorreu o processo, o processo, o Comitê apresentou 2776 2777 algumas diretrizes que o Comitê entendia pertinente e o gabinete da Ministra, a Ministra, como detentor dessa competência para realizar a seleção, ela buscou 2778 contemplar essas diretrizes que o Comitê estava indicando. Então, esses assuntos 2779 2780 também, eles vão para o gabinete da Ministra, essa ponderação, essa opção que 2781 foi colocada pelo Caio é uma opção, temos outras opções colocadas também pelo Rodrigo, mas inevitavelmente, realmente, precisa passar o texto aí por essa 2782 2783 análise jurídica da consultoria jurídica. Então, eu peco o encaminhamento imediato

- desse texto, e uma urgência nessa análise da CONJUR, antes de finalizar aqui tem o Caio e o frei. Então, eu vou passar a palavra para o colega Caio, e para o frei David também, na sequência. Por favor, Caio.
- Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação,
 Saúde e Sexualidade) Obrigado, Sávio. Eu só queria pontuar duas questões
 assim, primeiro que eu acho que a gente poderia, talvez pactuar uma análise do
 texto, eu envio o texto agora, vocês me indicam para quem enviar, se envio para a
 coordenação, se eu envio direto para a consultoria jurídica, mas no sentido de que
 todos os membros...
- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) – É, Caio, só para alinhar, se puder já mandar de imediato para aquele e-mail que foi para cá, do CNPCT, eu vou pedir essa adoção imediata do encaminhamento, está bem?

2797

2798

2799

2800

2801

2802

2803

2804

2805

2806

2807

2808

2809

2810

2811

2812

Sr. Caio César Klein (Suplente - Representante da SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade) - Certo, mas eu peço que seja no sentido de a coordenação encaminhar para os membros, para que amanhã a gente a gente não tenha a possibilidade de que membros digam que não tiveram acesso ao texto de que não puderam fazer sua análise sobre os considerandos e sobre o texto da Resolução. E daí nesse sentido, eu queria considerar o seguinte, que um pedido de vistas regimental, de acordo com o nosso regimento, enterra essa proposta, completamente, porque um pedido de vista leva um mês, a gente sabe como funciona e eu também não tenho total certeza se o senhor Secretário, ele pode, regimentalmente, fazer esse pedido de vista. Quem faz esse pedido de vista são os membros, está bem? A segunda questão é que a gente, só para salientar, que este é o melhor instrumento jurídico, uma Resolução para deliberar sobre isso, visto que nós estamos falando de algo que modifica os efeitos de outra Resolução, que é a Resolução que instituiu o processo seletivo. Inclusive, agora, tive um estranhamento na sequinte questão, nós tivemos vários debates sobre a legitimidade do Ministério de estipular os critérios, não é? E nós tivemos

discordâncias isso. A Sociedade Civil apresentou suas ponderações que muitas delas não foram consideradas, o que culminou na exclusão de grande parte dos últimos colegas do último biênio como o Conselho Federal da OAB, Conselho Federal de Psicologia, não é? Que tiveram suas inscrições impugnadas, inclusive, a universidade federal do Rio Grande do Norte, por essa mudança de entendimento que o Ministério teve, foi uma mudança de entendimento do Ministério. Contudo, a Resolução que indica as diretrizes do processo seletivo, ela saiu como uma Resolução do Comitê, do próprio Comitê. E agora, olhando isso, me causou um estranhamento. Não sei o que pensar sobre isso, mas eu gostaria que a gente pudesse, Sávio, atuar dessa forma. Eu vou enviar o texto. O João repassa para os colegas, para os demais colegas com o compromisso de que amanhã a gente vai colocar isso em pauta para votação. E lembrando aquela nossa mesma celeuma que sempre: nós não estamos restritos a julgamento de consultoria jurídica alguma. A gente vota as nossas coisas e a Ministra, que é a Presidenta deste colegiado, ela assina e acata as decisões do colegiado. Então, ela tem todo direito de enviar para a consultoria jurídica do Ministério para avaliar se tem alguma coisa absurda ali, que eu acredito que não há nada de absurdo aqui nessa proposta. Uma proposta cujos considerandos foram escritos pela pública da ANADEP, uma pessoa especializada em direito defensoria administrativo, não tem nenhuma aberração jurídica aqui. Não tem nenhuma trapaça, não tem nenhuma coisa escondida ali, não. É um texto muito claro, que está justamente tentando otimizar o trabalho do colegiado para que ele não pare, está bem? Então, vou enviar agora, estou enviando agora o texto. Obrigado, Sávio.

2813

2814

2815

2816

2817

2818

2819

2820

2821

2822

2823

2824

2825

2826

2827

2828

2829

2830

2831

2832

2833

2834

2835

2836

2837

2838

2839

2840

2841

Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) – Obrigado, Caio. Se puder mandar para aquele e-mail geral do CNPCT, e já peço a atribuição para os colegas, na sequência, está bem? Eu não sei se a Sofia esqueceu de baixar a mão aí ou foi um novo pedido de fala? Mas eu passo aqui para o frei...

- 2842 Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular Representante do Instituto Terra,
- 2843 Trabalho e Cidadania) Eu esqueci.
- 2844 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Ah, está bem. Então, é o frei David,
- realmente, que é o próximo. Por favor, frei David.
- 2847 Sr. David Raimundo Santos (Titular Representante da Francisco de Assis:
- 2848 Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos FAECIDH) Pois não,
- Sávio, obrigado. Eu gostaria de pedir que o Secretário adjunto que trabalha junto a
- Ministra, na secretaria da mulher, família e direitos humanos, que ele pudesse me
- responder o seguinte, Secretário adjunto, uma visão responsável, uma visão
- responsável e a Ministra mostra todas as vezes que tivemos reunião com ela, ela
- tem procurado mostrar essa visão responsável, uma visão de eficácia, uma visão
- de eficiência, responsável, eficácia e eficiência por parte dessa Ministra e desse
- 2855 Ministério deve ter um mês de prazo para devolver vistas, que é o prazo máximo,
- 2856 mas no entanto, por causa da reponsabilidade, da eficácia e da eficiência, nós
- 2857 queremos perguntar ao Secretário se ele tem a intenção de devolver a vista
- 2858 amanhã, na abertura dos novos trabalhos? É essa a minha pergunta. Eu gostaria
- 2859 que ele respondesse para nós se ele tem a intenção de devolver as vistas
- amanhã, na abertura dos nossos trabalhos.
- 2861 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Obrigado, frei, pelas ponderações.
- Deixa eu só fazer alguns esclarecimentos, para não ficar nenhuma dúvida, está
- 2864 bem? O Secretário Eduardo, ele é membro efetivo, designado no decreto, está
- designado no decreto. Então assim, para não ficar nenhuma dúvida dos colegas,
- 2866 isso nós temos a previsão de pedido de vista de qualquer membro efetivo do
- 2867 CNPCT. Com então, eu peço que os colegas não figuem com a leitura de que não,
- 2868 nós estamos construindo, nós estamos buscando o quê? Uma solução para a
- questão que está aí. O compromisso que eu fiz até agora foi que nós não daremos
- 2870 sequência nas atividades do CNPCT sem buscar a normalidade, o que é a

normalidade? A composição, por exemplo, em momento algum eu buscaria colocar em votação temas sensíveis buscando um quórum abaixo da Sociedade Civil, não é isso. Então, os colegas, por favor, fiquem com a leitura correta, direta sobre a questão, está bem? Então, o Secretário, ele tem condição de levar essa questão para o gabinete da Ministra, debater e verificar as demais possibilidades para sanar esse fato, essa ocorrência. Então, Secretário tinha pedido a palavra e também tem mais uma inscrição, Vitória Buzzi, na sequência, eu vou, depois eu acho que nós podemos encerrar, está bom? Secretário, por favor. Só momento aqui eu acho que o Caio, Caio, como estava antes, por favor, Caio.

- Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação,
 Saúde e Sexualidade) Não, não, não quero interromper o Secretário. Só para
 avisar que já enviei, está bem? Deve estar chegando aí na caixa do João.
- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) – Perfeito, obrigado. Secretário, está com a palavra.
 - Sr. Eduardo Miranda Freire de Melo (Titular Representante da Secretaria Nacional de Proteção Global) Obrigado, obrigado. Respondendo, frei David, eu tenho, frei David. Olha, trabalhada aqui no Ministério e as demandas são bem, bem complicadas mesmo. Eu tenha chegado em casa aí por volta das 10, 11 horas da noite, todos os dias e aqui, 8 horas já estou começando o expediente. Então, assim, eu não sei. Agora mesmo à tarde, eu tenho um outro colegiado para participar também que está analisando a política nacional de direitos humanos. Eu não posso lhe dar uma afirmação que até amanhã eu vou ter todos os elementos, porque eu preciso consultar também aqui a assessoria da secretaria que a gente tenha Dra. Carol, Dr. Samuel, mas eu vou envidar todos os esforços para, mas não posso prometer que amanhã vou estar com isso colocado, não é? Eu tenha passado por um período também muito difícil aqui, eu tive Covid, fiquei internado aí quase um mês na UTI, entre a vida e a morte, a gente sabe que eu tenho uma demanda muito grande de trabalho e estou aqui para contribuir, pala colaborar por

essa causa. E a gente sabe que a gente quando tem cargo público, a gente fica suscetível também há muitas coisas, muitos comentários até injustos e indevidos, isso devidamente vai está sendo visto como acusam a gente de um monte de coisas que eu sempre tive um trabalho, só para o senhor saber, frei, também muito próximo, eu sou missionário também, trabalho aí também com a parte visitando as comunidades mais carentes, principalmente no campo da educação, tive um trabalho aí de quase 15 anos aí no Brasil inteiro. Então, assim, a gente escuta de tudo enquanto é jeito, de todas as coisas, mas eu estou colocando aqui com sinceridade, é que eu não me sinto realmente confortável de tomar uma decisão de uma proposta assim ter a devida análise e a gente está aqui representando também. Não é só a questão de ser destaque, secretária, mas é a questão moral do me lembro de ter a decisão, de ter avaliação, realmente de acordo com o trabalho que já foi feito da Comissão e de todos os outros entes. Então, eu peço você... Que o senhor também, desculpe, que o senhor também tenha essa compreensão.

- 2915 Sr. David Raimundo Santos (Titular Representante da Francisco de Assis:
- 2916 Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos FAECIDH) Secretário...
- 2917 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Só momento, frei, que eu já lhe
- passo a palavra. Secretário obrigado aí pelas considerações. A Vitória Buzzi está
- 2920 na sequência, é a última inscrição que tem, mas pela ordem, passo para o frei
- 2921 David. Por favor, frei.

2900

2901

2902

2903

2904

2905

2906

2907

2908

2909

2910

2911

2912

2913

- 2922 Sr. David Raimundo Santos (Titular Representante da Francisco de Assis:
- 2923 Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos FAECIDH) Viu,
- 2924 Secretário? Muito mais para poder ter uma resposta que eu me sinto mais
- confortável com a sua fala que foi bastante sincera, eu iria perguntar o seguinte,
- 2926 que bom que você está nessa dinâmica de servir bem. E aí, irmão, de coração
- 2927 sincero e aberto, qual é o detalhe que você percebe que não está encaixando?

- Até para a gente ajudar você de hoje para amanhã em buscar alternativas boas para vocês e para a Sociedade Civil.
- Sr. Eduardo Miranda Freire de Melo (Titular Representante da Secretaria Nacional de Proteção Global) Claro, eu não saberia expressar o detalhe. A questão, por exemplo, o Walber colocou dos considerandos teria que ser analisados, eu não sei se tem, se estamos comprometendo aí a questão de todo o trabalho da Comissão, enfim, eu preciso ler, preciso dar uma consultada, preciso o olhar, preciso ter essa, esse resguardo para mim também, para tomar uma decisão, só isso.
- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Perfeito, obrigado, Secretário.
 Lembrando que a CONJUR, ela passa pelo texto todo. Não fica só uma parte ali dos considerandos, ela faz uma análise, inclusive com adequação do que já foi colocado do edital, a possibilidade, não é? Então, essa resposta do órgão jurídico, ela é quase que protocolar. Então, Vitória, eu vou passar aqui para a Vitória Buzzi e finalizamos nossas inscrições. Por favor, Vitória.

Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular - Representante do Conselho Federal da Ordem de Advogados do Brasil) – Obrigado, Sávio. É só um lembrete aqui na reunião, eu acho que foi na anterior, ou ainda na outra, o gabinete da Ministra havia pedido para que a gente... Havia solicitado gentilmente que a gente não pedisse reunião extraordinária. Se o membro que pediu vista hoje não retornar com o voto dele, com as considerações dele amanhã, amanhã mesmo nós pediremos reunião extraordinária. Não uma, mas talvez duas, talvez 5, quantas couberem na nossa agenda até o final do nosso mandato. O nosso combinado era que o Governo respeitaria nosso mandato até outubro, em troca, nós gentilmente, cederíamos a nossa prerrogativa de pedir reuniões extraordinárias. Se o voto dele, com os considerandos que ele precise ler atentamente para saber se não afronta o Governo não estiver pronto amanhã, e relembrando que nós colocamos aqui a nossa, nós iniciamos aqui a cultura de quem pede voto, quem pedir vistas, volta

na próxima reunião com o voto do porquê que pediu vista e tudo o que achou ali que não combinaria com o seu ponto de vista, então, se isso não estiver pronto até amanhã, eu estou entendendo que, então, está necessária uma reunião extraordinária para que se ponto seja resolvido, é óbvio, nós não terminaríamos o nosso mandato com pendências. Então, só para reforçar, se até amanhã não estiver pronto, não tem problema nenhum, a gente chama a extraordinária para esse mês ainda.

- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Está certo. Obrigado, Vitória pelas ponderações. Enfim, o Caio já compartilhou aqui, então, peço para a equipe da Coordenação-Geral compartilhar para os demais membros se adotarmos as medidas internas, está bem? O Secretário como membro fez o pedido de vista, regimentalmente em trinta dias tem a ponderação da Vitória aí sobre a demanda, mas peço para todos os amigos aqui, vamos continuar no nosso foco conjunto, vamos resolver a questão e o pleno funcionamento do nosso colegiado, que nós temos tantas ações sensíveis, inclusive citei hoje essa questão da polícia federal de alinharmos sim que tem uma competência legal, precisaremos de um outro termo de cooperação, enfim, nós temos muitas coisas a serem debatidas aqui, mas conseguimos vencer nossa pauta hoje com a supressão da questão do sumário executivo que o João Lança volta amanhã. Registro aos colegas que amanhã estarei impossibilitado de participar de, por força maior, está bem?
- 2978 Sra. Fernanda (Assessoria Popular Maria Felipa) Doutor Sávio, doutor Sávio.
- 2979 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 2980 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Por favor, quem fala?
- 2981 Sra. Fernanda (Assessoria Popular Maria Felipa) É Fernanda.
- 2982 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- **Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) –** Quem fala?

- 2984 Sra. Fernanda (Assessoria Popular Maria Felipa) Fernanda.
- 2985 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 2986 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Fernanda, por favor.
- 2987 Sra. Fernanda (Assessoria Popular Maria Felipa) Quem está chegando agora
- e não sabe mesmo, como o senhor está há mais tempo, vai saber.
- 2989 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 2990 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Por favor, Fernanda, a palavra é
- 2991 sua.
- 2992 Sra. Fernanda (Assessoria Popular Maria Felipa) Com o pedido de vista de
- trinta dias, daqui a trinta dias é marcada uma reunião para a apreciação, para a
- 2994 decisão ou fica aguardando a próxima Reunião Ordinária? É uma pergunta, eu
- 2995 não conheço.
- 2996 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 2997 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Fernanda, o regimento fala em
- 2998 trinta dias, não é? Caso não tenha reunião no período, vai para a próxima
- ordinária. Caso tenha uma outra reunião, entra na sequência, na outra reunião
- 3000 prevista, está bem?
- 3001 Sra. Fernanda (Assessoria Popular Maria Felipa) Ham, ham.
- 3002 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 3003 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Então, o regimento só fala
- realmente dos 30 dias para a análise, e aí para trazer essa questão, mas eu tenho
- 3005 certeza que o Secretário vai buscar, dentro da celeridade, da abertura que ele
- 3006 tem, conversar com a Ministra, buscar alternativas de nós queremos o quê? O
- 3007 colegiado pleno, em pleno funcionamento. Nós estamos buscando o pleno
- 3008 funcionamento do Mecanismo, nós queremos o pleno funcionamento com os
- 3009 novos membros aí do colegiado e como eu disse, nós temos muita pauta séria

- para tocar e nós precisamos de todos, está bem? Então, agradeço, registro que amanhã não estarei presente e vamos tocar, está bom?
- Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da

 Ordem de Advogados do Brasil) Sávio, uma questão de ordem, se você não

 está presente, quem preside a reunião? É o seu suplente, não é?
- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de 3015 Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT) - Vitória, como nas demais ocasiões 3016 já ocorreu, não é? A coordenação geral assumir trabalhos como já ocorreu em 3017 diversas ocasiões. Está bem? Antes foi a Carol, mas o João Lança é 3018 3019 perfeitamente habilitado aí, ele conhece inclusive, os detalhes, eu acho que mais do que todos nós aí, porque ele está em dia a dia recebendo esses documentos, 3020 3021 analisando com muita dedicação. O João é pai novo, mas mesmo assim, ele está conseguindo se dedicar com louvor aí ao CNPCT. Então, ele toca essas 3022 3023 atividades.
- Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da Ordem de Advogados do Brasil) Sávio, eu não estou questionando a competência do João, porque eu tenho certeza que ele conhece o regimento melhor do que nós todos. Eu estou questionando se isso é previsto no nosso regimento?
- Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Vitória...
- Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da Ordem de Advogados do Brasil) Na ausência de Presidente e de vice-presidente, é a coordenação geral que assume a condução dos trabalhos? Eu realmente não lembrava disso.

- 3035 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 3036 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Olha, assim, se você buscar no
- nosso histórico aí, sempre... Enfim, a Carol, por diversas vezes...
- 3038 Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Titular Representante do Conselho Federal da
- 3039 Ordem de Advogados do Brasil) Ah, mas vocês não são de respeitar o
- 3040 histórico, não é Sávio? Nós sabemos disso.
- 3041 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) Tudo bem, eu estou colocando que
- 3043 o CNPCT até hoje fez, se você achar que não é o adequado, enfim, tem que
- ponderar, mas amanhã eu vou fazer uma pequena cirurgia, mas se for o caso, se
- não for possível, eu pego o celular, lá do hospital mesmo e vou, vou tocando essa
- pauta, se você não me conceder essa, enfim, essa sequência dos trabalhos aí. Eu
- posso continuar no celular até a anestesia fazer o efeito, viu?
- 3048 Sr. Caio César Klein (Suplente Representante da SOMOS Comunicação,
- 3049 Saúde e Sexualidade) Mas Sávio, eu concordo com a Vitória, a gente não está
- questionando o João. A gente só queria saber da possibilidade do seu suplente
- participar, porque a questão não é apenas a condução da reunião, a organização,
- 3052 distribuição da palavra. É que eventualmente decisões precisam ser tomadas e
- nós temos pessoas que têm ou não tem a prerrogativa de tomar alguma decisão.
- Por exemplo, pedido de vista, uma inversão de pauta, uma inclusão na pauta,
- quem tem a prerrogativa para fazer isso é o vice-presidente ou a Presidenta.
- 3056 Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Vice-presidente do Comitê Nacional de
- 3057 Prevenção e Combate à Tortura CNPCT) É, se vocês lembrarem do nosso
- regimento interno, as questões omissas serão decididas pela Presidência. Então,
- eu estou no exercício da Presidência, estou formalizado aqui, eu quero que conste
- em ata que o meu substituto legal, conforme a lacuna no nosso regimento interno.
- será o João Lança, coordenador-geral, enfim, do CNPCT, está bom? Agradeço
- 3062 aos colegas aí mais essa atividade, os que eu não encontrarei na próxima reunião,

obrigado aí por todo esse crescimento pessoal que nós tivemos em conjunto, não é? E aos que chegam agora, sejam bem-vindos, está bem? Um abraço a todos e boa tarde.